



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA  
MESTRADO EM LITERATURA E PRÁTICAS SOCIAIS

**VIDAS À MARGEM: RELAÇÕES DE GÊNERO, ETNIA E ESPAÇO NA  
NARRATIVA AFRO-BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA**

MARIA CRISTINA MACIEL MARQUES

**Brasília**

**2016**



MARIA CRISTINA MACIEL MARQUES

**VIDAS À MARGEM:**

**relações de gênero, etnia e espaço na narrativa afro-brasileira contemporânea**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Literatura.

Orientadora: Profa. Dra. Cíntia Carla Moreira Schwantes

**Brasília**

**2016**

MARQUES, Maria Cristina M.

Vidas à margem: relações de gênero, etnia e espaço na narrativa afro-brasileira contemporânea/ Maria Cristina Maciel Marques – Brasília, Instituto de Letras/UnB, 2016. 106 fls.

Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Instituto de Letras

Orientação: Cíntia Carla Moreira Schwantes

Palavras-chave: Literatura afrodescendente. Gênero. Etnicidade. Classe social. Espaço urbano.

MARIA CRISTINA MACIEL MARQUES

**VIDAS À MARGEM:  
relações de gênero, etnia e espaço na narrativa afro-brasileira  
contemporânea**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Teoria Literária e Literaturas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Literatura, aprovada em 03 de fevereiro de 2016 pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes membros:

---

Profa. Dra. Cíntia Carla Moreira Schwantes  
Universidade de Brasília (UnB)  
Orientadora

---

Profa. Dra. Paula Francinetti da Silva  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF)  
Examinador Externo

---

Prof. Dr. Wiliam Alves Biserra  
Universidade de Brasília (UnB)  
Examinador Interno

---

Profa. Dra. Gislene Maria Barral Lima Felipe da Silva  
Universidade de Brasília (UnB)  
Membro Suplente



*Às minhas filhas, Nathália Marques e Ana Luíza Maciel Marques, que compartilharam e respeitaram meu esforço envolvido na pesquisa.*

*À minha irmã Ana Valéria Maciel, que me apoiou e me ajudou em todos os momentos em que precisei de seu auxílio.*

*Á minha madrinha, Therezina A. Porto, pelo carinho, exemplo e amor.*





## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado nos momentos em que os obstáculos pareciam intransponíveis.

À minha querida orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cintia Carla Moreira Schwantes, pelo acolhimento, confiança, incentivo e por sua orientação com profissionalismo, dedicação e carinho.

À SEEDF/EAPE, por ter me concedido afastamento para estudos.

Ao Pós-Lit-UnB, pelos conhecimentos e experiências vivenciados.

À Prof.<sup>a</sup> Gislene Barral, por ter me incentivado a ingressar no mestrado, pela leitura atenta de meu trabalho e pelo apoio em todos os momentos.

À Prof.<sup>a</sup> Paula Francinetti da Silva e ao Prof. Wiliam Alves Biserra, por se disporem a ler meu trabalho e participar da banca examinadora.

Às minhas amigas Maria Edileuza, Heleodir Berquó, Dalva Martins e Vanilda Ribeiro, pela solidariedade e apoio.



## RESUMO

A dissertação consiste na análise da representação do gênero, etnia e classe em sua relação com o espaço urbano, nas obras *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, e *As mulheres de Tijucoapo*, de Marilene Felinto. As duas autoras são reconhecidas como escritoras afrodescendentes, por suas narrativas ambientadas no cotidiano de homens e mulheres afrodescendentes. Em suas narrativas desconstrói-se o estereótipo que a literatura canônica construiu para a mulher negra, sendo perceptível nelas a divulgação de discursos que se contrapõem ao estabelecido, desvelando e ressignificando o corpo e a sexualidade, a violências, as relações familiares e a exclusão social dos afrodescendentes. A nossa reflexão exigiu uma abordagem interdisciplinar. Para isso, recorreremos a alguns conceitos da Teoria dos Gêneros, da Sociologia, da História e da Geografia. A hipótese é que há uma dimensão espacial das relações raciais e de gênero bem demarcadas que explicitam as desigualdades entre homens e mulheres e as diferenças sociais e territoriais nas relações de gênero. Sendo assim, busca-se identificar a espacialidade dos afrodescendentes nos romances analisados, possibilitando a leitura de significados sobre as representações coletivas e desvelando relações de exclusão e hierarquias.

**Palavras-chave:** Literatura afrodescendente. Gênero. Etnicidade. Classe social. Espaço urbano.



## ABSTRACT

This dissertation consists of the analysis of gender, ethnicity and class representation in its relationship with the urban space in the novels *Ponciá Vicêncio*, by Conceição Evaristo, and *As mulheres de Tijucopapo*, by Marilene Felinto. Both authors are acclaimed Afro-Brazilian writers, due to their narratives centered in the daily life of Afro-Brazilian men and women. In their narratives, the stereotypes built by canonical literature on the black woman, being visible in them the spreading of a discourse opposed to the established, unveiling and resignifying the body and the sexuality, as well as the violence, family relationships and social exclusion of Afro-Brazilians. To achieve this reflection, an interdisciplinary approach was needed, with some concepts provided by Gender Studies, Sociology, History and Geography. The hypothesis guiding this reading is that there is a spacial dimension on gendered and ethnic relationships, well established, which turns explicit the inequalities between men and women as well as the territorial and social differences in the relationship between the genders. It is possible to identify Afro-Brazilian's spatiality in the novels here analyzed, enabling the reading of significance on the collective representation and unveiling relationships centered on hierarchy and exclusion.

**Keywords:** Afro-Brazilian literature. Gender. Ethnicity. Social class. Urban space.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE .....	19
1.2 APORTE TEÓRICO .....	20
1.3 HIPÓTESE DE LEITURA .....	22
1.4 DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS .....	22
<b>2 O NEGRO NO BRASIL E SUA REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA .....</b>	<b>24</b>
2.1 LITERATURA NEGRA OU AFRODESCENDENTE: UM POSICIONAMENTO POLÍTICO.....	31
2.2 ESTUDOS DE GÊNERO: QUEBRANDO PARADIGMAS.....	38
2.3 ESPAÇO DA DOR, ESPAÇO DA COR: A MULHER NEGRA NA CIDADE .....	47
<b>3 PONCIÁ VICÊNCIO .....</b>	<b>64</b>
3.1 QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA .....	72
3.2 QUESTÕES DE ESPAÇO.....	75
<b>4 AS MULHERES DE TIJUCOPAPO.....</b>	<b>80</b>
4.1 QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA .....	88
4.2 QUESTÕES DE ESPAÇO.....	92
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>106</b>
6.1 <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	106
6.2 OBRAS TEÓRICAS .....	106

## 1 INTRODUÇÃO

*Reivindicar a alteridade é re-afirmar a identidade negra, combatendo o câncer do racismo ainda presente em nossa sociedade.*

Conceição Evaristo

Historicamente a cultura patriarcal desenhou um quadro de inferiorização da mulher, destinando-lhe um papel secundário na sociedade. Durante séculos a mulher foi confinada ao “sepulcro do silenciamento” (PERROT, 2005), sem voz nem vontade. A herança da sociedade patriarcal ainda é visível na atual relação de gêneros que subalterniza a mulher na feminização da pobreza, na violência doméstica, no feminicídio e na visão do corpo feminino como objeto sexual que existe apenas para satisfazer os desejos do macho ativo. Isto porque a identidade sexual da mulher não é determinada apenas pelo fator biológico, mas é culturalmente pré-estabelecida por fatores psicológicos e sociológicos, ou seja, “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, v. 2, p. 9).

Por ter a voz silenciada durante muito tempo, as mulheres ocultaram os seus escritos diante de uma vasta literatura misógina que as fazia acreditar que a melhor das mulheres era inferior ao pior dos homens. Nesse universo masculino, o conceito de feminilidade passa, necessariamente pela submissão, subserviência, negação de si mesma, brandura, docilidade, maternidade e abnegação, por isso não é difícil imaginar como a escrita de mulheres constitui-se um espaço difícil de ser negociado.

O universo literário é rico na representação da mulher nos seus múltiplos estereótipos, como, por exemplo, o da mulher-anjo (doce, meiga e pura) e o da mulher-demônio (lasciva, ardilosa, irresponsável), nunca como protagonista de sua história e representação. Certamente essas estereotípias justificam o rebaixamento social da mulher e reforçam o modelo misógino do cânone em que a mulher é excluída enquanto escritora e secundarizada enquanto personagem, legitimando a condição subalterna da mulher na sociedade.

Quebrar a hegemonia masculina na autoridade interpretativa, tirar a mulher das margens e colocá-la no centro da produção e crítica literária é um dos papéis da crítica feminista. Nesta perspectiva, a revisão historiográfica da literatura busca quebrar paradigmas,



questionando e investigando a supremacia do cânone como estética pertencente a uma classe dominante e reivindicando uma mudança da postura política nas edições de obras de autoria feminina, a fim de tornar as mulheres visíveis no mundo editorial.

A hierarquização do gênero pode ser comparada à hierarquização racial. Embora o conceito de raça tenha sido desacreditado pela Biologia, ele permanece presente no imaginário social. Ele foi reforçado no século XIX com a teoria evolucionista de Charles Darwin apropriada para afirmar não só a diferença entre as supostas raças humanas, mas a superioridade de umas sobre as outras, havendo uma tendência natural das raças superiores em submeter e substituir as outras. Estes argumentos vão sustentar o desenvolvimento da eugenia<sup>1</sup> de Spencer, que defendia a pureza das raças e a existência de raças superiores.

A hierarquização racial é bem visível no Brasil, com sua fundação escravocrata permeada por violência sexual, mutilações, açoites, separação dos membros de uma família, castigos corporais e a negação da identidade humana aos negros. Tal ideologia ainda é latente na sociedade e se manifesta através do racismo e do preconceito, que fazem parte de mecanismos sociais que procuram silenciar os negros para que permaneçam marginalizados.

Muitas vezes, o discurso racista vem disfarçado de “democracia racial”, discurso questionado pela crítica da impossibilidade de existência de uma democracia em uma sociedade latifundiária em que o negro era o escravo, a força geradora de riquezas para o senhor de engenho. O mesmo racismo predominou ainda após a abolição da escravidão em 1822, quando foi descartado o aproveitamento da mão de obra assalariada do negro, dando-se preferência ao imigrante europeu. No discurso dos intelectuais da época, a imigração constituía a solução para o embranquecimento da sociedade brasileira.

Assim como os estereótipos da representação da mulher a rebaixam socialmente, a estereotipia negativa do negro condenou a sociedade à desigualdade e à certeza de que o mundo foi construído pelo homem branco para o homem branco. Desta forma, a mesma ideologia que elabora, justifica e dissemina o princípio da inferioridade da mulher justifica também a do negro. Esta é a principal razão da ausência de escritura negra no cânone literário, espaço por excelência restrito e elitizado. Espaço restrito porque dominado por uma ideologia visível nas histórias populares, nos provérbios e anedotas de subalternização do negro e

---

<sup>1</sup> A palavra “eugenia” designa uma série de atos que visam ao suposto melhoramento das futuras gerações através do controle social, ao mesmo tempo em que procura deter o avanço dos grupos ditos “menos adaptados”, promovendo o enfraquecimento das qualidades fenotípicas negras. Usou como base os dados colhidos pelo naturalista britânico Charles Darwin, em sua obra *A origem das espécies*, de 1859, a teoria de Thomas Malthus, economista britânico, e as ideias do filósofo britânico Herbert Spencer, criador do termo “darwinismo social”. O conceito de “eugenia” foi amplamente divulgado, principalmente nos Estados Unidos e na Alemanha nazista.

interiorização de uma inferioridade epidérmica. Elitizado porque exige a sanção do branco para que se apresente como legítimo<sup>2</sup>. Os estereótipos que habitam o imaginário social reverberam de forma negativa na representação do negro na literatura e reforçam a permanência da inferiorização.

No caso das mulheres negras, o preconceito é ainda maior, pois são marginalizadas duplamente, pelo gênero e pela etnia. Assim, falar em “literatura negra e feminina” é duplamente reivindicar a existência e o pertencimento étnico, tornando visível o que por muito tempo foi invisibilizado.

Este trabalho pretende estabelecer um diálogo com as escritoras negras na sua reivindicação do espaço da fala. A construção desse espaço de contestação e reivindicação de visibilidade ocorre mediante a linguagem, expressão máxima do ser humano, instrumento da literatura e fonte para a presente pesquisa.

A literatura como expressão humana não pode subtrair os negros e as mulheres do espaço de criação. Escritoras como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Geni Guimarães, Conceição Evaristo, Sônia Fátima da Conceição, Lia Vieira, Miriam Alves, Ana Maria Gonçalves e Marilene Felinto são exemplos da força da ancestralidade que desvela o cotidiano das mulheres negras brasileiras, a partir do olhar feminino sobre os dilemas da vida dos negros nos espaços rurais e urbanos, e revelam aspectos que o poder dominante escondeu. A escrita produzida por essas mulheres quebra padrões impostos pela estrutura dominante de invisibilidade das mulheres e dos negros.

O termo “literatura negra” é entendido neste estudo como a resistência ao silenciamento imposto à sua desvalorização na hierarquia social, tornando-se revolucionário, por ser um enfrentamento da herança patriarcal e racista, base da sociedade brasileira. Ela é uma luta contra a invisibilidade e uma reivindicação da alteridade e da existência. Em termos de literatura, é a luta contra a ditadura da narrativa, em que o dominador tem seu lugar de fala legitimado.

A “literatura negra” é uma escrita que tem suas origens na senzala e emerge com sua força ancestral, para contar a sua história com o corpo e entranhas, fazendo ecoar a voz coletiva de um povo e tornando visível o que foi ocultado, silenciado e desacreditado. As escritoras negras tiram das sombras a história que foi sepultada pelo poder. Como assinala Conceição Evaristo (2003), “ao tecer as palavras, as mãos negras pintam sonhos e

---

<sup>2</sup> O tema é desenvolvido por Frantz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

desencarceram outras versões históricas que podem contribuir para uma sociedade plural e mais solidária”.

### 1.1 *CORPUS* DE ANÁLISE

O estudo será realizado a partir das obras das escritoras Conceição Evaristo e Marilene Felinto, visto que a narrativa de ambas é permeada por histórias ambientadas no cotidiano de homens e mulheres afrodescendentes. Nessa narrativa, as autoras divulgam “discursos que se contrapõem ao já estabelecido sobre eles e ressignificam as suas vivências e histórias” (PALMEIRA, 2009).

O recorte será feito a partir da análise da representação do gênero, etnia e classe em sua relação com o espaço urbano, nas obras *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, e *As mulheres de Tijuapapo*, de Marilene Felinto.

Conceição Evaristo retira seus personagens de um povoado miserável formado por descendentes de ex-escravos: a mãe, Ponciá, a filha, e Luandi, o filho. A protagonista Ponciá parte em busca de melhores condições de vida. Abandona a família e as origens para habitar uma favela na cidade grande; na cidade, é submetida a um trabalho subalterno; apanha do marido e não consegue gerar um filho.

Já Marilene Felinto narra a história de Rísia, uma mulher mestiça, pobre e nordestina vinda do interior do Nordeste brasileiro, sem qualquer relação de afeto na família. Ela já está no meio do caminho de Tijuapapo quando a encontramos, como uma migrante às avessas, que sai de São Paulo e retorna às origens, por outro caminho à margem da BR.

A opção pelas duas autoras se deu por serem escritoras afro-brasileiras. Além disso, as narrativas desconstruem o estereótipo que a literatura canônica construiu para a mulher negra. Também é possível perceber em suas obras o diálogo com questões relevantes da agenda feminista, como o corpo e sexualidade, a violência, as relações familiares e a exclusão social. Cabe lembrar a trajetória intelectual das autoras e a militância nos movimentos sociais, a exemplo de Conceição Evaristo.

A escolha do *corpus* justifica-se porque nas obras, o espaço como elemento estrutural do romance e das relações espaço-personagem que se estabelecem são fundamentais para construir a unidade narrativa e oferecer o modelo ideológico da imagem que é construída

do mundo. As personagens desses romances se constroem em permanente conflito com o espaço em que o enredo de suas vidas é delineado. Elas representam mulheres que são marginalizadas socialmente por serem pobres ou culturalmente diferentes do que a cidade deseja ter como habitantes.

Ao se considerarem os aspectos estruturantes – personagem/espaço – pretende-se investigar como espaço e personagens marginalizadas se relacionam nas narrativas literárias contemporâneas<sup>3</sup>. Para isso, é necessário considerar que a literatura feminina e negra é a negação da visão colonial que determina que ser branco é o ideal para a humanidade. Neste caso, a literatura vem não como uma visão de fora, mas com o olhar da experiência daqueles que sofrem na pele o preconceito e a discriminação.

Acredita-se que fazer emergir as experiências das mulheres negras através da literatura contribui para eliminar o racismo das relações sociais, reforçadas pela estética do branqueamento veiculada na mídia e pela exclusão dessa literatura do cânone literário. Neste caso, torna-se fundamental refletir sobre a importância da “literatura negra” como marca de pertencimento étnico, dando voz a um grupo silenciado e marginalizado historicamente. Reivindicar uma literatura negra com o recorte de gênero é desconstruir o mito de inferiorização, é reivindicar a alteridade não como uma apartação, mas sim como valorização da marca de pertencimento étnico.

Por isso, a publicação e a análise de obras de escritores negros é uma necessidade política de desconstruir “verdades” cristalizadas pela misoginia e racismo. A pluralização das vozes no espaço literário pode tirar a literatura da servidão a um pensamento hegemônico de uma sociedade dominadora. Escrever e publicar é afirmar um espaço, ecoando a voz e marcando a existência.

## 1.2 APORTE TEÓRICO

Para refletir sobre a condição da mulher negra, torna-se necessária uma abordagem compartilhada entre os estudiosos que buscam entender a realidade sob um

---

<sup>3</sup> Aqui o sentido de contemporâneo é “aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são para quem deles experimenta contemporaneidade. Contemporâneo é aquele que recebe em pleno rosto o facho de trevas que provém de seu tempo”. Cf. Agamben (2009, p. 62).

enfoque interdisciplinar. Desta forma, além das teorias acerca dos gêneros, vamos nos apropriar de alguns conceitos e interpretação da sociologia e recorrer a um novo campo de estudos e investigações denominado geografia de gênero, que entende uma ligação entre as variáveis: gênero, raça e espaço. Nesta perspectiva, há uma dimensão espacial das relações raciais e de gênero bem demarcadas, o que justifica a existência de espaços em que determinados grupos sociais ou indivíduos se sentem habituados e outros que lhes são estranhos. Para levantar a discussão sobre a espacialidade da mulher negra, enquanto sujeito social na escrita contemporânea, a geografia de gênero se torna uma categoria útil de análise para explicitar as desigualdades entre homens e mulheres a partir da incorporação das diferenças sociais e territoriais nas relações de gênero.

Para os estudiosos da área, a geografia do gênero é baseada no fato de que há diferenças culturais entre o masculino e o feminino na maneira de conceber o mundo e vivê-lo, o que leva ao entendimento de que não se pode separar a categoria “gênero” das relações políticas, econômicas, sociais, culturais e raciais.

Neste sentido, vamos nos apropriar da noção de espaço de Milton Santos (1982; 1996), concebido como uma dimensão das relações sociais, como construção social que porta elementos simbólicos e que pode ser derivada em outras formas geográficas encontradas. Desta forma, a representação do espaço nas obras analisadas se vincula a aspectos simbólicos, culturais, de construção social e de figuração de poder, sendo o espaço uma dimensão das relações sociais.

Neste entendimento, a espacialidade é um elemento identitário no sentido de que no espaço se configuram formas e ações próprias de um determinado grupo ou indivíduo, possibilitando a leitura de significados sobre as representações coletivas e revelando relações de inclusão ou exclusão, hierarquias ou polaridades<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Conforme o pensamento do cientista social Jacques D’Adesky (2001), a identidade para se constituir como realidade passa pela interação da ideia que o indivíduo faz de si mesmo e do reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação.

### 1.3 HIPÓTESE DE LEITURA

Entendemos a geografia de gênero como aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos. A análise parte de dois aspectos estruturantes: personagem/espço, no intuito de investigar como espaço e personagens marginalizadas se relacionam em obras literárias da narrativa brasileira contemporânea. Ele parte de alguns estudos que apontam para o predomínio do espaço urbano na narrativa brasileira contemporânea como reflexo dos fluxos migratórios ocorridos a partir da década de 1960, com o processo de industrialização e o crescente êxodo rural, dados confirmados pelos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apontando para a crescente urbanização da população brasileira.

Assim, o urbano, como lugar de visibilidade das relações que são entretidas nesse espaço de construção social, permite o estudo das práticas cotidianas que reforçam os hábitos de manutenção das desigualdades de gênero, bem como a sua superação. A hipótese é que podemos rastrear as desigualdades socioeconômicas e espaciais das mulheres negras, demonstrando que as possibilidades de cada indivíduo dependem, além das oportunidades oferecidas pelos lugares, das relações de gênero.

### 1.4 DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

Para atingir os objetivos propostos, o trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo será feita a revisão historiográfica acerca da situação do negro no Brasil e sua representação literária. Para essa análise recorreremos a diferentes áreas do conhecimento, como a Sociologia, História, Antropologia e Geografia, com a intenção de melhor compreender as relações dialógicas existentes entre a literatura e a realidade. Ainda nesse capítulo será discutido o conceito de Literatura Negra ou Afrodescendente e o posicionamento engajado, principalmente a partir dos anos de 1960, quando é evidente a presença de escritores que se assumem como negros ou afrodescendentes. Na perspectiva dos Estudos Feministas e de Gênero é feita a discussão das questões espaciais, procurando demonstrar que

homens e mulheres vivem o espaço urbano de forma diferente e que a relação entre gênero e espaço influencia na constituição dos lugares onde as diferentes experiências são vividas.

No segundo capítulo será feita a apresentação e análise do romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, procurando demonstrar que a autora, a partir de um *Bildungsroman* às avessas, traz à tona a viagem de Ponciá para a cidade como símbolo da história e metáfora da busca identitária e étnica dos afrodescendentes. A condição escrava de inexistência social dos antepassados foi legada para os seus descendentes, que experimentam a permanência de muitas das mazelas do regime escravocrata. A história de Ponciá soa como uma contranarrativa, já que reescreve a História do ponto de vista do grupo marginalizado, tornando visível o que foi ocultado e silenciado.

No terceiro capítulo será analisado o romance de Marilene Felinto, *As mulheres de Tijucoapapo*. A obra apresenta uma visão do mundo a partir da voz feminina. A narradora-personagem, ao escavar a sua história, se depara com os traumas de sua condição feminina e negra. Com um discurso abespinhado, a personagem narra o seu retorno a Tijucoapapo, em busca de suas raízes e de si mesma. Para isso, ela precisa evocar o passado para lhe dar um novo sentido. Ao reconstituir a falta de amor parental, os maus-tratos sofridos pela mãe e as traições do pai, ela se distancia daquilo que não quer e pode se constituir a partir daquilo que quer. A obra dialoga com a realidade ao denunciar a subalternidade feminina e a realidade sociocultural arraigada à estrutura econômica do Brasil.

Finalmente, nas considerações finais procuramos demonstrar que no Brasil, há conexão entre as desigualdades raciais e as desigualdades de gênero, que atingem profundamente as mulheres negras. Assim, chega-se à conclusão de que essas relações raciais desiguais que entrelaçam as relações de gênero hierarquizam os espaços de poder, fazendo com que as mulheres negras permaneçam em espaços subalternos e desprestigiados socialmente, justificando uma política de branqueamento, que por sua vez, reforça o sentimento de subalternidade dos negros, internalizado e arraigado na população brasileira.

## 2 O NEGRO NO BRASIL E SUA REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA

*A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria.*

Paulo Freire

A literatura como linguagem é uma construção discursiva que expressa valores éticos, culturais, políticos e ideológicos. Basta observar que a legitimação da literatura passa pela crítica e historiografia literárias oficiais. Como bem enfatiza Dominique Maingueneau (2006, p. 7), “a literatura não é apenas um meio que a consciência tomaria emprestado para se exprimir, é também um ato que implica instituições, define um regime enunciativo e papéis específicos dentro de uma sociedade”.

Isto quer dizer que as obras literárias se alimentam não só de outras obras, como também de relações com enunciados que nada têm a ver com a literatura, revelando a ação das forças sociais sobre a literatura, já que a obra literária se apresenta carregada de representações sociais, sinais, gestos e palavras cujos sentidos são construídos socialmente. Como bem salienta Bourdieu (1998), a estrutura presente nos sistemas simbólicos e que orienta as ações dos agentes sociais reproduz em novos termos as principais diferenciações e hierarquias presentes na sociedade, ou seja, as estruturas de poder e dominação social.

A afirmação de Pierre Bourdieu fica evidente com a investigação desenvolvida por Dalcastagnè (2007) que, ao fazer o levantamento das ausências na literatura brasileira contemporânea, observa que os séculos de racismo afastam dos espaços de poder e de produção de discurso determinados grupos sociais, principalmente os negros, que são invisibilizados e silenciados. A sua afirmação foi resultado da análise de 258 romances, publicados, nos últimos 15 anos, pelas três maiores editoras do Brasil: Companhia das Letras, Record e Rocco. Em sua análise, a pesquisadora verificou que 93,9% dos escritores são brancos; 2,4% são não brancos e 3,6% não identificados. O resultado revela que existe uma baixa presença da população negra entre as personagens, que, além disso, costumam ser representadas de forma estereotipada: bandidos/contraventor, empregado doméstico, escravo e profissional do sexo. Para essa autora, a ausência da população negra na literatura pode ser justificada pelo fato de ela ser um espaço em que são produzidas e perpetuadas determinadas



representações sociais. Por isso, a literatura deixa de fora a opressão cotidiana das populações negras e as barreiras que a discriminação impõe às suas trajetórias de vida, eliminando tais questões dos discursos públicos, incluindo o romance.

A visão de que a sociedade brasileira se pauta em hierarquias de um poder que legitima a visão do belo da classe dominante e pouco considera a literatura afro-brasileira é também focado por Álvaro Hattner (2009), ao observar a superficialidade com que são tratados os poetas afro-brasileiros pelo historiador da literatura brasileira Alfredo Bosi. Em sua investigação, Hattner aponta a ausência da produção literária afro-brasileira posterior à Semana de Arte Moderna. Apenas em 1943, surge a obra de Roger Bastide, sociólogo “francês abasileirado”, na expressão de Gilberto Freyre, que busca compreender a “identidade brasileira”. Depois disso, temos a publicação, em 1959, da obra de Raymond Sayers: *O negro na literatura brasileira*. Nessa obra, o negro aparece como tema e não como criador de literatura, sendo apresentados por Raymond Sayers os diferentes tipos de negro: o melancólico, o escravo nobre e o escravo sofrido. Para o autor, essas visões estão de acordo com as diversas perspectivas sobre a escravidão presentes nas obras que pertencem a um determinado contexto literário.

Hattner (2009) observa que nas últimas décadas ocorre uma revolução na crítica literária, com o surgimento de forças que desbravam o território literário canonizado. Por exemplo, no ano de 1983, foi lançado *Raça e cor na literatura brasileira*, de David Brookshaw, e em 1987, de Zilá Bernd, *Negritude e literatura na América Latina*. Além disso, ocorreu o aumento do interesse das editoras pela produção literária negra. Neste contexto é que foram publicadas duas obras fundamentais para os estudos de literatura negra no Brasil: *Poesia negra no Modernismo brasileiro*, de Benedita Gouveia Damasceno, e *Introdução à literatura negra*, de Zilá Bernd.

Hattner (2009) acredita que a demora na publicação das obras comprova os mecanismos de exclusão da literatura afro-brasileira, que atingem não só as suas expressões, mas também seus discursos críticos. Existe inclusive uma discussão acerca da denominação “literatura negra brasileira” ou “literatura afro-brasileira”, já que reivindicar o termo “negro” é uma autoafirmação enquanto coletividade e uma atitude política que legitima o lugar de fala do escritor que é dono do seu discurso e enunciador da sua experiência de ser negro na sociedade.

Para as autoras Benedita Gouveia Damasceno e Zilá Bernd, a denominação “literatura negra” não é determinada pela cor, que não seria característica essencial da literatura negra. Por seu lado, Hattner (2009) argumenta que é improvável que um escritor

branco queira afirmar uma identidade negra, ou seja, possuir um sentimento de orgulho acerca da cultura negra. Neste sentido, ele defende que a literatura negra é aquela produzida por escritores negros com a visão de mundo e experiência histórica de negro. Para o autor, “literatura negra” é a experiência negra transcrita, já que ela se manifesta por meio de elementos de composição formal tais como: palavras, imagens e símbolos contidos na criação literária. Ela representa a expressão imaginativa dos escritores negros, tanto na exaltação da especificidade identitária, como inclusão histórica social, e um meio de denúncia e resistência ao racismo.

Em seu mapeamento da literatura negra, Hattner (2009) reconhece que, apesar de apresentar visões estereotipadas do negro, o ensaio de Cassiano Nunes, *A poesia negra no Modernismo Brasileiro*, publicado em 1972, traz uma das primeiras tentativas de caracterização de produção poética negra brasileira: temas da vida da população negra, utilização de ritmos negros, utilização de um vocabulário novo, rico e sugestivo e expressão das vivências negras. Em Benedita Damasceno ocorre a caracterização da criação literária negra brasileira na própria poesia de autores negros produzida depois da segunda década do século XX. Nessa obra são atribuídas à literatura negra as seguintes categorias: afirmação da identidade negra; ausência de um código de cor básico e obrigatório; uso de temas da vida e da população negra resultantes de vivências próprias ou de estudos e observações conscientes; reprodução de ritmos negros; introdução na poesia de termos e palavras do vocabulário afro-brasileiro e a transformação e reabilitação semântica da linguagem.

Essas características, encontradas também na escritura de Zilá Bernd, levam Hattner (2009) a reconhecer que a marca da linguagem e o empenho em resgatar uma memória negra esquecida é o ponto de interseção entre Bernd e Damasceno que legitima uma escritura negra. Entretanto, a maior visibilidade da literatura afro-brasileira está relacionada ao movimento de consciência e reivindicação do povo afrodescendente. Na esteira desses movimentos é que emerge um padrão editorial pautado na desconstrução e reelaboração de paradigmas, colocando-se contra a corrente dos modelos canonizados e lutando contra as instâncias de legitimação.

Outra contribuição sobre as representações de afrodescendentes na literatura negra no Brasil vem de Florentina Sousa (2008). O foco de sua análise é a inter-relação entre as categorias “gênero” e “raça”, partindo da reflexão de Nancy Levys Stepan<sup>5</sup> que identifica no

---

<sup>5</sup> Nancy Levys Stepan, professora da Universidade de Colúmbia, em Nova York, é autora de diversos livros, dentre eles, *The Idea of Race in Science: Great Britain, 1800-1860* (1982) e *Picturing tropical nature* (2001).

discurso científico do século XIX, uma analogia entre gênero e raça, de modo que o cientista poderia usar a diferença racial para explicar a diferença de gênero, isto é, a ciência usou termos para “naturalizar” a depreciação de gênero e raça.

Apoiada no ensaio de Sander Gilman intitulado *Black Bodies, White Bodies: Toward Iconography of Female Sexuality in Late Nineteenth Century Art*, Souza (2008) demonstra a rede de convenções que define os corpos negros, quase que exclusivamente, a partir da sexualidade. Desde o século XVIII, a sexualidade dos negros era símbolo de desvios sexuais: a suposta animalidade e o desregrado apetite sexual da mulher negra representavam a antítese do comportamento branco europeu, o que fundamentava a ideia de “anomalia” dos corpos negros. Assim, o discurso científico, que se consolida no mundo moderno, justifica a eugenia como um conhecimento científico e social. A utilização dessa abordagem teórica evidencia a imensa autoridade social que a ciência exerce e a maneira pela qual ela produz percepções e técnicas capazes de conformar interpretações culturais e levar ao desenvolvimento de diversas estratégias sociais, como, por exemplo, a representação da prostituta no século XIX, que forja uma ligação entre raça e doença, que torna a mulher negra representante da mulher sexualizada e como fonte de corrupção e patologia.

Souza (2008) remete à reflexão presente no trabalho de Bell Hooks *Eating the Other, Desire and Resistance*, em que Hooks discute a transformação do corpo negro como mercadoria e fonte de satisfação das fantasias sexuais como um “playground alternativo”. Assim, através do outro, as relações dominantes de poder mantêm imaculadas as mulheres brancas. Vale lembrar que na literatura brasileira são vários os exemplos de representação do corpo da mulher negra como um “playground alternativo”, significando o prazer livre de culpa e a comercialização do corpo da mulher negra como algo pronto para ser devorado por uma tradição patriarcal, sexista e racista.

Isto pode ser visto em alguns escritores brasileiros e na forma como representam as mulheres: Gregório de Matos hierarquiza as mulheres pela cor (raça) e pela função a ser exercida em relação ao homem; José de Alencar, no romance *O Guarani*, discursa sobre a diferença entre a personagem feminina branca (pureza) e a mestiça (sedução), reforçando o campo imaginário desta caracterização da mulher. Mais tarde, a morena será a “mulata” que tem a sexualidade potencializada na sua representação como Rita Baiana, no romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo.

---

Durante os anos 1980, ela realizou pesquisas sobre eugenia, demonstrando que esse foi um movimento de ideias que emergiu em várias partes do mundo, conformando-se aos diferentes contextos nacionais.

O estudo de Souza (2008) leva à conclusão de que no Brasil, a subalternização da mulher não é exclusividade da mulher negra, como pode ser visto nos textos fundadores do discurso da nacionalidade, em que a mulher em posição de subserviência ao homem é propensa a todo sacrifício em benefício do marido, pai, filhos. Da mesma forma que é função do homem morrer pela pátria, a função da mulher é a de morrer pelo homem, como é possível observar na representação das heroínas românticas, símbolos de pureza, honestidade e capacidade de amar. Entretanto, se somam à representação da mulher negra os estereótipos de prostituta, irresponsável ou mãe preta. Para a autora, a representação de personagens negras como extravagantes e capazes de incitar a volúpia e a sensualidade está presente na literatura dos séculos XIX, XX e XXI, reiterando estereótipos em diferentes contextos sociais, demonstrando que a estratégia repetitiva da estereotipia de gênero e raça é uma característica da literatura brasileira.

Para o estudo da estratégia da estereotipia de gênero na literatura brasileira, Eduardo Assis Duarte (2009) traça um panorama da representação da mulher negra no cânone literário brasileiro, de Gregório de Matos a Guimarães Rosa, e apresenta os estereótipos da mulher afrodescendente que habitam o imaginário masculino brasileiro e a sua migração para a ficção e poesia de vários autores. O autor observa que a condição do corpo disponível da mulata vai figurar com insistência na representação literária. Para ele, o imaginário acerca da sexualidade da mulher não europeia tem origem na visão do colonizador. Ele traz à apreciação a carta de Américo Vesúcio, *Mundus Novus* (1503), que enfatiza “as belas formas das índias, sua luxúria e seus artificios sexuais”, contrários aos padrões monogâmicos judaico-cristãos.

Assim, a representação desses estereótipos é antiga e está presente em Gregório de Matos (1636-1696), que enfatiza a sensualidade e a promiscuidade da mulher afrodescendente; José de Alencar (1829-1877), que exalta o modelo eurocêntrico feminino e afirma que a indolência, malícia, sensualidade, poder de sedução e falta de integridade moral são características das mulheres mestiças, ou “morenas ardentes”; Manoel Antônio de Almeida (1831-1861), que representa a mulher afrodescendente como detentora de uma “frouxidão moral” e de grande luxúria; em Aluísio Azevedo (1857-1913), onde a mulher afrodescendente é apresentada como demoníaca, levando os homens à decadência moral e física.

Outra tônica que permeia a representação da mulher afrodescendente é a sua infertilidade. Em seu estudo, Duarte (2009) afirma que a esterilidade do corpo afrodescendente está vinculada ao prazer carnal sem compromisso, contrapondo-se ao modelo da mulher branca, que tem na maternidade a exaltação de suas virtudes. O modelo de

representação – corpos disponíveis/infertilidade – é repetido em outras personagens marcantes da literatura brasileira, como Jorge Amado (1912-2001) e Guimarães Rosa (1908-1967).

A permanência da imagem estereotipada da mulher afrodescendente, como ser infértil e voltada ao ato libidinoso, atravessa séculos, fato que leva Duarte (2009) a questionar o sentido da “democracia racial” e a recorrência na literatura do termo “mulata”, no lugar de “negra”. Em seu étimo, a palavra “mulata” deriva de “mulo”, “mula”, “animais híbridos e estéreis”, reforçando o discurso científico do século XIX que proclamava a infertilidade ocasionada por relacionamentos interétnicos. A migração deste discurso para a literatura é perceptível nas palavras de Sílvio Romero, ensaísta e crítico literário, para quem “as raças diferentes pouco coabitam e, quando o fazem ou não produzem ou, se produzem, são bastardos infecundos depois da segunda ou terceira geração” (ROMERO, *apud* DUARTE, 2009, p. 34).

Ao analisar a obra de Conceição Evaristo, Duarte (2006) identifica o recalque da representação materna da mulher negra na literatura brasileira como produto do imaginário judaico-cristão e a sua construção da identidade feminina alicerçada “no bem e no mal”. Eva, a primeira mulher, seduziu e levou Adão, o primeiro homem, ao pecado. Ela passou a simbolizar o mal que legou de herança para a sua descendência. Por outro lado, Maria, mãe de Jesus, representa o bem, e sua maternidade é capaz de redimir o pecado original. Na obra de Evaristo, a imposição da esterilidade na mulher negra demoniza seu lugar de existência, sem chance de redenção. Para Duarte (2006), a “infertilidade” propagada pelos textos canônicos é “apenas a ponta de um iceberg” mais amplo e profundo, voltado para o apagamento da contribuição africana para a história e cultura brasileira.

Na contramão da estereotipia, o romance *Úrsula*, escrito pela maranhense Maria Firmina dos Reis, teve sua primeira publicação em 1859, vindo a ser estudado na década de 1970, como o primeiro romance de autoria afrodescendente da literatura brasileira. No romance, a autora dá voz à personagem mãe Suzana para que, a partir de suas memórias, fale sobre a África, os horrores do sequestro de seu povo e a violência a que os escravos eram submetidos. O romance de Maria Firmina é considerado o pioneiro na desconstrução da representação estereotipada da mulher negra na literatura brasileira.

Essa desconstrução foi reforçada pela publicação de várias outras obras, como, por exemplo, *Primeiras trovas burlscas* (1859), de Luiz Gama, que recusa o erotismo vulgar na representação da mulher e louva sua “musa Azeviche”, descartando a ideia de “corpo disponível”. Machado de Assis, em seu poema *Sabina* (1875), refuta o preconceito na representação da mulher afrodescendente, enquanto Lima Barreto em *Clara dos Anjos* (1922)

enfoca um relacionamento inter-racial, quebrando com a visão da sexualidade exacerbada e vulgar da mulata. *Dictinha* (1938), livro de poemas de Lino Guedes, retrata a mulher negra como meiga e singela, “a mais linda das pretinhas”, elevando a beleza física e a condição moral da personagem. Na mesma perspectiva, Solano Trindade publica seus primeiros poemas (1920) enfatizando a beleza, a participação política e a memória afrodescendente da mulher negra. Assim também são os textos de Aloísio Resende (1930) e as personagens femininas do teatro de Abdias Nascimento (1950).

A publicação desde 1978 da série *Cadernos Negros* marca definitivamente a ascensão da literatura afrodescendente, trazendo visibilidade à autoria feminina negra, como Conceição Evaristo, Lia Vieira, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Sônia Fátima da Conceição. Autoras em sua maioria excluídas do mercado editorial e do circuito acadêmico, encontram na publicação coletiva a principal via de contato com o público leitor. Temas como escravidão, diáspora, herança cultural africana, assunção da identidade negra, a condição feminina, incluindo a maternidade, são recorrentes nas obras das autoras, que também apresentam o redirecionamento da voz narrativa que rejeita a estereotipia da representação da mulher negra e reafirma um sujeito político disposto a refletir, sonhar e resistir.

Os *Cadernos Negros* vêm contribuindo para dar visibilidade à literatura feita por afrodescendentes no Brasil, além de constituírem, segundo Ribeiro e Barbosa (2008), um fator significativo e importante para a história da literatura afro-brasileira, visto que se tornou um canal de divulgação para, entre outras, a obra de Conceição Evaristo, desde 1990, quando publicou seus primeiros poemas. A importância dos *Cadernos Negros* é atestada pela professora norte-americana Carolyn Richardson Durham, que afirma ser a coletânea uma quebra de tabus e indicação de outras perspectivas literárias que se produzem com o legado advindo de uma herança africana e dos valores afro-brasileiro (*apud* FONSECA, 2008, p. 64).

## 2.1 LITERATURA NEGRA OU AFRODESCENDENTE: UM POSICIONAMENTO POLÍTICO

*A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa-grande” e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos.*

Conceição Evaristo

Afinal quais os critérios que definem uma literatura negra ou afrodescendente?

Quem nos responde é Duarte (2009), ao afirmar que a literatura afro-brasileira é um campo extremamente rico em realizações e descobertas, que propiciam a ampliação de seu *corpus*, tanto na prosa quanto na poesia. É tão contemporânea quanto se estende ao século XVIII; é realizada tanto nos grandes centros quanto nas literaturas regionais.

Nesse debate, Domício Proença Filho (1988) contribui ao definir a literatura negra pelos temas abordados e não pelo pertencimento étnico do autor. Isso leva ao questionamento se o uso do termo “literatura negra” não é uma forma de discriminação que pode contribuir para reforçar o jogo do preconceito velado, já que separa e classifica a produção literária dos negros do contexto maior da literatura brasileira.

Já Duarte (2009) observa que algumas constantes discursivas se destacam e têm sido utilizadas como critérios de configuração dessa literatura. Dentre elas, o fato do negro ser o tema principal da literatura negra (temática), a autoria, ou seja, uma escrita proveniente de autor afro-brasileiro (autoria); o ponto de vista, já que não basta ser afrodescendente, mas é necessário assumir uma visão de mundo identificada à história, à cultura e a toda problemática inerente à vida deste grupo (ponto de vista); linguagem fundada na constituição de uma discursividade específica, marcada pela expressão de ritmos e significados novos e o uso de vocabulário pertencente às práticas linguísticas oriundas da África e inseridas no processo transculturador em curso no Brasil (linguagem); formação de um público leitor afrodescendente como fator de intencionalidade próprio a essa literatura (público).

Para Duarte (2009), nenhum dos elementos isolados propicia o pertencimento à literatura afro-brasileira, mas sim a sua interação. A literatura afro-brasileira é empenhada em um projeto suplementar, uma escritura que seja não apenas a sua expressão enquanto sujeitos de cultura e de arte, mas que aponte o etnocentrismo que os exclui do mundo das letras e da

própria civilização. Por isso, cabe identificar o seu caráter político, ao questionar e abalar a trajetória progressiva e delinear a historiografia literária canônica.

Para Bernd (1988), a literatura negra apresenta um sujeito de enunciação que se afirma e se quer negro, por isso reivindica a visibilidade a um grupo historicamente excluído. Para a autora, a literatura negra não seria determinada pela cor da pele do autor e nem apenas pela temática desenvolvida por ele, mas sim pelo assumir-se enquanto eu-enunciador negro. Esse eu-enunciador que se quer negro seria o aporte teórico para a conceituação de literatura negra. Assim, ela identifica como denominadores comuns em textos de literatura negra a recorrência aos temas relacionados à África; a literatura como missão; a representação da coletividade negra; a libertação do povo negro oprimido; a dominação ocidental; a escravidão e a miséria.

Bernd (1988) aponta Luís Gama (1830-1882) como o precursor da literatura negra no Brasil, pois o poeta reivindica uma identidade negra e sua escritura expõe o modo negro de ver e sentir o mundo. Diferentemente ocorre com Castro Alves (1847-1871), cuja poesia não se enquadra no conceito de literatura negra, embora seja intitulado “poeta dos escravos”, já que o “eu-lírico” proclama um discurso sobre o negro, sob um ponto de vista do outro.

Maria Nazareth Fonseca (2006) relaciona a designação “literatura negra” às discussões de movimentos culturais que surgiram nos Estados Unidos e no Caribe, registrando um tipo de literatura que assumia as questões relativas à identidade e às culturas africanas. Segundo a autora, para alguns teóricos, o conceito de literatura negra e o de literatura afro-brasileira são excludentes, pois particularizam uma literatura que deveria ser conceituada dentro da cultura brasileira. A autora considera a particularização como forma de rotular e aprisionar a produção literária.

Alguns teóricos reconhecem que a particularização é necessária. A reivindicação do estigma tem um significado político, que é o de dar visibilidade a uma coletividade que foi silenciada. Esse silêncio é evidenciado pela quase ausência de escritores negros no cânone literário brasileiro. A consciência desse fenômeno fez crescer a recorrência ao termo “literatura negra”. Assim, apenas a partir da década de 1980 foram publicadas algumas antologias abordando a questão negra e apresentando textos pouco difundidos nos meios acadêmicos.

Com a publicação dos *Cadernos Negros* (1978), coletânea publicada pelo Movimento Quilombhoje, essa literatura se faz presente de forma múltipla e diversa e inscreve as experiências de uma coletividade marginalizada, tornando-se um veículo de



afirmação da identidade cultural e posicionamento político, demonstrando que essas experiências foram marcadas a ferro e fogo, possuindo raízes históricas.

O sistema escravocrata deixou uma amarga herança de atitudes autoritárias na sociedade brasileira, visíveis nas relações trabalhistas, na violência policial, na prostituição infanto-juvenil, dentre outros. As forças escravocratas estão presentes no racismo e preconceito que, mal disfarçadamente, querem silenciar os negros e deixá-los marginalizados. Júlio José Chiavenato (1986) observa que no Brasil, o imaginário social atribui aos negros a responsabilidade pela discriminação, fato que o autor denomina de “fascismo social”, já que de vítima histórica, o negro passa a ser o responsável pela construção cultural da sua inferiorização.

Neste entendimento, a literatura afro-brasileira é uma contranarrativa, já que é comprometida com a reescrita da história, a partir do ponto de vista da classe que foi subalternizada. Isso vale, principalmente, para a produção literária da mulher negra.

Sobre o assunto, Heloisa Gomes (2004) reconhece que a escrita da mulher negra é construtora de pontes entre o passado e o presente, pois traduz o saber e a experiência de mulheres através das gerações e as experiências de autoras de diferentes idiomas e nacionalidades que possuem a paixão do narrar. A palavra é utilizada, por essas mulheres, como ferramenta estética e de fruição, de autoconhecimento e de alavanca do mundo.

Sabemos que a hierarquização das diferenças não é algo natural, mas uma construção social e histórica, afirmação que remete ao estudo de Francineide Palmeira (2011) ao observar que a decodificação das diferenças a partir de uma escala de valores de superioridade/inferioridade é um modelo de poder construído depois da descoberta da América, quando a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados era pautada na ideia de raça. Para a autora, essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. O que nos leva a pensar que a relação desigual entre povos conquistados e conquistadores sempre existiu, mas a racialização das diferenças fenotípicas e culturais dos povos significou uma nova forma de legitimar as relações de superioridade e inferioridade entre os povos dominados e os povos dominantes e, principalmente, implicou na naturalização da diferença e hierarquização da população.

Para compreender o silêncio da produção teórica sobre a desigualdade e o racismo no Brasil, torna-se importante buscar na produção teórica feminista americana e o seu ecoar no Brasil no ano de 1981.

O estudo de Sandra Azerêdo (1994) procura mapear essa produção, iniciando com a publicação de obras como o livro de Bell Hooks, *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*; o de Angela Davis, *Women, Race and Class*; e o livro editado por Cherrie Moraga e Gloria Anzaldúa, *This Bridge Called my Back: Writings by Radical Women of Color*. Essas publicações tinham em comum o fato de serem escritas por mulheres negras e apresentarem uma crítica ao etnocentrismo das feministas brancas que, ao se concentrarem no estudo das relações entre homens e mulheres, perderam de vista as especificidades de raça e classe e as multideterminações das categorias de gênero.

No Brasil, em 1981, foi publicado o primeiro volume da *Coleção Perspectivas antropológicas da mulher*, trazendo um artigo de Bruna Franchetto, Maria Laura Cavalcanti e Maria Luíza Heilborn, “Antropologia e feminismo”; e o artigo de Tania Salem, “Mulheres faveladas: com a venda nos olhos”. Essas publicações versavam sobre a influência da variável “classe” na determinação das relações de gênero no Brasil. Porém, a categoria “raça” não aparece nessas publicações, nem mesmo quando se abordam as relações entre empregadas e patroas no artigo de Tania Salem. O que ficou evidenciado, principalmente no artigo de Bruna Franchetto *et al.* foi a dificuldade em analisar “gênero” considerando simultaneamente outras categorias, como “raça” e “classe”.

O artigo de Bruna Franchetto *et al.* (1981) reconhece que historicamente, a teoria feminista, de forma geral, e a antropologia feminista, em específico, têm ocupado um lugar liminar e intelectualmente inferiorizado dentro do campo acadêmico brasileiro. Ambas vêm sofrendo resistência do próprio movimento feminista, que vê com desconfiança a produção acadêmica e, por outro, da própria comunidade acadêmica, que as considera um tema menor, segundo critérios definidos em um campo de relações de força e de legitimidade constitutivo do campo intelectual.

Ao comparar a produção teórica e as práticas feministas nos Estados Unidos e no Brasil, Azerêdo (1994) observa que entre as feministas brasileiras a questão racial fica a cargo das mulheres negras. Ela afirma que a questão racial deve ser compreendida, da mesma forma como o gênero, em uma constituição de relação de poder que determina tanto a vida das mulheres e homens negros, como a de homens e mulheres brancos, ou seja, no Brasil há uma visão parcial sobre gênero e as discussões sobre raça ainda não estabeleceram um diálogo produtivo.

Para Azerêdo (1994), ser mulher é um constructo social, e o feminismo um movimento social que visa mudar as formas percebidas como opressoras de construção de identidade feminina e propor novas formas, tornando-se fundamental que o feminismo

reconheça e reflita sobre a diversidade das produções culturais da identidade feminina, pois a mulher não é uma realidade homogênea. Como exemplo da diferença entre as mulheres, a autora aponta a questão da reprodução. Nos Estados Unidos, para as mulheres negras essa é uma problemática que gira em torno do controle dos filhos: a liberdade de não serem destruídos por prisões, mortalidade infantil, moradia inadequada, educação racista, vício em drogas. Para as mulheres brancas, a posse do próprio corpo concentrou-se em relação à liberdade reprodutora. Azerêdo (1994) atenta para o fato de que no Brasil a situação é semelhante à dos Estados Unidos, com diferenças em relação à questão dos direitos reprodutivos. Ela afirma que a incorporação de outras categorias de opressão às questões de gênero se torna barreiras, em alguns dos pressupostos teóricos, para a teoria feminista e para a prática política, abrindo caminhos para a criação de alianças entre mulheres diferentes e bases para uma ação política.

É perceptível que a ausência da variável “cor” em algumas análises sobre a condição feminina leva os estudos de gênero a homogeneizar a força de trabalho, como se as especificidades que afetam as mulheres negras pudessem ser analisadas no quadro geral dos problemas concernentes às mulheres.

No Brasil, os estudos clássicos das relações raciais, como os de Gilberto Freyre e Roger Bastide, apresentam o papel da mulher negra na manutenção dos nichos culturais de origem africana ou como sujeito essencial no processo de miscigenação, capaz de diminuir a intensidade dos conflitos raciais, o que é confirmado no estudo de Maria Aparecida Bento (1995) sobre as relações de gênero e raça.

Mais tarde, os estudos de Florestan Fernandes e Octávio Ianni vão privilegiar as relações entre raça e classe. A mulher negra no período pós-abolição passa a ser vista como mantenedora material da família, já que o homem negro foi excluído do mercado de trabalho. A novidade desses estudos é que evidenciavam a desigualdade racial, porém, postulavam que na emergência e na expansão do capitalismo, os negros seriam absorvidos no mercado de trabalho formal, independente da questão racial.

Para Bento (1995), nas últimas décadas, os estudos apontam para a manutenção das desigualdades raciais no mercado de trabalho. A desigualdade é ainda mais desigual em relação à mulher trabalhadora negra: remuneração mais baixa em comparação a outros grupos de trabalhadores, mesmo que possua escolaridade compatível com o cargo; desemprego acentuado, concentração em atividades menos prestigiadas socialmente.

Uma das justificativas para a desigualdade salarial da mulher negra seria a baixa escolaridade e menor preparação para o mercado de trabalho. Esta falsa hipótese é derrubada

por estudos que revelam que a boa escolaridade não exime mulheres negras de discriminação e desigualdades nas relações de trabalho.

Bento (1995) nota que além do salário, a mulher negra também é discriminada nas funções. Naquelas que exigem certos atributos estéticos, como por exemplo, vendedora, recepcionista e secretária, as mulheres brancas estão representadas cinco vezes mais do que as mulheres negras. Sobre os mecanismos de discriminação racial no trabalho, Bento (1995) afirma que as pesquisas apontam que competência no trabalho não significa ascensão social. Uma das entrevistadas, em sua pesquisa, é trabalhadora de uma fábrica, responsável pelo treinamento de novos funcionários, inclusive os que vão assumir cargos de comando, entretanto, ela nunca conseguiu ascensão. A explicação do seu chefe para não promovê-la é que além de ser mulher, ela é negra.

Segundo Bento (1995), a mulher negra experimenta uma maior precariedade no mercado de trabalho, pois gênero e raça são categorias que acentuam a discriminação na ocupação de atividades formais de emprego. Como forma de resistência, a mulher negra utiliza como estratégia individual o destaque pela competência: “Ser o que se espera”; a negação da discriminação: fugir da dor que advém da discriminação; a agressividade: reação ao conflito racial intenso dentro do local de trabalho e finalmente, um tipo de reação que pode ocasionar mudança no quadro de discriminação racial no trabalho, a de caráter coletivo, que advém da tomada de consciência da identidade racial e da organização em entidades que possibilitem lutas por direitos.

Waldir Quadros (2004), ao analisar as diferenças nos rendimentos pessoais associados a raça e gênero no Brasil dos últimos anos, menciona um quadro global de gravíssimas desigualdades sociais e uma nítida hierarquia que tem, no topo, os homens brancos (não negros) e que vai descendo para as mulheres brancas, homens negros (e pardos) e, por fim, mulheres negras. O autor reconhece que essa realidade resulta de complexos e interativos mecanismos de discriminação, preconceito, diferenciação e a superexploração, cuja compreensão requer a análise de suas raízes e determinações histórico-estruturais.

A pesquisa de Quadros (2004) se restringe ao estudo da capacidade ou possibilidade que os indivíduos revelam em obter rendimentos monetários. Ela foi realizada a partir dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE, de 1992 e 2002. Por esses dados, as mulheres negras e pardas obtinham, em 2002, apenas 31% dos rendimentos dos homens brancos (não negros); os homens negros, 47%; e as mulheres brancas, 62%. Tais dados sugerem que as distorções se originam, sobretudo, no acesso diferenciado às ocupações mais bem remuneradas, revelando que nos distintos níveis

de rendimentos, os homens e mulheres brancos são amplamente majoritários nos níveis superior e médio. Apenas no nível baixo, os homens negros começam a demonstrar uma presença mais significativa, enquanto as mulheres negras só o fazem nos níveis inferior e ínfimo.

Em relação à distribuição das oportunidades ocupacionais, o estudo de Quadros (2004) aponta para o acesso desigual às ocupações mais bem remuneradas; configurando-se dois perfis básicos: um masculino e outro feminino, que se diferenciam internamente em função da raça, com as mulheres negras sendo as mais penalizadas.

No que tange às distorções na escolarização, fica evidente que a concentração de renda, em grande medida, explica o acesso diferenciado à escolaridade. Verifica-se que as mulheres brancas são as que revelam o melhor perfil de escolaridade, ainda que seus rendimentos médios sejam inferiores aos dos homens brancos. Por sua vez, as mulheres negras também possuem um perfil de escolaridade superior ao dos homens negros, com rendimentos inferiores tanto por nível de escolaridade como no total do segmento. Ou seja, o traço geral, há bastante tempo já conhecido, é que as mulheres sempre precisam de maior escolaridade para se inserir no mercado de trabalho, recebendo rendimentos inferiores aos dos homens. Por sua vez, o avanço dos segmentos negros localiza-se fundamentalmente nos ocupantes do nível mais baixo de escolaridade. De fato, os rendimentos dos homens negros afastam-se ainda mais daqueles obtidos pelos homens brancos nos dois níveis mais elevados de escolaridade. As mulheres negras avançam muito pouco entre as que possuem o segundo grau completo ou incompleto e ficam estagnadas no nível mais elevado.

Em sua conclusão, Quadros (2004) afirma que as evidências disponíveis revelam que as desigualdades são pouco expressivas no interior de cada nível social ou grupo sócio-ocupacional. Em outras palavras, os negros e mulheres que conseguem ingressar nos estratos mais bem situados aproximam-se das condições prevalecentes nos mesmos. Assim sendo, as distorções se localizariam sobretudo nas condições desiguais de acesso às ocupações mais bem remuneradas.

## 2.2 ESTUDOS DE GÊNERO: QUEBRANDO PARADIGMAS

*Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.*

Simone de Beauvoir

A autoria feminina e o acesso das mulheres à leitura foram marcados por condições históricas determinadas, como pode ser observado no estudo desenvolvido por Angélica Monteiro e Guaraciara Leal (1998). Ao traçarem o panorama da construção da cidadania feminina e da história das mulheres, as autoras asseguram que o termo “feminismo” data do século XIX e tem sua origem na luta das mulheres por seus direitos civis.

Em sua síntese histórica, as autoras afirmam que o domínio do homem sobre a mulher remonta à Grécia antiga, já que as mulheres e os escravos tinham posição equivalente. Em Roma, o poder masculino foi legitimado com o *paterfamilias*<sup>6</sup>. Durante a Idade Média era comum encontrar mulheres assumindo o comando dos negócios familiares e, como abadessas, tiveram papel importante na preservação da cultura greco-romana. Embora tivesse participação na vida social e econômica, contraditoriamente, a mulher, era cantada em prosa e verso, como uma figura frágil à espera de um cavaleiro. A Idade Média também foi cenário de perseguição e extermínio de mulheres. É conhecido o fato de que a Igreja, através da Inquisição, liderou o massacre do sexo feminino, dirigido, principalmente, às mulheres que viviam sozinhas e àquelas que não se submetiam aos padrões impostos.

Entretanto, como observam Monteiro e Leal (1998), mesmo durante a Idade Média, algumas vozes se levantaram em defesa do feminino, como Cristine de Pisan<sup>7</sup>, que reivindicava a educação como a forma de atingir a igualdade entre homens e mulheres. Embora essas vozes tenham sido muitas vezes silenciadas pela união dos poderes da Igreja,

---

<sup>6</sup> “*Paterfamilias*” não era exatamente o “pai” nem estava baseado no casamento, mas era o chefe da família, considerando a base patriarcal da família romana. Esta é denominada a “*familia comuni iure*”, constituída pelo “*pater*” (*dominus*) e pessoas oriundas da mesma “*domus*” (casa) e da mesma “*gens*” (clã). O “*paterfamilias*” tem o “*dominium in domo*” ou “*potestas*”, isto é, o domínio na casa, o poder sobre o grupo doméstico.

<sup>7</sup> Referências a Christine de Pizan, poeta e filósofa italiana que viveu na França durante a primeira metade do século XIV. Autora do *Livro da Cidade das Damas*, que lança o debate acerca da misoginia e defende as virtudes femininas na pluralidade da condição das mulheres.

monarquia e burguesia, elas ecoavam na escrita, como a da Rainha Margarida de Navarra<sup>8</sup>, Louise Labé<sup>9</sup> e Marie de Gournay<sup>10</sup>.

Mesmo a Revolução Francesa, marco na história universal com seus ideais de igualdade entre os indivíduos, não contemplou os direitos femininos, restringindo-se aos homens. Pelo contrário, a perseguição contra as mulheres se intensificava, principalmente quando em 1791, Olympe de Gouges<sup>11</sup> pôs em questão as relações entre os sexos, abordando o lugar de direito da mulher na sociedade. Ela se preocupava com causas como a emancipação das mulheres, a instituição do divórcio, a abolição da escravatura e a criação de um teatro para a dramaturgia feminina.

O mesmo clamor vinha de outros pontos da Europa. Na Inglaterra, a escritora e pensadora inglesa Mary Wollstonecraft lançou uma obra considerada uma das pioneiras do pensamento feminista, *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), enfocando a igualdade entre os sexos e defendendo o direito da mulher à educação.

Entretanto, à medida que o capitalismo se consolidava, tornava-se mais rentável a opção de utilização da força de trabalho da mulher e das crianças. Nesse contexto, muitas mulheres tornaram-se militantes, tanto pela causa operária como pelo acesso das mulheres ao poder político, como Jeane Deorin<sup>12</sup> e Flora Tristan<sup>13</sup>. A luta foi permeada por avanços e retrocessos, resultando no direito à propriedade para as mulheres casadas (Inglaterra, 1882), melhores condições de trabalho e direito à cidadania, com a conquista do direito ao voto.

Mas foi em meados do século XX que a questão da especificidade do feminino passou a constituir o ponto de partida da psicanálise e também ponto de retorno constante à teoria freudiana. Ao procurar saber o que é feminilidade, Freud, mesmo tendo escrito pouco sobre o assunto, deixou disperso em seus textos vasto material sobre o assunto.

---

<sup>8</sup> Margarida de Navarra escreveu um conjunto de 72 novelas do *Heptaméron*, entre 1540 e 1549, segundo o modelo de *Decamerón* de Boccaccio, enfocando temas sociais e humanos, como as relações entre os sexos, a virtude e o vício, clérigos lúbricos, maridos enganados e triângulos amorosos.

<sup>9</sup> Nascida em 1522, Louise Labé aprendeu a ler, a escrever, a bordar e a arte da esgrima. Conhecia o latim, o grego e o italiano, além de poeta e musica era ativista política, participando do cerco a Perpignan (1542), disfarçada de Captain Loys.

<sup>10</sup> Marie de Jars de Gournay, escritora francesa do fim do Renascimento.

<sup>11</sup> Em 1791, Olympe de Gouges lança a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, um modelo explicitamente feminizado e provocador da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789. Nele afirmava que a tirania e as injustiças masculinas deveriam ser combatidas pela militância das mulheres.

<sup>12</sup> Dedicou-se ao jornalismo em favor das causas feministas, políticas e sociais de seu tempo, em jornais como o *La femme libre*. Fundou também o Clube de Emancipação Feminina, em defesa da educação feminina, da organização de cooperativas e pela igualdade dos direitos políticos.

<sup>13</sup> Para Flora Tristan, a escrita era a arma a favor de todos os que sofriam. Por isso o seu engajamento literário-jornalístico em prol das mulheres e dos trabalhadores.

Em suas cartas a W. Fliess, Freud afirma:

Essas ondas sucessivas do desenvolvimento provavelmente possuem um ordenamento cronológico diferente nos sexos masculino e feminino. Contudo a principal diferença entre os sexos emerge na época da puberdade, quando as meninas são acometidas de uma repugnância sexual não neurótica e os meninos têm incrementado a libido (FREUD, 1976, p. 97).

O assunto é retomado no livro *A interpretação dos sonhos* (1900), no qual Freud sugere um paralelo entre os dois sexos: “a primeira afeição de uma menina é para com o seu pai e a de um menino é para com a sua mãe”. Nesse texto, Freud apresenta a tese de um desenvolvimento sexual paralelo das meninas e dos meninos, tendo o menino como modelo.

O autor continua sua exploração do universo feminino no texto *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, no qual ele faz uma reavaliação sobre a psicologia feminina e o significado da sexualidade da mulher. Este texto constitui a base dos futuros estudos sobre o tema, visto que até 1925, a tese acerca do Complexo de Édipo constituía uma das bases principais para a aquisição das sexualidades masculina e feminina. Nesse texto, Freud estabelece um novo domínio para a sexualidade das meninas. Para elas, o Complexo de Édipo é apenas uma formação secundária, pois antes de chegar ao amor pelo pai, há a fase pré-edipiana.

Em seu artigo *Feminilidade*, de 1933, Freud procura relatar o “enigma da natureza da feminilidade”, e tomando como base as concepções da época, analisa o binarismo entre os sexos em duas categorias diferentes: a mulher, hospedeira do óvulo – é o ser passivo; o homem, dono do espermatozoide que penetra o óvulo – é o ser ativo. Esse binarismo ativo/passivo em sua visão constitui a gênese da feminilidade, já que a menina é dócil e recatada à espera do pênis que lhe foi negado pela natureza e pelo qual ela luta para ter, a fim de eliminar seus traços de castrada.

Entretanto, o próprio Freud reconhece a ausência de parâmetros conclusivos sobre o que é específico do masculino e do feminino. Ele observa que os dados anatômicos e biológicos não são suficientes para definir o que é o masculino e o feminino, atribuídos na cultura, às funções reais e simbólicas, inerentes ao homem e à mulher. Ele também reconhece que a equivalência “masculino: ativo” e “feminino: passivo” pode ser influenciada pelo social.

Finalmente, Freud descreve como a menina (ser bissexual) vem a tornar-se uma mulher, apresentando a evolução libidinal da fase pré-edipiana da menina vinculada à sua mãe; passando pelo complexo de castração, quando a menina entra na fase edipiana, elegendo o pai como objeto de amor, e mudando o seu objeto amoroso juntamente com a zona erógena,



do clitóris para a vagina. Com isto, Freud lança as bases de análise do feminino que foi retomada por seus discípulos.

Freud foi acusado de androcentrismo por perpetuar o modelo patriarcal que sustentava algumas de suas posições, como a ideia de que o masculino se caracterizaria pelas faculdades morais superiores do pensamento e da vontade, ao passo que o feminino se fundaria nas faculdades inferiores do afeto e da dimensão corpórea; ou de que a feminilidade estaria associada à natureza, à obscuridade e ao primitivismo, enquanto a masculinidade estaria ligada à civilização. O problema da feminilidade em Freud tomou novas proporções quando ele analisou o complexo de Édipo sob a ótica da supremacia da libido masculina sobre a feminina. Para ele, o amor que o menino nutre pela mãe é recalcado, por medo de ser castrado e ter retirada dele sua identidade masculina, o símbolo de sua virilidade: o pênis. A menina abandona a mãe por frustração, desenvolvendo um sentimento de raiva por ela, e passivamente se entrega ao pai para que possa compartilhar o símbolo de sua virilidade: o pênis.

Desta forma, para Freud, a feminilidade surge quando a menina transfere a admiração pelo pai para outro homem, esperando dessa maneira receber a concretização do seu desejo frustrado de possuir um pênis. A ausência do pênis leva a menina a sentir inveja do menino, já que ele não é castrado. A feminilidade seria a resposta psicológica à descoberta da castração pela menina, que antes se masturbava e sentia prazer, porém passa a rejeitar essa prática ao se comparar com o menino. Sendo assim, na teoria freudiana, a castração é o ponto crucial do desenvolvimento da feminilidade, já que com a rejeição da masturbação clitoridiana, a menina assume de vez o papel de passividade.

Cabe assinalar que algumas passagens da obra de Freud abriram perspectivas inéditas sobre a sexualidade, entretanto em relação à questão da feminilidade, é reproduzida a ideia da superioridade da masculinidade diante da feminilidade. Não obstante, seus estudos abriram frestas para o desenvolvimento de outras teorias sobre a feminilidade.

Em meados do século XX, Simone de Beauvoir publica *O Segundo Sexo* (1980), obra fundamental para a compreensão das causas da opressão feminina. Beauvoir afirma que ser mulher é uma construção social e cultural. Ela refuta a ideia freudiana de castração, alegando que a desmama do nascimento é igual para os dois sexos. Inclusive, a frustração da separação inicial na menina é menos brutal que no menino, já que ela recebe mais carinho e mais proteção; enquanto o menino é instigado a procurar precocemente sua independência, devendo o macho ser forte e viril. Assim, as mulheres que cercam o menino perpetuam a tradição de sua virilidade ao elogiar o seu pênis como se fosse um troféu ganho dos deuses.

Colocam-se até nomes carinhosos para se referirem ao objeto fálico masculino; na menina, o sexo não é mencionado. Ela pode até concluir que é assexuada, pois seu sexo está escondido e não traz orgulho para a família.

Beauvoir demonstra que em diferentes contextos históricos a mulher se submete ao poder e comando da virilidade masculina. Ela procura traçar as diversas definições de mulheres ao longo da história, concluindo que a mulher é levada a viver o papel do outro, a alegrar-se com a alegria do outro, ou seja, à mulher é concedido o direito de ser o que o outro permite que ela seja.

A principal crítica de Beauvoir à teoria freudiana é que Freud analisa a mulher do ponto de vista masculino, perspectiva em que a mulher construiria sua feminilidade a partir de sua inferioridade em relação ao pênis. Assim, o patriarcado seria um sistema sexista que visa manter o homem no poder, e para que essa hegemonia do “macho” tenha sucesso, manobram-se as estruturas sociais de formas variadas, lançando mão da Filosofia, Psicanálise e História, a fim de solidificar o papel da mulher na sociedade: uma mãe zelosa, uma mulher companheira, de forma que toda teorização sobre a mulher e sua feminilidade serve para legitimar as estruturas autoritárias vigentes ao longo da história.

Ao comentar as ideias desenvolvidas por Simone de Beauvoir, a filósofa estadunidense Andrea Nye afirma que

a ampliação dos temas tratados em *O segundo sexo* preparou o caminho para alegações feministas radicais de que: o patriarcado é a constante universal em todos os sistemas políticos e econômicos; que o sexismo data dos inícios da história; que a sociedade é um repertório de manobras nas quais os sujeitos masculinos firmam o poder sobre 119 objetos femininos. Violações, pornografia, prostituição, casamento, heterossexualidade – tudo isso são imposições do poder masculino sobre as mulheres. A aquiescência das mulheres é uma indisposição de má fé de enfrentar sua própria falta de poder. A experiência prática das mulheres no movimento pelos Direitos Civis norte-americanos, nos protestos contra a guerra do Vietnã, e nas revoltas dos estudantes nos anos 60 confirmou a crítica de Beauvoir ao marxismo. A esquerda masculina aceitava as mulheres em suas organizações, mas não como dirigentes ou tomando iniciativas, nem estava interessada nas questões das mulheres (NYE, 1995, p. 119-120).

Nesse sentido, Magda Engelmann (1996), em sua dissertação, busca refazer o caminho para responder como e por que a mulher foi apartada da vida pública. Ela encontra na força da religião o apagamento feminino; em um primeiro momento com a opressão dos patriarcas do Antigo Testamento, em seguida com o Cristianismo que enclausurou a mulher em um sepulcro de silêncio, anulando a sua voz e sua identidade. Para confirmar a sua tese, a

autora nos remete ao *Malleurs Malleficarum*, livro que se tornou o manual oficial da Inquisição no século XV, ao enumerar as características que tornariam as mulheres mais propensas à bruxaria. Seus autores, Kramer e Sprenger, foram investidos de honra, glória e poder pelo Papa Inocêncio VIII, enquanto as mulheres foram acuadas e relegadas a uma situação de mudez e a uma existência sem interlocutores. Esses fatores marcariam o psiquismo que leva a mulher-autora contemporânea a disfarçar sua voz, esconder seu discurso por trás de um homem-narrador e uma voz masculina.

Já o estudo de Isabel Allegra Magalhães (1995) afirma que os signos linguísticos possuem uma vertente sexista convencionada pelo masculino. Desta forma, os textos expressam, em diversos níveis, as diferenças psicológica, histórica, antropológica e cultural que existem entre o homem e a mulher. Segundo a autora, essa diferença foi acentuada em meados do século XX, quando as mulheres passaram a usar com mais frequência o seu espaço de fala.

Tudo indica que nos estudos feministas houve uma evolução: de uma exposição de preconceitos sexistas nas obras literárias para uma perspectiva de registrar uma narrativa feminina em uma nova história literária. Esta é a visão de Annette Kolodny (1980) ao afirmar que essa mudança foi um marco para a ascensão da crítica feminista. Ela observa que a circulação em maior número de obras escritas por mulheres mudou a universalização das normas da crítica literária e faz emergir uma nova postura de análise literária de textos para além do cânone, em que os escritos de autoria feminina podem ser reconhecidos e apreciados.

A historiadora francesa Michelle Perrot (2008) aponta que a história das mulheres é feita a partir de silêncios. Para reconstruir essa história, é necessário investigar os “lugares da memória” em que a mulher deixou sua marca existencial: cartas, diários e literatura confessional. Para a autora, a história das mulheres é uma reconstrução de sentidos, é a recolocação de atores sociais no contexto histórico-social.

Perrot (2008) descreve as constrações surgidas durante a elaboração de uma história das mulheres: o ocultamento e o anonimato a que as mulheres têm sido submetidas, em relação aos homens e, portanto menor produção e divulgação de fontes, registros, falas, discursos, imagens e expressões artísticas sobre elas e por elas produzidas. Diante das ideias sobre a incompletude da mulher, a hierarquia sexual religiosa, as dificuldades de reconstituição de linhagens femininas, o caráter assexuado das estatísticas ligadas à economia e ao trabalho nas indústrias e a destruição diferencial dos vestígios sobre o mundo masculino e o mundo feminino, são, segundo a autora, os modos de produção do silêncio e da invisibilidade da mulher na história.

A reconstrução da história feminina deve ser feita através dos rastros deixados por elas em seus diários íntimos e correspondências. Pelo fato das mulheres serem encobertas nos documentos e registros, os arquivos e registros da vida privada se tornam a fonte para a reconstrução de um passado que ainda hoje no presente reivindica a presença da mulher na história.

No início do século XX, Virginia Woolf (2004) publica um ensaio no qual faz uma reflexão acerca das condições sociais da mulher e a sua influência na produção literária feminina. Nessa obra, Woolf cria uma personagem ficcional para descobrir se existe uma história das mulheres. A personagem Mary Beton recorre ao Museu Britânico para atestar a condição da mulher silenciada e subjugada, subserviente para uma existência pacífica.

Woolf (2004) através de sua personagem discorre sobre a falta de oportunidades para as mulheres exercitarem seus talentos e o abismo que separa o universo masculino do feminino. Nesse universo ficcional, a autora vai demonstrando o sepultamento da existência da mulher pela História e a supremacia masculina ao deter o poder de criar e divulgar as “suas” verdades. Woolf reconhece o pioneirismo de algumas mulheres, que mesmo escrevendo solitariamente e sem plateia, deixaram a sua existência na história e abriram caminho para outras mulheres. Em decorrência da luta das mulheres nos movimentos feministas, reivindicando a impositação de suas vozes para que fossem ouvidas, é que temos, contemporaneamente, a inserção de escritoras no campo literário.

No Brasil, a inserção das mulheres no campo discursivo foi marcado por contínuas e difíceis negociações. Apesar do conhecimento da participação de mulheres em rebeliões e lutas políticas, predomina a invisibilidade feminina nos registros históricos oficiais<sup>14</sup>.

Gayatri Spivak (2010) afirma que a classe subalterna precisa de uma arma fundamental para sua emancipação, que é a voz. Essa voz é a sua expressão reivindicatória e uma arma para sua organização enquanto classe, pois sem voz, não existe uma classe, apenas um aglomerado de seres à margem. A autora reconhece que a opressão da classe dominante sobre as camadas mais baixas da sociedade é realizada através do silenciamento. Mesmo que o subalterno fale, não consegue ser ouvido, sendo o seu discurso emudecido, por não ter quem o ouça.

---

<sup>14</sup> Nos séculos XVIII e XIX destacam-se na luta contra a escravidão Tereza (Quilombo de Quarlerê-MT), Zeferina (Quilombo de Urubu-BA), Felicidade, Ludorena, Germana e Tereza participaram da revolta das armações de pesca na Bahia.

Assim, a existência de escritoras reivindicando seu espaço de fala é um meio de contestação e reivindicação da visibilidade feminina, já que não podemos universalizar a experiência da mulher e nem tampouco falar por ela ou por qualquer outro ou outra.

Glória Anzaldúa (2000) trouxe uma grande contribuição para o surgimento da discussão sobre a diferença no meio do feminismo ao evocar intervenções das mulheres feministas de cor, lésbicas, judias e mulheres do Terceiro Mundo, para o centro do debate, até então dominado pela miopia das feministas brancas, anglófonas, heterossexuais, protestantes e de classe média. Com isto, ela contribui para a irrupção dessas vozes histórica e estruturalmente reprimidas ou sem espaço, deslocando a diferença do plano da dicotomia de gênero para as diferenças entre as mulheres e no interior das mulheres, demonstrando que o campo social está intersectado por várias camadas de subordinação que não podem ser reduzidas à questão da diferença entre homens e mulheres, como por exemplo, diferença racial, étnica, pós-colonial.

O feminismo da diferença deve distanciar-se das determinações biológicas para salientar as inscrições socioculturais dos sujeitos além do gênero. Em seu artigo, Anzaldúa (2000) afirma que há um sistema educacional e social que não se preocupa em ouvir o que a mulher negra tem a dizer. Desta forma é improvável que essa categoria tenha representação nos postos da alta literatura, já que a mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas.

Para Anzaldúa (2000), a escrita dessas mulheres é marcada pelo gênero, classe e etnia, tornando visível o que a sociedade insiste em deixar em um canto empoeirado da história. Escrever é um ato revolucionário, pois não há permissão para que essa escrita se realize. Obstáculos se erguem para que a escrita feminina e negra se realize.

A existência de requisitos de uma sociedade patriarcal e branca, tais como o branqueamento da escrita, a busca por temas universais ou valores de uma cultura dominante, o distanciamento da identificação de gênero, classe e raça, enfim, escrever como um homem são alguns dos requisitos para que uma determinada escrita seja considerada literária.

O que a autora demonstra é que a escrita dessas mulheres rompe os estereótipos construídos: negra pronta para o trabalho, mulata ávida por sexo, capacidade intelectual inferior. Essa escrita é uma resposta aos anos de enclausuramento, agressão e humilhação que o povo negro, especificamente a mulher, sofreu e ainda sofre. A escrita feminina e negra quebra estereótipos e reivindica uma história sob uma nova perspectiva, rompendo a visão de uma história única. Tal comprometimento etnográfico na escrita das mulheres contribuiu para a visibilidade do povo negro e sua valorização enquanto ser humano.

Segundo Anzaldúa (2000), o movimento feminista por muito tempo ignorou as demandas da mulher negra, generalizando a questão feminina em uma única pauta, porém, isso tem mudado. As mulheres negras importaram suas vozes na reivindicação de um espaço para discussão de seus problemas específicos. Rejeitar rótulos, derrubar preconceitos e eliminar estigmas são ações que oportunizam uma nova visão sobre a mulher negra, colocando-a no debate social, não apenas como objeto a ser representado, mas sim, como sujeito escrevendo uma nova história.

Para Anzaldúa (2000), a internalização da ideologia que inferioriza a raça negra produziu modelos e efeitos nefastos na vida dessa população, como a baixa autoestima que resulta em problemas de aprendizagem e dificulta a ascensão social. Esta afirmação é visível em alguns estereótipos existentes na sociedade brasileira: negro bom é o negro quieto, calado e que sabe qual é o seu lugar, ou seja, seu lugar é a ocupação de cargos menos prestigiados, assim como é o espaço às margens, a ele destinado. A cidade dos negros é a favela, em que ele é encarcerado entre os muros sociais que barram sua mobilidade.

Nesta perspectiva, a escrita feminina e negra significa recuperar a humanidade roubada, como também, libertar a humanidade de ideologias opressoras que a faz “ser menos”. Como pensava Paulo Freire (2005), reescrever a história sob o ponto de vista dos oprimidos é possibilitar uma reflexão humana para a inserção de uma nova história.

Roubadas na sua palavra e negadas na sua humanidade, proibidas de ser, encarceradas em estereótipos e estigmatizadas socialmente, as escritoras negras precisam derrubar os mitos que alimentam o preconceito racial, transformando a situação de silêncio em gritos de reivindicação da voz através da escrita da palavra. Através da ação, visto que a realidade e a sua transformação são produtos da ação humana.

### 2.3 ESPAÇO DA DOR, ESPAÇO DA COR: A MULHER NEGRA NA CIDADE

*De tão pobres, são quase todos pretos.*

Caetano/Gil

Escrever a história da escravidão no Brasil é identificar as várias formas de exploração às quais os negros foram submetidos. Dentre elas, a negação da identidade, já que lhes eram tirado o nome, a família, a convivência com pessoas oriundas do mesmo lugar. Além disso, também era negado o direito das mães negras amamentarem e criarem seus filhos. Segundo Luiz Felipe de Alencastro (1997), alguns bebês eram largados à própria sorte, pois os senhores não queriam ter despesas com eles, enquanto outros ficavam na companhia das mães até a idade de sete anos, quando eram vendidos. Em geral, os filhos de escravos não eram amamentados, pois as mães retomavam ao trabalho assim que pariam. Nos centros urbanos, alguns senhores alugavam suas escravas como amas-de-leite e muitas negras jovens eram arrumadas por suas senhoras para exercer a prostituição e gerarem renda. Outros escravos eram obrigados a mendigar para garantir os rendimentos da classe média urbana brasileira, mesmo após a abolição da escravidão.

Darcy Ribeiro (2006) descreve que o cotidiano dos escravos compunha-se do trabalho de dezoito horas por dia, todos os dias do ano. Como alimento, recebiam uma “ração de bicho” que restaurava suas forças para continuar no eito; e os castigos diários garantiam que trabalhariam mais atentos. Segundo o autor, “o sangue derramado não seca”. Atualmente, os açoites são sentidos pelos afrodescendentes nas condições de vida e trabalho a que estão expostos, como fruto das diferenças sociais causadas por políticas eugênicas que ainda se perpetuam no inconsciente coletivo dos brasileiros.

Durante a escravidão, uma das formas de resistência e enfrentamento era o suicídio. Isso levou Ribeiro (2006, p. 120) a constatar que “da condição de escravo só se sai pela porta da morte ou da fuga”. Mesmo sabendo que a fuga resultava, quase sempre, na morte, elas eram comuns. Por isso, o senhor vigiava o escravo estreitamente e, como métodos de convencimento contra a fuga, eram usados castigos, açoitamentos públicos, mutilações e morte, além de punições preventivas.

No romance de Conceição Evaristo, *Ponciá Vicêncio* (2003), uma das formas de resistência à escravidão ocorre quando Vô Vicêncio, não tolerando mais a brutalidade da vida, as humilhações e os castigos, mata a esposa e depois tenta se matar. Contudo, não concretizando o ato, resta-lhe a mutilação do seu braço, de sua alma, e o ódio do filho. Essa dor da “morte em vida” leva Vô Vicêncio à loucura.

Ribeiro (2006) mostra que as relações abusivas e desumanas que a escravidão infligia aos escravos levavam as famílias a viverem em estado de constante pesadelo, com o medo da separação definitiva. Muitas mães abortavam seus filhos por não desejarem a mesma vida para eles, sendo comum a morte da mãe em decorrência dos abortos.

Já Aline Arruda (2007), ao analisar a protagonista da narrativa de Conceição Evaristo como um ser diaspórico, afirma que ela vive a história de seus ancestrais, uma história de perdas e sofrimento. No entendimento da autora, a migração para a cidade dialoga com a diáspora de seus antepassados, visto que eles, longe da terra natal, encontram uma situação hostil: para sobreviver precisavam renascer, a cada dia, das cinzas da exclusão e da marginalização.

Para justificar a violência presente na sociedade escravista, era necessário despertar o temor nas famílias brancas com relatos e depoimentos sobre o caráter negativo do negro. Esses discursos eram recebidos como científicos com base no darwinismo social<sup>15</sup> e defendidos pelos intelectuais da época, como, por exemplo, Joaquim Manuel de Macedo, que, no ensaio *As vítimas e os algozes* (1869), narra os crimes cometidos pelos negros contra os senhores de escravos. Em 1933, foi publicada a obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, em que ele faz uma análise branda do comportamento dos senhores de escravos, enfatizando o caráter pacífico das relações entre negros e brancos no Brasil, inclusive sendo essas relações permeadas por benesses dos senhores, configurando relações paternalistas e uma escravidão humanizada.

Entretanto, a eugenia foi tão forte no Brasil que figurou na Constituição de 1934. Em seu Artigo 138, afirmava que “à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das respectivas leis caberia: a) estimular a educação eugênica”. O foco era os jovens e adultos para despertar a consciência de que o matrimônio entre pessoas de uma mesma classe social e étnica deveriam ser base do aperfeiçoamento da estrutura social brasileira.

---

<sup>15</sup> O darwinismo social difundia a ideia que as sociedades evoluem naturalmente de um estágio inferior para os estágios superiores e mais complexos de organização social. Povos ditos civilizados (os europeus) têm o dever de ocupar, dominar e explorar as culturas “mais atrasadas”, para levá-las a atingir o desenvolvimento, progresso, avanços tecnológicos dos estágios superiores de civilização.



A eugenia justificava, também, a adoção da religião católica como religião oficial e a criminalização da religião dos negros, vista como bárbara, fruto de credices e superstições. Apesar da perseguição, os negros africanos não abandonaram suas tradições. Eles africanizaram os rituais católicos e mantiveram seus costumes vivos.

Matrizes da religião africana são observadas em *Ponciá Vicêncio*, graças à resistência de um povo que não se entregou a uma existência sem identidade. A personagem Nêngua Kainda é uma representação da cosmovisão da religião africana. Ela é a voz ancestral que aconselha, abençoa e profetiza. Ela é respeitada pela comunidade como autoridade e admirada pela sabedoria.

A escravidão beneficiou apenas a classe dominante, que enriqueceu com o trabalho escravo. As relações benévolas evocadas por Gilberto Freyre não se sustentam em um sistema patriarcal, no qual o senhor se revestia de uma autoridade absoluta, em uma sociedade extremamente hierarquizada, em que os negros eram silenciados e subalternizados. Esta formação histórica tem consequências nefastas para o Brasil, visíveis nas diferenças abissais entre as camadas sociais e na determinação dos privilégios das classes sociais mais elevadas.

A educação, por exemplo, sempre esteve pautada nas diferenciações sociais e étnicas, o que possibilitou a criação no inconsciente coletivo, de que o negro não tem capacidade para acompanhar o desenvolvimento que se esperava das mentalidades eugênicas. Ainda hoje perdura essa crença de que as crianças superiores geneticamente são propensas à harmonia social, diferentemente daquelas que são propensas à criminalidade, ou seja, os negros.

O processo de favelização no Brasil foi intensificado com o significativo deslocamento de pessoas do meio rural para o meio urbano, a partir da década de 1970, período em que o país se torna mais urbano que agrário. Segundo os dados da Plataforma Política Feminista, no ano de 2000, 81,2% da população feminina passou a viver nas cidades.

Na cidade, as mulheres enfrentam questões relativas ao gênero, etnia e classe, estando expostas a todas as formas de violência, tanto física quanto simbólica. Como afirma Zigmunt Bauman (2005), neste contexto ocorre a configuração de uma sociedade modelada pelo capitalismo global que herda como resultado negativo a intensidade das exclusões, com profundas consequências humanas e o aumento considerável no contingente de pessoas consideradas “refugo” ou “lixo humano”<sup>16</sup>. Consequentemente, se reproduz aceleradamente a

---

<sup>16</sup> Expressão usada por Bauman (2005) para indicar os seres humanos refugados (os excessivos e redundantes), os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar.

criminalidade, e o Estado enfraquecido não consegue estabelecer regras para uma segurança efetiva.

Assim, para Bauman (1999) a globalização traz como uma das principais características a mobilidade, que se tornou um fator de estratificação, já que ela constrói e reconstrói a nova hierarquia globalizada, criando um proprietário ausente, preocupado apenas em extrair os tributos e lucros e deixando os subalternos à sua própria sorte. A nova velocidade e mobilidade afastaram quase tudo para além do olho ou do braço humano, mudando-se o espaço real para o artificial. Segundo Bauman (1999), a busca de marcação do espaço enseja uma contínua batalha, onde cada grupo procura demarcar seu espaço. A elite pode e paga por seu isolamento; e os que não podem, agem de forma agressiva, expressando-se através dos modos, das roupas ou confrontos: “se a nova extraterritorialidade da elite parece uma liberdade intoxicante, a territorialidade do resto parece cada vez menos com uma base doméstica e cada vez mais como uma prisão” (BAUMAN, 1999, p. 31). Assim, a velocidade da sociedade globalizada que criou a mobilidade produziu liberdade para alguns e confinamento para outros.

O espaço confinado do qual fala Bauman pode ser identificado nas duas narrativas: *Ponciá Vicêncio* e *As mulheres de Tijucopapo*. Em ambas, o espaço é mais de incertezas que certezas, no qual as protagonistas passam por experiências de abandono e desesperança, perdendo a dimensão da vivência dentro de uma coletividade e/ou adquirindo medo sobre a própria existência, já que nesta perspectiva,

longe, é um espaço que se penetra apenas ocasionalmente ou nunca, no qual as coisas que acontecem não podem ser previstas ou compreendidas e diante das quais, o indivíduo não saberia reagir: um espaço em que as coisas sobre as quais pouco se sabe, das quais pouco se espera (BAUMAN, 1999, p. 20).

Ponciá está deslocada, o espaço que ocupa está longe da cidade e estabelece fronteiras que confinam as pessoas marginalizadas a habitar um espaço desprezado socialmente. Assim, são evidentes na narrativa de Conceição Evaristo aspectos da realidade social brasileira, permeada por diferentes tipos de violência, que vitimam continuamente os indivíduos, principalmente, os estigmatizados e marginalizados pela etnia, vistos socialmente como malandros, desocupados e com uma estrutura familiar associada à desorganização e promiscuidade.

O deslocamento de Ponciá ocorre quando ela, sonhando com uma ascensão social, migra para a cidade, porém continua a executar as tarefas mais árduas e menos valorizadas, perpetuando a situação histórica de exploração a que os negros foram submetidos. Ela sai do

meio rural para o espaço urbano, no qual tudo é desconhecido. A cidade a marginaliza e ela sobrevive diante da miséria que a rodeia. Sofre sucessivos abortos, que poderiam ter sido evitados com acesso ao sistema de saúde. Maltratada pelo marido, ela se cala.

Ponciá não consegue agregar-se ao espaço da cidade, por isso desconectou-se desse espaço sem acolhimento e refugiou-se no seu mundo. A sensação experimentada por Ponciá pode ser explicada por Bauman (2005) ao afirmar que o “amor líquido” se traduz em um mundo cada vez mais fragmentado e de um sujeito cada vez mais confuso consigo mesmo, com o espaço que ocupa e com o tempo que o rodeia. Para o autor,

(...) a modernidade líquida é um momento em que a sociabilidade humana experimenta uma transformação que pode ser sintetizada nos seguintes processos: a metamorfose do cidadão, sujeito de direitos, em indivíduo em busca de afirmação no espaço social; a passagem de estruturas de solidariedade coletiva para as de disputas e competição; o enfraquecimento dos sistemas de proteção estatal às intempéries da vida, gerando um permanente ambiente de incerteza; a colocação da responsabilidade por eventuais fracassos no plano individual; o fim da perspectiva do planejamento a longo prazo; e o divórcio e a iminente apartação total entre poder e política (BAUMAN, 2005, p. 21).

Ponciá traz na pele a marca da exclusão, confirmando a afirmação de Ribeiro (2006) que a cor da pele é um dos fatores que dificultam a ascensão social, e a favela é o espaço reservado aos marginalizados, aqueles que tiveram seus direitos negados; a cor é um fator maior de exclusão entre a classe subalterna.

Ponciá representa uma coletividade, o povo negro. Sua narrativa é a reivindicação do seu pertencimento na construção da História. Ir para a cidade e integrar-se a ela seria a continuação da abolição, que não garantiu ao povo negro a plena inserção na sociedade. Porém, Ponciá enfrenta relações de poder que determinam a ocupação do espaço, confirmando que “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78).

A mesma recorrência ao deslocamento feminino encontra-se em *As mulheres de Tijucopapo*, romance de Marilene Felinto. A personagem/narradora Rísia sai de sua terra natal, na periferia de Recife, estado de Pernambuco, onde sua família não vê perspectiva de uma vida melhor, e vai para São Paulo, lugar de sonhos, que logo se torna uma decepção. Rísia rejeita São Paulo e São Paulo a rejeita. Ela retorna para sua terra, a fim de buscar respostas sobre sua origem, sobre sua identidade; volta, querendo encontrar culpados para sua solidão. Para Rísia, “Tijucopapo, lugar de lama escura, lugar do nascimento da sua mãe, lugar que pode responder seus questionamentos existenciais”. São Paulo, lugar de luzes, mas sem

flores; lugar que enlouquece e empobrece a sua existência. A protagonista enfrenta a autoridade paterna, o que lhe causa problemas na dinâmica familiar. Não encontra seu espaço, não se encontra, é mais uma no meio da multidão. O seu deslocamento significa uma busca de respostas sobre si mesma, o ir e vir é um aprendizado sobre a vida, sua origem e sua identidade. Ela constata que, embora as mulheres tenham a mesma história de omissão e submissão, elas possuem uma “força”.

Nos dois romances, as protagonistas moram no espaço urbano em condições precárias, em que o direito de cidadania não chegou. Os seus habitantes vivem em permanente situação de risco: alagamento, incêndio, moléstias e doenças. Essa instabilidade é evidente, principalmente na narrativa de Conceição Evaristo, e confirmada pelo estudo de Eduardo Neto e Juliana Riani (2007) ao demonstrarem que os domicílios chefiados por pessoas negras nas áreas urbanas sem acesso ao saneamento compõem o dobro dos domicílios chefiados por pessoas brancas.

Tal perspectiva remete ao questionamento seguinte, de Zygmunt Bauman (2005, *passim*): para onde mandar os indivíduos que não possuem mais nenhuma utilidade e que, por sua vez, não podem ser incorporados a nenhum sistema produtivo?

Bauman (2005) responde que não existe espaço social para os chamados párias da modernidade, os inadaptados, os expulsos, os marginalizados, enfim, o lixo humano que foi produzido pela sociedade do consumo. Eles são os exilados de sua terra, são os “resíduos humanos”, os pobres, aqueles que são deixados à margem da cidade, isolados em lugares que se tornam invisíveis. Para o autor, o grande desafio político dos Estados é pensar alternativas de remoção desse refúgio humano que insiste em tornar a paisagem desagradável, contaminando-a com seu aspecto desconcertante.

O espaço ocupado por essas mulheres é o espaço dos dominados em que se naturalizam as condições precárias de vida e a divisão do espaço urbano em saudável ou insalubre. O olhar dessas mulheres para o espaço urbano reflete esperança, desesperança, apatia e inquietação. Assim, diferentemente das heroínas românticas, Ponciá e Rísia desafiam a ordem patriarcal imposta às mulheres que as confina no espaço doméstico e as silencia no espaço público. Elas se deslocam, apesar das condições adversas que enfrentam; rompem com o lugar que socialmente foi destinado a elas. Ponciá desloca-se em um ir e vir que denota sua força e determinação em conquistar o seu espaço. Rísia vai e volta ao lugar natal, procurando respostas, desafiando a ordem estabelecida.

Assim, os açoites, os castigos dados aos negros ainda estão dolorosamente presentes no Brasil contemporâneo. Segundo dados do Instituto Nacional de Ciência e

Tecnologia (INCT) de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, o aparato policial do Estado mata três vezes mais negros do que brancos. Além disso, observa-se que a violência da polícia em casos de abordagem policial é maior contra os negros. O que indica que a cor é um dos critérios de criminalização das pessoas. O que vemos é o conceito ideológico de décadas construído no inconsciente coletivo, de forma que não permite a mobilidade social das classes sociais “degeneradas”. Esta ideologia vai permear o processo de urbanização excludente, no qual pretos e pardos são ainda o grupo populacional mais preterido.

O sociólogo Loïc Wacquant (2007) relaciona a ascensão de um modelo punitivo nos Estados Unidos, acompanhado pelos países da Europa e da América Latina, não ao aumento da criminalidade, mas ao encolhimento do Estado social que se preocupava com as oportunidades de vida, ocupando-se do direito ao trabalho, à educação, à saúde, à assistência social e à moradia pública. Este Estado penal apresenta resultados nefastos, com repúdio da classe dominante pelos miseráveis, ocasionando uma política de isolamento e repressão desses indesejados. Para o autor, o individualismo surge próspero e promove o distanciamento entre os indivíduos. O eu ocupa o lugar do nós, trazendo à tona a negação da tolerância com o outro, tornando insuportável o convívio com os estranhos que causam repúdio. Neste contexto, o diferente é discriminado e isolado de maneira a não causar mais desconforto.

Segundo Wacquant (2007), para implementar a política de isolamento, o mecanismo estatal usa de artifícios tais como a desestruturação do aparelho assistencialista aos pobres que tinha como objetivo auxiliar o seu desenvolvimento econômico e educacional; a maximização do direito penal e o aumento das penas para armazenar os delinquentes e impedir o convívio no meio social; o fortalecimento do estigma do pobre e criminoso, o que impede uma inserção sem máculas na comunidade; e a localização dos pobres na periferia dos centros urbanos, classificando essas áreas como de risco. Desta forma, não há muitas opções aos economicamente débeis a não ser suportar subempregos, ou desemprego, e remunerações irrisórias, que os obrigam a viver aquém das condições mínimas de dignidade. Tornam-se os principais alvos deste modelo punitivo as crianças, as mulheres e os negros.

Nesse Estado penal, o cárcere assume o papel de depósito dos excluídos, sendo ocupado, quase exclusivamente, pelas categorias problemáticas que se encontram nas regiões inferiores do espaço social e urbano. Para Wacquant,

a penalização serve como uma técnica para a invisibilização dos problemas sociais que o Estado, enquanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os dejetos humanos da sociedade de mercado (2007, p. 317).

Ribeiro (2006) lembra que no Brasil, após a primeira lei abolicionista – A Lei do Ventre Livre (1871), alguns senhores mandavam abandonar nas estradas as crias de suas escravas. No romance *Ponciá Vicêncio*, outro fato comum na época é evocado no episódio da venda dos filhos de Vô Vicêncio pelo Senhor Vicêncio, dono das terras e da vida de seus subordinados, depois de promulgada a Lei do Ventre Livre. Vô Vicêncio, embora livre, continua a viver na terra em que outrora fora escravo, mediante a promessa de posse de um pedaço de terra, que nunca se concretizou. Desgastado e humilhado por tantos anos de hostilização, não possui mais o vigor físico para recomeçar e não nutre nenhum sonho.

Para as mulheres negras, não foi muito diferente. Após a abolição da escravidão, elas continuaram a trabalhar no serviço doméstico, cozinhando, lavando e arrumando a casa dos brancos. Os empregos domésticos, para a maioria das mulheres negras, eram a única possibilidade de remuneração.

Sabemos que a educação é a palavra chave para o desenvolvimento social, por fornecer o acesso mais igualitário à ascensão socioeconômica. No Brasil, em virtude do antagonismo entre as classes sociais, a educação de qualidade passou a ser monopolizada pela elite, fato que está relacionado ao agravamento das desigualdades e ao aumento dos fenômenos de pobreza e de exclusão.

Esta exclusão educacional do negro é evidente desde o século XIX, quando surge o debate e as propostas de constituição de uma nação civilizada nos trópicos e são anunciadas as promessas educativas e de instrução para as classes populares, vistas pelas elites como classes inferiores. O projeto de desenvolvimento da nação brasileira excluía os pobres, os negros, as mulheres e os povos indígenas. Neste contexto, predominavam os princípios advindos do positivismo, do darwinismo social, do evolucionismo e sua associação aos ideais eugênicos e higienistas. Com esta perspectiva, os intelectuais brasileiros vislumbravam a extinção dos pretos e o surgimento dos mestiços como etapa intermediária no processo de branqueamento da nação. Segundo Lília Schwarcz (1993), isto informava o interesse em relegar a população negra a enfáticos patamares de excludência.

Na obra *Ponciá Vicêncio*, o alto índice de analfabetismo presente na família de Vô Vicêncio indica o grau da violência étnico-racial contra o povo negro, dados que conferem com o relatório da ONU (1997): 35,2% dos negros são analfabetos, ao passo que o índice dos brancos é de 15%.

Em relação aos maiores golpes sofridos pela protagonista do romance, alguns deles foram os sete abortos. A perda dos filhos causa profundo sofrimento e desalento à personagem e lhe acrescentou mais vazio na sua existência. Encontramos uma analogia entre

a perda precoce dos filhos de Ponciá. Esse evento é paralelo a outro, apontado pelos dados sobre a infertilidade que atinge as mulheres negras, da qual a desnutrição e as condições precárias de moradia e saneamento se apresentam como possíveis causas. Os censos demográficos entre 1960-1980 revelam que no Brasil para cada mil crianças brancas nascidas, 105 morriam antes de completar um ano de idade; enquanto para crianças negras o número é bem superior, 148. Ademais, a ocorrência de fator Rh negativo incide mais em populações afrodescendentes. Essa condição é facilmente tratável, mas a falta de acesso a serviços de saúde ocasionou os sucessivos abortos pelos quais a personagem passa.

A definição de “espaço” cunhada por Milton Santos (1996) o apresenta como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de um sistema de objetos e sistema de ações não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Assim, no decorrer da evolução e da apropriação do espaço, o homem cada vez mais substitui elementos naturais por objetos artificiais que funcionam como uma engrenagem. Nesse sistema, os objetos e ações são partes indissociáveis que formam o espaço onde ambos interagem entre si. Neste entendimento, o espaço é uma dimensão, também, das relações sociais, o que justifica a relação entre segregação espacial, classe, raça e gênero.

Estas afirmações são respaldadas pelo estudo de Neto e Riane (2007) sobre o processo de segregação residencial urbano por raça, que conclui que no Brasil a segregação por classe social está relacionada aos aspectos raciais e étnicos e aos processos de espacialização e reprodução da desigualdade racial. Estes, por sua vez, se relacionam à formação de capital social e sua interação com o capital humano.

Assim, homens e mulheres vivem o espaço urbano de forma diferente; bem como as mulheres negras vivem o espaço urbano diferente das mulheres brancas. A mulher negra tem geralmente sua ocupação espacial ligada ao plano doméstico: serviços do lar, trabalho doméstico, serviços de limpeza. O que determinou historicamente a cidade para o povo negro foi o espaço da exclusão e sítio social. Ainda hoje, a mulher negra encontra oportunidades de emprego restritas, e o espaço público não contribui para o exercício de sua cidadania.

Desta forma, a concepção dominante do lugar da mulher negra na sociedade e por associação na cidade é o espaço da invisibilidade, já que não leva em conta as necessidades específicas dessa categoria. A relação entre raça, classe, gênero e espaço mostra como a ocupação da mulher negra acontece no espaço urbano, como se houvesse um lugar “natural” a ser ocupado por ela, ou seja, um espaço de exclusão. Em relação ao tema, Diogo Cirqueira (2010) confirma que o racismo influencia na constituição dos lugares, pois é o espaço que o

corpo negro é percebido, significado e confrontado, é o espaço em que essas experiências são vividas.

Como observa Luiz Alberto Gonçalves (2002) no Brasil, a violência racial é operacionalizada no campo simbólico (mídias, novelas, publicidade) e físico (torturas, abordagens policiais violentas, homicídios). Neste caso, o racismo é a somatização de conceitos ideológicos que reafirmam a suposta inferioridade e reforçam através do discurso a ideia de que os negros e seus descendentes possuem mais tendência à criminalidade, o que torna muito mais difícil a ascensão social, já que no imaginário social eles são classificados como pessoas indolentes e sem aptidões para o trabalho especializado.

A violência atinge a coletividade, que é invisibilizada e seus gritos amortizados. A concretização desta violência aparece em vários campos, por exemplo, na da remuneração. O censo do IBGE (1988) demonstrava que a mulher negra recebia até 50% dos vencimentos da mulher branca nos ramos de atividades em que as mulheres são admitidas. Em 1990, o censo apontava a permanência da desigualdade na remuneração: na média nacional em salários mínimos, os homens brancos recebiam 6,3 salários, enquanto os homens negros recebiam 2,9; as mulheres brancas ficavam com 3,6; e as negras com apenas 1,7 salário mínimo.

Na cena contemporânea, a violência sexual contra as mulheres é algo recorrente, principalmente no trabalho doméstico, onde são vistas, pelos patrões, como propriedade. Muitas vezes, elas são culpabilizadas pela violência sofrida. Em relação à mulher negra, esta violência é muito maior e muito mais banalizada. Em *Ponciá*, a personagem Bilisa era empregada doméstica, e sua intenção era economizar algum dinheiro para retornar à casa dos pais. Entretanto, ela é seduzida pelo filho dos patrões e suas economias são roubadas por ele, porém os patrões não acreditam na sua versão, e de vítima ela passa a ser culpada. No romance, Conceição Evaristo dialoga com o passado para evidenciar a manutenção desta violência. Os patrões de Bilisa incentivavam as investidas sexuais de seu filho justificando que “ela era limpa e parecia ardente” (p. 100), reavivando a memória histórica do período da escravidão em que a mulher negra era usada como objeto de satisfação sexual. Era ela quem iniciava sexualmente os meninos da “casa grande” e tinha que ceder ao “apetite indecoroso” dos senhores.

Em *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre romantiza a situação da violência sexual contra a mulher negra ao dizer que ela era a responsável “pela iniciação ao amor físico, que nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem” (2001, p. 348), banalizando a iniquidade da prostituição doméstica imposta às mulheres escravizadas. Da mesma forma, Bilisa em sua condição de subalterna clama por justiça, mas



não consegue ser ouvida. Por isso, busca na prostituição uma maneira de sobreviver; milhares de outras mulheres trilham o mesmo caminho.

No entanto, o entendimento da própria inteligência brasileira era de que essa opção se devia não a situações socialmente impostas, mas a uma pretensa sexualidade exacerbada dessas mulheres, além de que havia um autor amplamente reconhecido para confirmar essa interpretação.

A obra de Darwin *A origem das espécies* (1859) deu início a um intenso debate acerca da evolução das sociedades humanas. As leis de hereditariedade e adaptação influenciaram decisivamente para o surgimento do darwinismo social – aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humana. Criado pelo filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), o darwinismo social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais e dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores. Assim, a vida na sociedade humana é uma luta “natural” pela sobrevivência, sendo natural que os mais aptos tenham acesso ao poder social, econômico e político; da mesma forma, é normal que os menos aptos não tenham acesso a qualquer tipo de poder. Além disso, Spencer argumentava que o processo natural da seleção biossociológica das elites era prejudicado pelo Estado, com adoção de medidas sociais de ajuda aos pobres. Para Spencer, a teoria científica da seleção natural mostrava que os inferiores, os menos aptos, deveriam morrer mais cedo e deixar menos descendentes.

Cabe assinalar que o darwinismo social foi reforçado pelo discurso de outras ciências, como a genética, a psicologia, a neurologia, a sociologia, a antropologia e a etnologia. A genética contribuiu ao considerar que a definição e a hierarquização das raças se baseavam em caracteres aparentes, como a cor da pele, textura do cabelo, forma do crânio. A psicologia e a neurologia buscaram comparar, utilizando testes de QI e aptidões, o rendimento intelectual dos indivíduos ou dos grupos; e a análise das diferenças logo se transformou em estudo das relações de superioridade e inferioridade. A sociologia tentou aplicar o resultado de pesquisas biológicas e genéticas feitas em animais aos homens e difundiu o conceito de “limiar de tolerância” como recurso natural para justificar a rejeição das minorias. A antropologia e a etnologia definiram as raças como resultado de uma divisão da humanidade em função de características físicas transmissíveis.

A absorção do darwinismo social pela intelectualidade brasileira, no final do século XIX, ocorreu em um contexto de preocupação com a resolução das questões que entravavam o “progresso” do país. O evolucionismo ou darwinismo aparecia como doutrina

capaz de não somente explicar toda a problemática política e social brasileira, como também de solucionar todas essas dificuldades.

Em seu ensaio, *Crônica da culpa anunciada*, Hélio Silva Jr. (1998) observa a influência do darwinismo social em alguns fundamentos ideológicos que norteiam a segurança pública e a justiça brasileira: a existência de criminosos natos, características fenotípicas sendo usadas para identificar um criminoso, associação da cor do indivíduo com a potencialidade em cometer crimes.

No Brasil, o médico e intelectual Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906) lança os fundamentos da tese da diferenciação da responsabilidade penal no país em função dos diferentes “estágios evolutivos” das “raças”. Os estudos de Rodrigues são reflexos do pressuposto de que a sociedade, além de ser um organismo complexo como o corpo humano, tem uma estrutura própria e possui certa objetividade, passível de ser traduzida em postulados científicos, os quais poderiam ser utilizados em favor de projetos políticos. Suas teses corroboram as ideias defendidas primeiramente na Europa, que estabeleciam diferenças qualitativas entre as raças, fundamentalmente entre negros e brancos. No Brasil, o cerne desta proposição seria mantido e aprofundado. O negro seria considerado como a patologia da sociedade brasileira.

As ideias de Nina Rodrigues tiveram importância fundamental para as formulações teóricas as quais iriam propor projetos políticos vigentes e transformadores da realidade social. No campo jurídico, seu discurso vai permear a elaboração das leis. Os códigos penais se tornaram a expressão da exclusão e da legitimação de um sistema jurídico de classes.

Em sua defesa da redução da maioridade penal em nove anos, Nina Rodrigues alegava que povos selvagens, ou seja, as raças inferiores que faziam parte da formação do Brasil chegariam mais cedo à puberdade e ao amadurecimento, podendo ser responsabilizadas penalmente. Para ele, a diminuição da maioridade penal evitaria a proliferação da delinquência, pois quanto mais cedo fosse aplicada a punição, melhor resultado o Estado teria na formação do indivíduo.

Seguindo os passos de Cesare Lombroso<sup>17</sup>, Nina Rodrigues identifica no contexto brasileiro a figura do delinquente nato: o negro africano e seus mestiços. Afirmava que “essas raças inferiores não possuem a consciência do direito e do dever que têm a raça branca

---

<sup>17</sup> Cesare Lombroso (1835-1909), médico e cientista italiano. Publicou em 1876 a obra *O homem delinquente*, que expõe a teoria do criminoso nato que seria identificado por características físicas. Tornou-se um dos criadores da Antropologia Criminal e da Escola Positiva do Direito Penal.

civilizada”. Para Nina Rodrigues, “o negro crioulo conserva vivaz os *instinctos brutae* do africano; é rixoso, violento nos seus impulsos sexuais, muito dado a embriagues e esse fundo de caráter imprime o seu cunho na criminalidade” (NINA RODRIGUES, 1894, p. 112).

As teses de Nina Rodrigues eram influenciadas pelas novas ideias advindas da Europa e dos Estados Unidos da América. Foram assimiladas pelos intelectuais da época que procuravam compreender o Brasil, momentos antes do fim da escravidão ou dentro do processo de libertação da população escrava. A preocupação básica era com a manutenção da ordem social e o medo de acontecer, no Brasil, o que ocorreu no Haiti, utilizado como exemplo para demonstrar a impossibilidade do negro de se adequar à organização do branco.

O medo de perder a ordem, medo do caos tinha sua origem no negro. O medo dos africanos e seus descendentes fazia parte do imaginário das elites que viam boa parte de suas ações como problemas sociais. Conseqüentemente, a perspectiva raciológica de Nina Rodrigues trazia a explicação do que era compreendido como problemas físicos e sociais dos negros e mulatos pela degeneração da raça. Nesse caso, epidemias, crimes, alienação, charlatanismo, fetichismo, tornaram-se metáforas de pessoas afrodescendentes, indígenas ou mestiças, de maneira que esses termos já descrevessem ou designassem esse grupo.

A busca de um ideal urbano levou os centros urbanos a sofrerem inúmeras transformações na sua forma para que fossem adequados aos modelos idealizados de cidades, o que alterou o uso dos espaços urbanos. Antes havia pouca diferença entre o espaço do trabalho e o espaço de moradia. A nova proposta tinha como principal objetivo o embelezamento, e a separação dos espaços de trabalho e moradia, tanto para controlar o seu uso como para separar as classes sociais, o que contribuía ainda para o embelezamento do espaço urbano. Essa mudança é visível na reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro promovida pela administração de Francisco Pereira Passos, em 1905. Os bairros do centro foram destinados à produção e circulação de mercadorias e capital, os novos bairros da zona sul para os ricos, e os novos bairros do subúrbio para os pobres.

A cidade precisa passar por um processo de hierarquização para ser vista como civilizada e desenvolvida. Para isso, ela foi dividida em duas áreas: área urbana e suburbana. Na área urbana ocorreu uma intervenção direta no cotidiano da população, conhecido como “bota fora”. Foram retiradas as quituteiras com a proibição da venda de miúdos em tabuleiros e a ordenha de vacas em vias públicas, obrigando a vacinação destes animais. Para extinguir a mendicância, indivíduos considerados incapazes para o trabalho foram internados à força em asilos; e os desempregados foram encaminhados para a prisão. Também foi banida a venda de bilhetes de loteria, estabelecendo licença para ambulantes. Os cães vadios deveriam ser

capturados e foi instituído imposto para quem tivesse esses animais dentro de casa. Ficou proibida a criação de porcos no quintal, a manutenção de horas de comércio em zona urbana e a passagem pela cidade de cargueiros: tropas de animais atrelados uns aos outros.

A reforma teve como principal consequência a expulsão das camadas populares dos centros urbanos para as áreas suburbanas vistas sob o signo da carência e da inferioridade. Teve também início o processo de favelização. Principalmente no Rio de Janeiro, o bairro segregado e exclusivo burguês produz um território marginal contíguo, em que seus habitantes buscam trabalho e oportunidade.

A favela passou a ser conhecida como a área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. Lugar de pobreza e descaso do poder público, e também lugar de perigo, no qual os seus habitantes são os causadores dos problemas da cidade.

Conforme nos comprova Zaluar e Alvito (2006), as favelas surgiram como tentativas de embranquecimento das grandes cidades, de forma que elas se assemelhassem às cidades europeias. Nestes espaços periféricos, os negros e pardos constituem a maioria, demonstrando que a história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade; sustentada por um discurso etnocêntrico e racista.

Na obra *Ponciá Vicêncio*, o racismo científico é reavivado na voz autorizada do delegado que é o superior do jovem negro Luandi: “E que Luandi não levasse a mal o que ele ia dizer, mas quase todo negro era vagabundo, baderneiro, ladrão e com propensão ao crime” (p. 118).

Para Hélio Silva Jr., em *Crônica da culpa anunciada*, séculos de escravidão, códigos penais injustos, tratados científicos tendenciosos, foram responsáveis pela cristalização da doença social denominada racismo. Consequentemente, o dano à autoestima é um dos fatores que contribui para a exclusão social, fazendo com que atualmente, os açoitados públicos sejam sentidos na abordagem humilhante da polícia e/ou na discriminação que a população negra sofre no trabalho. A desigualdade social brasileira atinge os negros mais intensamente.

A constante desvalorização dos elementos raciais, como a cor da pele e as características fenotípicas, leva os afrodescendentes a internalizarem inconscientemente a ideologia da inferioridade de raça. Este é o tema tratado por Ricardo Ferreira (2000). Para o autor, a autoestima do povo negro foi golpeada durante os quatro séculos de escravidão em que foram tratados como “bestas de cargas”, mercadorias, seres selvagens e sem alma. Contemporaneamente, os golpes à autoestima estão presentes na representação do negro em

condição subalterna em relação ao branco e com o estereótipo de belicoso, irresponsável e desleixado, como costuma aparecer em novelas que atingem grande audiência. O afrodescendente é bombardeado por uma infinidade de violências simbólicas que o definem como irremediavelmente inferior e por isso, sua ascensão socioeconômica não seria possível pela ausência de determinação de “vencer na vida”. Argumento que o autor considera mesmo cínico, pois o mesmo ser que trabalhou duramente e cujo sangue fertilizou o solo brasileiro é descartado em alguns empregos por não apresentar índole propícia ao trabalho.

Para compreender o processo de desenvolvimento da identidade<sup>18</sup> afrodescendente, Ferreira (2000) se apropria de quatro estágios<sup>19</sup>: submissão, impacto, militância e articulação. O estágio de submissão é fruto de uma ideologia que distorce e distorce as matrizes africanas, considerando-as atrasadas e de valores negativos em relação ao modelo eurocêntrico. As relações de dominação ideológica são internalizadas pelos afrodescendentes, pois o padrão de beleza, cultura e religião é europeu.

O estágio de impacto é o momento no qual se torna impossível negar a não aceitação por parte do “mundo branco”. Ocorre a tomada de consciência da discriminação. As referências de valores africanos passam a ter importância na construção da identidade.

O estágio da militância é o período que a pessoa procura se relacionar com grupos nos quais seus valores são reafirmados. É o momento de recuperação e valorização da cultura e da história do negro.

O estágio de articulação é o momento em que a valorização das matrizes africanas está presente no indivíduo, e este parte para a ação política em busca de melhorias no seu *status* social.

Pelas argumentações de Ferreira (2000), é possível concluir que a identidade do afrodescendente não é simplesmente a representação de indivíduos com determinadas características físicas e cor de pele negra, mas um constructo pessoal, referência constituinte do mundo simbólico de pessoas, construído por meio de práticas sociais. Sendo assim, a identidade permite que o indivíduo se sinta centrado e articulado nas situações da vida.

---

<sup>18</sup> O termo “identidade” origina-se do latim *identitas*, que significa “idem”, “o mesmo”. Identidade pode ser considerada como uma referência em torno da qual o indivíduo se constitui, estando em constante transformação e construída a partir das relações que ele estabelece consigo mesmo, com o outro e com o ambiente à sua volta. Cf. *Dicionário etimológico*, disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>>. Acesso 12 nov. 2015.

<sup>19</sup> Vale ressaltar que o termo “estágio” utilizado por Ferreira (2000) não significa um padrão de comportamento, mas sim, momentos em que o indivíduo expressa atitudes e concepções dentro do *continuum* do desenvolvimento da identidade.

A obra de Conceição Evaristo evidencia os estágios elencados por Ferreira (2000). O pai de Ponciá Vicêncio esboça uma reação contra a situação de submissão da sua família ao longo dos séculos, ao questionar o porquê de não saírem daquela situação, visto que são livres. O sentimento de revolta do pai de Ponciá é calado por sua autoestima ferida pelo processo constante de humilhações determinadas pela família do coronel.

O seu conformismo diante de uma situação injusta aliada à falta de perspectiva e à internalização inconsciente do sentimento de incapacidade constituem os efeitos psicológicos de séculos de tratamento brutal e desumano sofridos pelos afrodescendentes. Ferreira (2000) indica alguns dos fatores que contribuem para o conformismo e a submissão dos afrodescendentes: autoconceito pobre, baixa autoestima, ansiedade, auto realização pobre, baixa escolaridade. Elementos evidenciados na vida do pai de Ponciá, que fazem com que permaneça sendo explorado na “terra dos brancos”. Os “grilhões da escravidão” prenderam-no até sua morte no eito.

A manutenção desta ausência de identidade é sentida por Ponciá quando começa a refletir sobre a sua existência enquanto indivíduo e pessoa inserida na sociedade. Ela constrói sua identidade com os valores da cultura africana que recebia oralmente de seus parentes e membros de sua comunidade: “menina passando embaixo do arco-íris vira menino”, “banho de sangue de tatu como imunização de doenças de pele”, “benzedura para os males” (PV<sup>20</sup>, 2003, p. 10). Porém, Ponciá sente falta de um elemento importante no processo de construção de sua identidade, ou seja, a compreensão do significado de seu nome, pois o considera vazio de significado. Para Ferreira (2000), o nome é um elemento importante na construção da identidade do indivíduo. Ele o recebe e se apresenta através dele. O nome não é a sua identidade, mas faz parte da referência do indivíduo. O autor acredita que Ponciá Vicêncio busca essa referência para tornar algo próprio, algo que lhe permita alcançar autoria na forma particular de existir. O seu nome não a particulariza, mas traz à tona a história de violência dos seus antepassados que, como mercadorias, foram vendidos e marcados a ferro com o nome de seu proprietário, coronel Vicêncio.

Como é possível observar, as experiências das personagens do romance evidenciam as relações raciais e a desigualdade social no Brasil. Como relata Marcelo Paixão (2009) ao analisar o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010), as disparidades sócio-raciais existentes no Brasil persistem, apesar de as variáveis econômicas do país apresentarem bons índices. Ele afirma que a desigualdade na distribuição de renda no

---

<sup>20</sup> A sigla PV será utilizada doravante sempre que forem citadas passagens da obra *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo.

Brasil está diretamente relacionada com as questões raciais. De acordo com o Censo de 2001, a participação da população negra na renda disponível é de 27,62%, enquanto a da população branca é de 70,37%. A presença negra abaixo da linha de pobreza fica em torno de 68%, e abaixo da linha de indigência é de 65%.

Desta forma, muito mais do que a marca de pertencimento étnico, dando voz a um grupo silenciado e marginalizado historicamente, a literatura negra e feminina se torna um duplo espaço de contestação e reivindicação de visibilidade.

### 3 PONCIÁ VICÊNCIO

A autora do romance *Ponciá Vicêncio* (2003) é a escritora, professora, poetisa e militante Conceição Evaristo (1946), nascida em Belo Horizonte, em uma favela da Avenida Afonso Pena. Com a valorização da área, a população que lá vivia foi removida para outros bairros da cidade e da área metropolitana, já que novos prédios e ruas foram construídos na região.

Considerada uma escritora afro-brasileira da contemporaneidade, que compreende os nascidos na segunda metade do século XX, como: Luiz Silva, Mirian Alves, Esmeralda Ribeiro, Sônia Fátima da Conceição, Abelardo Rodrigues, tendo a grande maioria, textos publicados nos últimos vinte anos. A característica desse grupo é a afirmação de uma literatura negra ou afro-brasileira, consciente de sua condição de minoria, perante o conjunto da sociedade e que percorrem caminhos alternativos para atingir seus leitores, como a utilização de sites, blogs e redes sociais.

A produção literária de Conceição Evaristo teve início em 1990 com a publicação de poemas, contos, romances e ensaios, nos *Cadernos Negros*. Ao transitar entre os espaços dos movimentos sociais e o ambiente acadêmico, a escritora consegue estabelecer um diálogo entre militância, pesquisa e produção literária, considerado um meio eficaz no processo de emancipação da mulher negra. Atualmente suas obras são traduzidas e pesquisadas dentro e fora do país.

A sua produção teórica evidencia sua postura política, literária e ensaística. Sua obra é marcada pela reflexão das relações de gênero e etnia, sendo considerada um espaço de contestação e reflexão da história dos afro-brasileiros. As principais temáticas de sua obra são a mulher negra, memória afrodescendente, problemas sociais e a defesa de um mundo mais justo.

Para Flávia Araújo (2007), da produção literária de Conceição Evaristo, o romance *Ponciá Vicêncio* (2003) é o mais analisado por ser por ser um rico depositário de temas relativos à afrodescendência, que são debatidos em pesquisas por onde perpassam questões de gênero, etnia, classe, deslocamento, exílio e identidade. Para a autora, Conceição Evaristo traz à tona as dores do povo da diáspora africana, seus costumes e seus mitos, tornando-se uma referência para o resgate da autoestima dos afrodescendentes.



*Ponciá Vicêncio* é o primeiro romance de Conceição Evaristo e narra problemas do cotidiano das mulheres afrodescendentes sob um ponto de vista claramente feminino e negro. A narrativa traça a história desde a infância até a idade adulta de uma mulher negra, Ponciá Vivêncio, que mora com sua mãe, Maria Vicêncio, na Vila Vicêncio, localizada no interior do Brasil e que concentra uma população de descendentes de escravos.

Conceição Evaristo dedica o romance a seus irmãos e irmãs, testemunhos de tantas histórias e também de muitas pessoas que atravessam os seus dias deixando um reconfortante sabor de ternura. Uma alusão aos dramas e conflitos vivenciados pelos afrodescendentes.

No romance, o pai e o irmão de Ponciá trabalham na lavoura para a família Vicêncio, dona das terras onde todos moram e trabalham, e também donos do sobrenome dos habitantes da vila, como a família de Ponciá. A autora retoma passagens da história afro-brasileira que denunciam os resquícios do regime escravocrata pós-abolição e nos permitem refletir sobre o preconceito e a violência do homem que se julga superior, para o homem que, anulado em sua identidade, acredita na sua inferioridade.

Filho de ex-escravo, crescera na fazenda levando a mesma vida dos pais. Era pajem do sinhô-moço. Tinha a obrigação de brincar com ele. Era o cavalo onde o mocinho galopava sonhando conhecer todas as terras do pai. Tinham a mesma idade. Um dia o coronelzinho exigiu que ele abrisse a boca, pois queria mijar dentro. O pajem abriu. A urina do outro caía escorrendo quente por sua goela e pelo canto de sua boca. Sinhô-moço ria, ria. Ele chorava e não sabia o que mais lhe salgava a boca, se o gosto da urina ou se o sabor de suas lágrimas (PV, 2003, p. 14).

O narrador heterodiegético oferece uma narrativa complexa e entrecortada, mesclada de passado/presente; recordação/devaneio. Através de *flashbacks*, leva o leitor ao íntimo das personagens e à introspecção desses através do uso do discurso indireto livre, remetendo à infância da menina na vila junto da mãe e do artesanato com o barro que as duas fazem. Nas suas brincadeiras de menina, Ponciá vai reproduzindo o imaginário popular, como por exemplo, a crença de evitar passar por debaixo do arco-íris com medo de mudar de sexo e o tratamento de doenças com o uso de garrafadas e benzeduras.

Para a comunidade local, Ponciá apresentava uma forte semelhança física com o avô Vicêncio, suicida frustrado, que se mutilara, cortando o próprio braço e matara a esposa depois de ver quatro de seus filhos serem vendidos em plena vigência da Lei do Ventre Livre. Ponciá não teve muito contato com o avô, que faleceu quando ainda era criança, mas imitava o seu braço cotó desde muito pequena e modelou um boneco de barro idêntico a ele. Nêngua

Kainda, uma velha sábia da região, afirma que Ponciá carrega consigo a herança do avô e que precisa cumpri-la.

As histórias surgem desgarradas uma das outras formando uma rede discursiva pela qual a memória da violência física e moral, individual e coletiva é recuperada. Para Araújo (2007), o corpo feito de ausências de Ponciá se recupera na arte da cerâmica, reatando no barro moldado os fios tortuosos da memória.

Após a morte de seu pai, Ponciá decide partir para a cidade grande em busca de uma vida melhor. A viagem de trem demora muitos dias e quando chega, ela não possui nenhuma referência, dorme na porta de uma igreja até conseguir um emprego e tem esperança de conseguir comprar um barraco para trazer sua mãe e seu irmão.

Entretanto, na cidade teve seus sonhos frustrados. Só conseguiu um emprego como empregada doméstica, profissão reservada às mulheres negras com um salário bem baixo, apesar de suas esperanças fundadas no fato de saber ler. Assim, é que “[...] ela mesma havia chegado à cidade com o coração crente em sucessos e eis no que deu. Um barraco no morro. Um ir e vir para a casa das patroas. Umas sobras de roupas e de alimento para compensar um salário que não bastava” (PV, 2003, p. 82).

Ponciá é a imagem de um sujeito marcado pela exclusão inscrita na pele, desvelando outra história que não a dos vencedores e seus mitos de democracia racial. Eventualmente, ela vai morar com um homem que conhece na favela. No início, a paixão falava mais alto, mas em seguida, o relacionamento foi sendo permeado por agressões físicas. A ausência da família e os sete abortos levam Ponciá a entrar em um estado de apatia, tanto que

quando os filhos de Ponciá Vicêncio, sete, nasceram e morreram, nas primeiras perdas ela sofreu muito. Depois, com o correr do tempo, a cada gravidez, a cada parto, ela chegava mesmo a desejar que a criança não sobrevivesse. Valeria a pena pôr um filho no mundo? Lembrava-se de sua infância pobre, muito pobre na roça e temia a repetição de uma mesma vida para os seus filhos (PV, 2003, p. 82).

O silêncio e a evasão do mundo foram a forma encontrada para sobreviver a tanto sofrimento:

Ponciá Vicêncio gostava de ficar sentada perto da janela olhando o nada. Às vezes, se distraía tanto que até se esquecia da janta e, quando via, o seu homem estava chegando do trabalho. Ela gastava todo o tempo com o pensar, com o recordar. Relembrava a vida passada, pensava no presente,

mas não sonhava e nem inventava nada para o futuro. O amanhã de Ponciá era feito de esquecimentos (*PV*, 2003, p. 19).

A partir dos pensamentos-lembranças, Ponciá cai em uma letargia, o que a leva a se encerrar em si mesma. Ao rememorar a história de seus antepassados e do povo da Vila Vicêncio, ela recupera uma dor que é individual, coletiva, moral e física. A dor da opressão social vivenciada pelos afrodescendentes e a descrença de um futuro melhor. Esta percepção também é evidenciada na reflexão do homem de Ponciá:

Descobriu como eram sós. Percebeu que cada um tinha os seus mistérios. Sentiu que, apesar de estarem vivendo juntos anos e anos, como eram estranhos um para o outro. Descobriu que, apesar de já se terem encontrado tantas vezes no gostoso prazer do corpo, apesar de ela já ter guardado tantas vezes o caldo quente dele e este caldo se ter transformado sete vezes em vida, apesar de tudo, ela e ele eram desesperadamente sozinhos. Desde então, ao perceber a solidão da companheira e a sua própria, o homem viu na mulher o seu semelhante e tomou-se de uma ternura intensa por ela. Conseguiu, então, entender as falas dela (*PV*, 2003, p. 109).

Seu irmão Luandi também decide migrar e na cidade arruma emprego de faxineiro em uma delegacia, por indicação do soldado Nestor, negro que ele conhece na estação de trem. Ele se surpreendera ao ver que Nestor, mesmo sendo negro, era um soldado.

Estava feliz. Acaba de fazer uma descoberta. A cidade era mesmo melhor do que na roça. Ali estava a prova. O soldado negro! Ah! que beleza! Na cidade, negro também mandava! [...] Ele mandou que o branco guardasse Luandi na cela. Só trancasse o preso, não fizesse nada. Luandi conclui que o soldado negro era mesmo importante. Era ele quem mandava. Queria também ser soldado. Queria mandar. Prender. Bater. Queria ter a voz alta e forte como a dos brancos (*PV*, 2003, p. 70-71).

Nesta passagem da obra, é possível observar que Luandi é oprimido, porém ele “hospeda o opressor” (FREIRE, 2005), quer estar em uma posição socialmente elevada para vingar-se daqueles que o oprimiram. Segundo Paulo Freire,

é que, quase sempre, num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também ou sub opressores. A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta existencial em que se formam (2005, p. 35).

Na cidade, Luandi conhece Bilisa, uma prostituta, também negra, por quem se apaixona e com quem pretende formar uma família. Luandi aprende a ler e escrever e se

aproxima cada vez mais do sonho de ser policial. Ele retorna à vila e, como acontecera a Ponciá, também não encontra a mãe, e no seu caso a irmã, embora saiba, através de pistas simbólicas como o sumiço da estátua do avô, as cinzas no fogão e a casca de uma cobra, que elas estiveram lá há pouco tempo. Ao retornar para a cidade, deixa o seu endereço com Nêngua Kainda para ser entregue a sua mãe.

A personagem Bilisa, da mesma forma que Ponciá, veio do campo para a cidade procurando melhores condições de vida. Logo que chegou à cidade, foi trabalhar como empregada doméstica, sendo abusada sexualmente pelo filho da patroa, além de ter suas economias frutadas.

Um dia, não se sabe como, a caixinha de dinheiro que ela guardava no fundo do armário sumiu. Sumiram as economias, o sacrifício de anos e anos [...] Ninguém entrava no quarto a não ser, de vez em quando, o filho da patroa [...] O moço namorava firme uma colega de infância, ia casar em breve e a empregada Bilisa era tão limpa e parecia tão ardente [...] (PV, 2003, p. 100).

Conceição Evaristo retoma a imagem da mulher negra vinculada a preconceitos raciais sobre a sua sexualidade. A partir da personagem Bilisa, encontramos a denúncia à exploração da mulher negra e aos estereótipos do feminino negro ligado à submissão, à sensualidade, ao prazer, à pobreza e à inferioridade, que somados à cor da pele, atribuem a elas uma dupla discriminação: por ser mulher e por ser negra.

Moça Bilisa se sabia ardente, deitara algumas vezes com os companheiros de roça e alguns saíam mais e mais desejosos dos encontros com ela. Um dia um homem enciumado chamou Bilisa de puta. [...] E, agora, novamente era chamada de puta pela patroa, só porque contou de repente que o rapaz dormia com ela. Tinha a impressão de que a patroa sabia. [...] Bilisa estava cansada. Tinha de começar tudo de novo. Não, não começaria mesmo! A cozinha, a arrumação da casa, o tanque, o ferro de passar roupa... Haveria de ganhar dinheiro mais rapidamente (PV, 2003, p. 101).

O sonho de juntar dinheiro rápido fez com que Bilisa fosse trabalhar na zona como prostituta. Mas foi cruelmente assassinada pelo Negro Climério, seu guarda-costas e comparsa da cafetina para quem trabalha, por causa de sua intenção de casar-se com Luandi.

A mãe de Ponciá, Maria Vicêncio, possivelmente sofrendo a “síndrome do ninho vazio”<sup>21</sup>, decide viajar para ir ao encontro dos filhos. Algum tempo depois, Ponciá volta à vila

---

<sup>21</sup> Na psicologia, a expressão é utilizada para indicar a condição caracterizada pelo surgimento de um quadro depressivo por parte dos pais, afetando principalmente a mãe, após a saída dos filhos de casa, quando eles se tornam independentes.

para buscar sua mãe e irmãos, mas não encontra ninguém. Nêngua Kainda lhe afirma que um dia, além de cumprir sua herança, ela vai reencontrar a mãe e o irmão.

Maria Vicêncio retorna à vila e de posse do endereço do filho vai ao seu encontro, enquanto isso, Ponciá, com saudades do barro, desce na direção do rio – mas na cidade não há rio; o que há é a rodoviária, onde reencontra a família. No desfecho do livro se cumpre a profecia de Nêngua Kainda: o reencontro dos três, o seu encontro consigo mesma e o cumprimento da herança ancestral, junto do rio, do arco-íris e do barro.

Segundo Duarte (2006),

o texto de Ponciá Vicêncio destaca-se também pelo território feminino de onde emana um olhar outro e uma discursividade específica. É desse lugar marcado, sim, pela etnicidade que provém à voz e as vozes-ecos das correntes arrastadas. Vê-se que no romance fala um sujeito étnico, [...] Mas, também, fala um sujeito engendrado, tocado pela condição de ser mulher e negra num país que faz dela vítima de olhares e ofensas nascidas do preconceito. Esse ser construído pelas relações de gênero se inscreve de forma indelével no romance de Conceição Evaristo, que, sem descartar a necessidade histórica do testemunho, supera-o para torná-lo perene na ficção (2006, p. 113).

Maria José Somerlate Barbosa (2003), em seu prefácio do romance, observa que quase todo texto narrativo de Evaristo enfatiza a fortaleza de espírito e de corpo das mulheres e a criatividade como uma fonte geradora de mudanças sociais.

Em análise da obra, Jacimara Santos (2010) observa várias recorrências vinculadas à memória da protagonista, as reminiscências da escravidão na memória da personagem, a mistura de fatos históricos, experiências subjetivas e fatores socioculturais que levam ao questionamento da eficácia da Lei Áurea. Considera, assim, a permanência da situação subalternizada da população negra, bem como a manutenção, na atualidade, da pauperização das famílias afrodescendentes, buscando suas razões na diáspora africana de seus antepassados.

Santos (2010) ressalta também o senso de corporeidade presente na obra de Conceição Evaristo, em que o senhor tinha a propriedade do escravo, mas não possuía o ser. Esta foi a herança do avô de Ponciá: a totalidade de sua corporeidade e de sua identidade feminina. Para a autora, a postura da protagonista parece sugerir a assunção de uma dívida moral com o seu avô e a necessidade de quebrar elos de uma opressão sentida por sua família e coletividade.

Desta forma, o romance desconstrói a visão propagada de que o negro é o responsável por sua situação precária de vida, permitindo a reflexão acerca das forças e dos

eventos culturais que influenciam atitudes e comportamentos como fontes de determinados problemas sociais. Isto é vivificado nas questões de identidade em que Ponciá não se reconhece em seu nome, por ser herança dos anteriores proprietários dos seus antepassados, nas humilhações infligidas ao seu pai pelo sinhozinho que o tratava como animal e marcava seu poder nas relações de dominação e subjugo. Tais fraturas instauradas na identidade de Ponciá evidenciam a violência simbólica que se reflete no “não reconhecimento de si mesma e no estranhamento de si mesma e consigo mesma” (SANTOS, 2010, p. 37). Por isso,

quando mais nova, sonhara até um outro nome para si. Não gostava daquele que lhe deram. Menina, tinha o hábito de ir à beira do rio e lá, se mirando nas águas gritava o próprio nome: Ponciá Vicêncio! Ponciá Vicêncio! Sentia-se como se estivesse chamando outra pessoa. Não ouvia o seu nome responder dentro de si. Inventava outros. Panda, Molenga, Quietí, nenhum lhe pertencia também. Ela, inonimada, tremendo de medo, temia a brincadeira, mas insistia. A cabeça rodava no vazio, ela vazia se sentia sem nome. Sentia-se ninguém (PV, 2003, p. 16).

A apatia vivenciada pela protagonista é atribuída, por Santos (2010), a uma errância interior que pode ser associada a uma diáspora interna. O tempo indo e vindo marca as lembranças de Ponciá na recriação de um lugar-espaco entre o passado e o presente. Por isso, Santos (2010) considera Ponciá um ser diaspórico, que retoma seu lugar e se integra às forças espirituais. Para ela, a retomada de um lugar não é um lócus fixo, mas um lugar de identificação. Em *Ponciá*, a sua memória traça a trajetória dos seus ancestrais, revisitando experiências históricas e recuperando vestígios da cultura africana, neste processo de construção de seu eu.

Nesta perspectiva, para Santos (2010), as memórias de Ponciá se constituem um discurso que dá um novo enfoque subjetivo à condição do negro na sociedade brasileira. Elas desestabilizam o discurso oficial sobre a história do povo negro e se tornam uma escrita da experiência que resgata o passado, permitindo a construção de um novo caminho.

Já o estudo de Duarte (2006) afirma que o romance de Conceição Evaristo nega a ideia de que os escritores negros só têm destaque no conto e nos versos. Para o autor, o “brutalismo poético” caracterizado pela violência simbólica e física que inscreve na pele da protagonista as marcas da escravidão e exclusão, configura-se como um *Bildungsroman* feminino e negro, ao dramatizar a busca intemporal da protagonista, a fim de recuperar e reconstituir família, memória e identidade. Entretanto, o romance se apresenta como uma parodia ao clássico modelo europeu, pois em lugar da trajetória ascendente do personagem em formação, o que se tem é um percurso de perdas materiais, familiares e culturais e, em lugar

da linearidade, temos uma narrativa complexa e entrecortada por passado/presente, recordação/devaneio. O autor afirma que, na não linearidade da narrativa, é ela preenchida com a memória da personagem.

Para Duarte (2006) Ponciá Vicêncio, descendente de escravos africanos, surge despojada do nome de família, pois Vicêncio era o nome do coronel, ex-dono dos negros que foram escravizados. Assim, ele é a marca de subalternidade e uma tentativa de apagamento identitário do povo negro. Em sua penosa trajetória permeada de vazios e derrotas, tanto a menina quanto a mulher vão sendo alijadas de tudo que possa significar enraizamento identitário. O autor acredita que é a perda que a faz perder-se de si.

Segundo Duarte (2006), a escrita de Conceição Evaristo é marcada pelo comprometimento etnográfico, afrodescendente, pois, em sua narrativa, é perceptível a temática da diáspora presente nos relatos de resistência ao processo de apagamento identitário. No texto, a memória coletiva de um povo é ecoada a partir da memória da protagonista, com sua dor, perdas e desenraizamento. Fato que torna a autora, Conceição Evaristo, herdeira de uma linhagem memorialística existente na literatura afro-brasileira, como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, que trazem a narrativa dos despojados da liberdade, mas não da consciência.

Nesta mesma linha de pensamento, Arruda (2007) busca determinar as especificidades do discurso afrodescendente de Conceição Evaristo, em seu romance Ponciá Vicêncio. Trata-se, em sua opinião, de uma apropriação do gênero *Bildungsroman* com tons paródicos, visto que a autora descontinua, rasura e desconstrói o romance de formação através da paródia do gênero *Bildungsroman*. Em *Ponciá*, os sonhos da personagem não se realizam, e sua formação sofre todos os percalços do sexo, da cor e da sua descendência e pela classe social à qual pertence. Ela aprendeu a ler com alguns missionários católicos que passaram por sua vila; mas teve que continuar seu aprendizado sozinha, por causa da curta duração da estada deles.

Outro estudo que merece destaque é o de Souza (2009), que realiza uma análise comparativa de dois romances de autoras afrodescendentes: uma americana e outra brasileira. A partir de um referencial marxista, a autora relaciona literatura, história e sociedade e afirma que os dois romances apresentam as relações étnicas em seus respectivos países, como origem dos problemas enfrentados pela sua população negra.

Mais um estudo comparativo é realizado por Omar Lima (2009), entre a produção literária de Conceição Evaristo e Geni Guimarães, para identificar o comprometimento

etnográfico afrodescendente. Em sua análise, o autor afirma que as obras explicitam a fala do negro enquanto sujeito que demanda a afirmação de sua própria voz.

Em sua análise das questões identitárias de gênero, raça e etnia, Araújo (2007) assevera que o romance de Conceição Evaristo consolida a voz das escritoras afro-brasileiras na tradição literária do país, materializando também uma narrativa marcada por um sujeito étnico e feminino que retoma a história, através da memória e do testemunho.

A narrativa de Conceição Evaristo filia-se a uma tradição afrodescendente que mescla história não oficial, memória individual e coletiva com invenção literária, contemplando o resgate de uma memória apagado pelo discurso oficial. Para Duarte (2006), a autora faz isso de forma magistral, por exemplo, ao inscrever senhores e escravos como “filhos de Deus” e “irmãos” perante os desígnios divinos, apropriando-se da moral hegemônica para desmascarar o rebaixamento dos afrodescendentes.

### 3.1 QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA

*A segregação do “negro” é sutil e dissimulada.*

Florestan Fernandes

Como enfatizado anteriormente, as representações da mulher negra na literatura brasileira estavam associadas ao trabalho escravo (século XIX); à violência e ao abuso sexual impetrados pelos patrões e seus filhos (século XX). A partir da segunda metade do século XX, com as transformações sociais advindas com as conquistas dos movimentos feminista e negro, é possível perceber transformações das identidades femininas, principalmente na escrita das mulheres negras.

O romance de Conceição Evaristo *Ponciá Vicêncio* está inserido nessa vertente da literatura afrodescendente ao fazer uma releitura do passado escravocrata e desconstruir o conceito de “cordialidade” e “democracia racial” presente nas narrativas do século XIX ao XXI e desmistificar a imagem-ideia do senhor de escravos bondoso, generoso, bem como a imagem estereotipada da mulher negra e do homem negro, principalmente aqueles referentes



à sexualidade e os costumes dos ancestrais. A narrativa desconstrói o mito de que o espaço brasileiro é uma terra de gente generosa e feliz.

Assim, a narrativa de *Ponciá Vivêncio*, além de fazer ressoar a história da exclusão em que os ecos da escravidão estão presentes, é também um território do feminino, lugar de onde emana a voz de um sujeito mulher e negra, construído pelas relações estereotipadas de gênero e etnicidade.

Como assegura Arruda (2007), as representações femininas tornam-se uma fronteira cambiante, de modo a se perceber que nem todas as adjetivações do sujeito feminino nas narrativas masculinas concretizam a imagem da mulher enquanto sujeito, pois muitas vezes as mulheres não eram vistas como sujeitos na representação do eu masculino. Para a autora, a ideia de sujeito refere-se à ideia de protagonismo social, sendo que as mulheres negras nem sempre foram representadas como protagonistas das suas vivências na literatura produzida pelos homens.

Desta forma, *Ponciá Vicêncio* é um ponto de ruptura no qual o processo de construção da autoria feminina afrodescendente assume a posição de uma escrita de resistência, na qual se busca a afirmação da escrita das mulheres negras, ao estabelecer um diálogo entre o passado e o presente, entre as lembranças e as vivências, entre o real e o imaginário.

Arruda (2007) reafirma que a expressão feminina negra de Conceição Evaristo na literatura afro-brasileira é marcante, já que é perceptível um comprometimento identitário étnico-racial negro, no qual a experiência dos negros é valorizada. Para a autora, Conceição Evaristo utiliza a realidade da diáspora africana para deixar pulsar no texto a crítica ao processo de abolição da escravidão em que os negros foram relegados ao silêncio social e passaram a ocupar os lugares menos privilegiados socialmente.

Tal perspectiva leva ao entendimento de que a escrita de Conceição Evaristo é uma literatura de diáspora, segundo Aquino (2015), ou seja, uma literatura produzida por seres errantes que vagam pelo mundo sem direito à cidadania, divididos entre uma dupla fidelidade: ao país de origem e à língua de outro, que escolhem como forma de expressão.

Neste entendimento, a literatura diaspórica gera uma desterritorialização, tema explorado na pesquisa de Cláudio Braga e Gláucia Gonçalves (2014). De posse dos estudos de Vijay Mishra (2007), Sandra Ponzanesi (2008) e Shaleen Singh (2008), os autores procuraram identificar as características da literatura diaspórica, chegando à conclusão que ela é uma literatura que constrói uma identidade rizoma, que nega a noção de identidade raiz única. Assim, o espaço literário diaspórico é aquele que:

- 1) versa sobre comunidades na diáspora, com personagens que representam sujeitos diaspóricos;
- 2) está imbricado de ideias de movimento e cruzamentos de fronteiras, articuladas à dispersão diaspórica que tem início na terra natal;
- 3) tem por tema a dispersão diaspórica e o fator ou fatores que a causaram, frequentemente um trauma na terra natal, que em geral é conhecido logo na exposição;
- 4) tende a apresentar o enredo de forma não-linear, combinando a imprevisibilidade de fatores externos, ocorridos na terra estrangeira, com os fatores psicológicos, internos aos personagens;
- 5) tem como cena principal o enclave diaspórico, um entre-lugar em que a história se passa, situado geograficamente fora da terra natal, mas que traz referências a ela, em meio a influências espaço-culturais do país hospedeiro;
- 6) explora o conflito e a intriga, externos ou internos às personagens, surgidos no deslocamento diaspórico e no convívio na terra hospedeira;
- 7) prioriza um clima tenso, recorrente na condição diaspórica, quer seja por razões sociais, morais, econômicas, políticas ou psicológicas, girando em torno da relação da diáspora com o país hospedeiro e a terra natal;
- 8) realiza-se por meio de um estilo narrativo fragmentado ou disperso, estratificado ou superposto em camadas;
- 9) em termos discursivos, tende a apresentar narradores e personagens cuja linguagem caracteriza a diferença cultural na diáspora, sendo frequente o emprego de vocábulos, expressões e até textos inteiros em mais de uma língua e, muitas vezes, misturando e fundido as línguas da terra natal e do país hospedeiro, constituindo uma conjuntura linguística híbrida;
- 10) está propenso a apresentar influências de uma tradição literária de origem, uma “terra natal literária”, cujas referências estão presentes na formação do escritor diaspórico, e podem estar visivelmente marcadas em seu trabalho ou se manifestar simbolicamente;
- 11) explicita um posicionamento político, já que narrativas diaspóricas geralmente dão voz a minorias displaçadas, ignoradas e silenciadas;
- 12) é criado por escritores como história pessoal e familiar diaspórica ou que optam por um estilo de vida diaspórico, tendo, com frequência, interesse em escrever sobre a terra natal, o país hospedeiro e quaisquer temas pertinentes à comunidade diaspórica em si (BRAGA; GONÇALVES, 2014, p. 154).

A diáspora no romance *Ponciá Vicêncio* é retomada por Arruda (2007) ao lembrar que a protagonista que dá nome ao livro é descendente de escravos. O seu prenome “Ponciá”, com o qual ela não se identifica, possivelmente vem do nome “Pôncio”, que dá origem a “Ponciano”, que remete a “Pôncio Pilatos” e tem procedência latina “Pontius” (original de Ponto – reino da Ásia Menor) ou grega “*póntios*” (vindo do mar). “Vinda do mar” é o significado que mais se assemelha à realidade da protagonista ao remeter a viagem da África no navio negreiro. O sobrenome “Vicêncio” provém do antigo dono da terra e representa a superioridade branca sobre o povo da região. Assim, o estranhamento de Ponciá do sobrenome e do prenome indicia a herança da resistência africana e a procura por suas raízes.

A busca individual e coletiva da protagonista indicia que a obra se filia à literatura de diáspora, pois remete aos ancestrais de Ponciá e utiliza um recurso estilístico que parodia a

literatura canônica. Para Arruda (2007), no romance de formação tradicional, a viagem é um *topos* importante na construção do caráter dos heróis. Nessas narrativas, protagonistas abandonam o ambiente familiar em busca de seus anseios existenciais e intelectuais. No caso da narrativa de Evaristo o romance de formação funciona às avessas, como uma paródia.

Na favela, a protagonista confirma sua descendência escrava na vida difícil que leva, nos sonhos apagados pela discriminação e pela marginalização, já que a sua condição social e cultural continua sendo regida pelo passado africano. Assim, para Arruda (2007), a sua trajetória do espaço rural para o urbano representa sua condição diaspórica.

Elinalva Abreu (2012), ao fazer uma leitura de Ponciá Vicêncio, identifica a experiência feminina negra sob outra ótica que não a de eterna submissão ou estereotipia, mas uma luta diária pela sobrevivência na qual se reinventa a própria identidade, já que a obra exerce a função de delimitadora de uma história para mulheres negras, baseada na memória como modo de ressignificar, em específico, os aspectos da experiência feminina. Além disso, a obra traz uma crítica social às relações do poder falocêntrico, branco, colonial, pelas quais a mulher negra foi submetida tanto no passado quanto na contemporaneidade.

### 3.2 QUESTÕES DE ESPAÇO

*A sociedade brasileira é escrava do passado, pois os rostos negros são testemunhas vivas da atrocidade da escravidão.*

Fanon

Para analisar como é a ocupação da mulher negra no espaço urbano a partir do romance *Ponciá Vicência*, cabe esclarecer que o espaço é entendido, não somente como suporte físico, mas sim, como uma dimensão das relações sociais, como construção social. Como disse o geógrafo Milton Santos, é “a síntese entre o conteúdo social e as formas espaciais” (1982, p. 88). Para Santos, a categoria “espaço” é a responsável pela reprodução da totalidade social, determinada por necessidades sociais, econômicas e políticas. Desta forma, o espaço é matéria do cotidiano: a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente passivos que condicionam a atividade de

seus ocupantes e comandam a prática social. É a espacialidade de um grupo seu elemento identitário, no sentido de que no espaço se configuram formas e ações próprias de um determinado grupo.

Santos (1996) ensina que no cotidiano o espaço banal<sup>22</sup> pode ser apreendido com toda sua plenitude, já que é possível trabalhar as três dimensões do homem: a corporeidade, a individualidade e a sociedade. Neste entendimento, o estudo do cotidiano espacial pode contribuir para uma leitura de significados sobre as representações coletivas, revelando relações de inclusão ou exclusão, hierarquias ou polaridades. Isso torna possível analisar as contradições existentes na cidade, aliando a segregação espacial com a classe, raça e gênero.

Explicitar as desigualdades socioeconômicas e espaciais da mulher negra foi o objetivo do estudo desenvolvido por Lorena Souza e Alecsandro Ratts (2008) com enfoque na história de vida de mulheres negras professoras de escolas públicas. A conclusão das autoras é que existe uma ligação entre as variáveis: gênero, raça e espaço, ou seja, as possibilidades de cada indivíduo dependem das oportunidades oferecidas pelos lugares e ainda das relações de gênero.

Esse tipo de estudo geográfico surgiu como crítica a uma ciência geográfica, que de uma maneira geral, considera a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo. Nesta nova interpretação são incorporadas as contribuições teóricas do feminismo, passando o gênero a ser tratado como uma dimensão da vida social que deve ser incorporada às estruturas existentes, ou seja, diferenças sociais entre mulheres e homens e diferenças territoriais nas relações de gênero.

Silva (1998) citando Martínez (1995) identifica três grandes áreas onde é fundamental o enfoque de gênero. São elas:

- 1) As relações entre gênero e conceitos da Geografia como espaço, lugar e natureza. O espaço enquanto construto social e de gênero; o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero, a relação entre gênero e natureza (o meio ambiente em seu sentido amplo);
- 2) As diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero;
- 3) O uso e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local ao global.

Para Ana Martinez (1995, *apud* Silva, 1998), a geografia feminista ou de gênero tem como objetivo completar a parcialidade dos enfoques tradicionais. Para isso, a interação

---

<sup>22</sup> Para Milton Santos (1996), o espaço banal é o espaço geográfico que reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas.

entre gênero, diferenças territoriais e nível sócio econômico é fundamental, pois a ciência é androcêntrica, uma vez que desconsiderou a mulher e as relações de gênero.

A incorporação de outras categorias de opressão a questões de gênero, como por exemplo, raça/etnia, seria capaz de suscitar análises de significados sobre as representações coletivas. Ratts (2008) afirma que a investigação científica voltada à raça/etnia e gênero, desvela uma identidade reprimida ou camuflada ao longo dos tempos, como se fosse inútil firmar-se como mulher em uma realidade social que favorece o homem, sobretudo o homem branco, como detentor do poder, do conhecimento e ator hegemônico das mudanças vividas pela sociedade em geral, tanto em nível político, social, como também cultural.

Florestan Fernandes (1978) analisa a emergência do negro na sociedade de classes, ou seja, a situação dos egressos da senzala e a ocupação deles nos espaço urbano da cidade de São Paulo. O sociólogo observa que os negros foram espoliados moralmente no regime escravocrata: sem direitos políticos, sociais e econômicos. Com a abolição, eles foram deixados à própria sorte para proverem seu sustento e suprirem suas necessidades de moradia, vestuário e alimentação.

A constatação é de que os Senhores, o Estado e a Igreja ficaram isentos de qualquer responsabilidade com os negros. Desta forma, os negros saídos da escravidão tiveram que se adaptar sem as mínimas condições de inserção social e econômica para que se tornassem sujeitos autônomos com oportunidades para uma integração na sociedade.

Segundo Florestan Fernandes (1978) a abolição, que deveria significar ascensão social com plena dignidade humana, no Brasil ocorreu às avessas, com um caráter de espoliação extrema e cruel. Os recém-libertos não recebiam mais os castigos físicos, mas continuavam a receber o aviltamento moral. Em São Paulo, os recém-libertos poderiam optar em continuar o trabalho nas fazendas de café em condições análogas à escravidão ou se degradar no centro urbano, juntamente com a crescente massa de desocupados, já que muitos patrões não queriam o negro ou o mulato como trabalhador livre.

Desta forma, nos centros urbanos, os recém-libertos sempre estavam em desvantagem, tendo que concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais” e com os trabalhadores importados da Europa, muito mais adaptados à nova ordem econômica e social. Se antes o escravo, sendo a força que movia a economia, era tratado como animal de carga; agora livre era ignorado e desvalorizado como não apto ao trabalho livre.

Cada vez mais, era difundida a ideia de que os negros não se adaptavam ao sistema porque eram inaptos, indolentes e irresponsáveis. As oportunidades de trabalho

desfrutadas pelos libertos eram as mais modestas e menos compensadoras, até mesmo o artesanato urbano estava monopolizado pelos brancos.

Como bem observa Florestan Fernandes (1978, p. 28), restava aos negros “aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou abater-se penosamente procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de “homem livre”. No Brasil, a transformação da sociedade escravista para a nova ordem capitalista não teve impacto na vida dos negros e mulatos, já que a nova ordem social continuava tão fechada e não igualitária quanto a estrutura anterior.

Nos centros urbanos havia poucas alternativas de trabalho. As humilhações recebidas como cativos agora eram convertidas em insegurança e frustração que não era remediada pela integração à ordem social emergente. Estavam tão longe, como no passado, de serem livres por inteiro.

Essa realidade é visível no romance de Conceição Evaristo. A família de Ponciá Vicêncio permaneceu nas terras de seus antigos senhores; a protagonista, desejando mudar aquela situação, parte para a cidade em busca de melhores condições de vida. Sonha trabalhar e ter dinheiro para buscar a família. Porém, ela percebe que a cidade está longe de ser o espaço de oportunidades e êxito. Para não ter consciência da realidade, cria seu próprio mundo, isola-se em seu mudo protesto, presa em suas lembranças, mantendo-se agente de seu próprio destino, pois assim, subverte a ordem vigente da exploração do corpo e aprisionamento da alma. Liberta a alma e não deixa aprisionar seu corpo. Seu protesto é mudo, mas seu silêncio fala sobre suas desilusões, frustrações e anseios.

O romance de Conceição Evaristo dialoga com a realidade, demonstrando que a abolição não conseguiu compensar séculos de exploração, exclusão e indignidade. Os negros e mulatos, sem condições de adentrar no capitalismo emergente, foram incorporados na condição de subalternos. Os negros encontraram nas cidades um cenário de desilusão e segregação espacial e racial. Neste contexto, o negro vive um estado de anomia social; ele se aglomera na cidade, mas não faz parte da cena urbana.

Na zona rural, mesmo de forma precária, a família de Ponciá regulava a economia; a mãe determinava o preço das vasilhas de barro feitas por elas, o que vender e o que dar. Plantava e colhia para sobreviver e o excedente era comercializado com os demais moradores da comunidade. Na cidade, Ponciá deixa a sua condição de trabalhadora rural e artesã e passa a ser mão-de-obra barata e desqualificada em um contingente de subempregados. Esta é a opinião de Haesbaert (2004), que observa que antes, ela não tinha

perspectivas de ascensão social, mas estava dentro de seu lugar de produção: a terra a ser cultivada, o barro a ser manejado no artesanato; agora, Ponciá se encontra à mercê de um mercado que possui uma lógica estranha em que o trabalhador não compreende o valor de seu trabalho.

Se os negros vivem nos centros urbanos um espaço anômico em que se põe em jogo uma força-de-lei sem lei, o peso da ocupação da mulher negra no espaço urbano é muito maior. A ele são somadas as representações calcadas em mitos e preconceitos construídos por meio de um processo histórico, que perduram nos tempos atuais, desvelando a realidade social excludente sobre as mulheres negras e as relações de subordinação que as categorias “gênero” e “raça” acarretam.

Estudos realizados por Carneiro (2003) indicam que a variável racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada, como a das mulheres negras, quanto à masculinidade subalternizada dos homens negros com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante. Para a autora, isso quer dizer que há uma subalternização da raça segundo o gênero, já que historicamente, as mulheres negras foram consideradas como um tipo masculinizado de mulher enquanto os homens negros não foram vistos como um ideal de homem dominador, detentor de poder, provedor ou chefe.

A autora comprova o que tem sido dito no decorrer deste trabalho, que a representação da mulher negra na sociedade brasileira contemporânea provém do processo histórico da colonização que permanece em outros moldes. No Brasil Colônia, a função da mulher de cor se restringia ao trabalho na lavoura, aos afazeres domésticos, à manutenção da cozinha e bem-estar da sinhá, como ama ou mãe preta, além de objeto sexual dos senhores de escravos. Porém, passados séculos do escravismo, ainda é possível presenciar atualmente a analogia entre as atividades da mulher negra daquela época e a mulher negra inserida na economia de mercado atual.

Perdura a ideia de que a cozinha e o trabalho doméstico, principalmente, são os espaços sociais por excelência da mulher negra, e a ausência das mulheres negras em outros espaços é uma evidência de que as relações de gênero/raça apresentam determinada dimensão espacial, ou seja, a segregação espacial se combina com a segregação étnico-racial.

#### 4 AS MULHERES DE TIJUCOPAPO

*O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo.*

Walter Benjamin

A história literária tem sido escrita e ensinada como uma analogia às sociedades patriarcais do passado. A afirmação de Ria Lemaire (1994) vem reforçar o fato de que a escrita das mulheres foi apagada, como se elas fossem seres invisíveis na história da humanidade e, por extensão, na história da literatura. Para a autora, a tradição<sup>23</sup> legitima alguns conceitos masculinos sobre a fragilidade e o tipo de conduta adequado da mulher, bem como servem de justificativa, no imaginário ideologicamente elaborado, da desigualdade salarial em comparação à remuneração dos homens, da violência doméstica, em que a vítima é culpabilizada por não “ter apresentado bom comportamento”, além da “desconfiança” em relação à mulher para assumir cargos públicos.

Para Lemaire (1994), nessas representações historiográficas não há espaço para a discussão das circunstâncias de como o poder político e econômico foi estabelecido e nem há questionamento sobre como algumas obras, em detrimento de outras, passaram a formar o cânone. Essa negação aos questionamentos dissimula as complexas relações entre uma sociedade e seu povo, entre a sociedade e sua literatura, impedindo a percepção do papel das ideologias na constituição do Estado, ocultando a inter-relação dos jogos de poder, dos conflitos de interesses nas situações político-sociais, reforçando as perspectivas ideológicas das obras literárias, em vez de promover instrumentos que possam detectá-las e criticá-las.

Lemaire (1994) trabalha na perspectiva de alguns pesquisadores que vem contribuindo para o debate sobre a oralidade e a escrita, como Eirc A. Havolock<sup>24</sup>, Paul

---

<sup>23</sup> Segundo Ria Lemaire, o conceito de tradição que hoje conhecemos teve sua acepção construída ao longo do tempo, por meio de uma série de ressignificações, de acordo com mudanças em seu uso no cotidiano, ou mesmo em seu emprego na criação de uma epistemologia acadêmica. Percorrendo os significados do termo, a palavra remonta ao latim *traditio*, derivado da forma verbal *traditum*, do verbo *tradere*, composto de *trans* e *dare*, quer dizer, dar, passar ou fazer passar a alguém, transmitir produtos ou bens e, por extensão, transmitir conhecimentos, um saber, a sabedoria, a memória, como conotação primeira a de intensa e contínua atividade.

<sup>24</sup> Para Havelock (1988), a transmissão da cultura ocorre da mesma forma como os nossos genes armazenam informações codificadas que guiam o organismo em desenvolvimento, desde a concepção até a morte, um armazenamento transferido de geração para geração, no nível das culturas sociais, necessário para que sociedades existam e usufruam de suas próprias formas de continuidade orgânica, é preciso dispor a informação



Zumthor<sup>25</sup> e Walter Jackson Ong<sup>26</sup>, que apontam para o fato de que no alvorecer da civilização humana, a literatura era oral e a apreensão do literário dava-se pela percepção auditiva. Por isso, as pessoas aprendiam ouvindo e repetindo, fazendo uso de provérbios e frases formulares, que, combinadas, expressavam a sabedoria e as práticas culturais coletivas. Diferentemente das sociedades quirógrafas, onde essa apreensão ocorre pelo sentido visual da leitura silenciosa.

Assim, segundo Lemaire (1994), a escrita foi utilizada para tornar “ilegíveis” os gêneros femininos, registrando apenas a existência da cultura monopolizada pelos homens. A autora aponta a contribuição da crítica feminista na desconstrução de mitos e discursos de uma literatura única, propondo uma alteração radical no paradigma da historiografia. Neste contexto pode ser incluída a produção literária da mulher negra na literatura brasileira produzida por mulheres.

Como afirmam Oliveira e Souza (2015), as transformações sociais aliadas às conquistas do movimento feminista e do movimento negro contribuíram para que a ideia da mulher negra ou mulata representada nas obras escritas por autores masculinos, mesmo as protagonistas, fosse desconstruída. Nesta perspectiva, a linguagem literária assume a função de construir um novo olhar para a categoria mulheres negras na escrita feminina, considerando para isso a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres negras era mal representada ou simplesmente não representada. A partir dos anos 1960, a produção literária feminina conquistou maior notoriedade e conseguiu desvencilhar-se das representações femininas construídas sob a ótica do masculino.

---

acumulada para que esta possa ser reutilizada. O método mais usado para isso é o método linguístico. Isto pode ser facilmente constatado nas informações documentadas que abrangem os conhecimentos do direito e da literatura, da ciência e da tecnologia, com as quais nós nos educamos, e a partir das quais adquirimos nossos valores e atitudes, à medida que recebemos, reutilizamos e adicionamos a estes conhecimentos outras informações.

<sup>25</sup> Paul Zumthor (1993) distingue três tipos de oralidade. A primeira, que denomina “primária e imediata”, não estabelece contato algum com a escrita, encontrando-se apenas “nas sociedades desprovidas de todo sistema de simbolização gráfica, ou nos grupos sociais isolados e analfabetos”. Em segundo lugar, haveria uma “oralidade mista”, em que o oral e o escrito coexistem, mas a influência do escrito “permanece externa, parcial e atrasada”. Esse tipo de oralidade procederia de uma “cultura ‘escrita’”. Finalmente, a “oralidade segunda”, aquela que é característica de uma “cultura ‘letrada’” e se “recompõe com base na escritura num meio onde este tende a esgotar os valores da voz no uso e no imaginário”. Esses tipos de oralidade variam, segundo Zumthor, de acordo não somente com as épocas, mas com as regiões, as classes sociais e também com os indivíduos.

<sup>26</sup> Walter Jackson Ong (1998) identifica dois tipos de oralidade: oralidade primária e oralidade secundária. A primeira refere-se à oralidade das culturas intocadas pelo letramento ou por qualquer conhecimento da escrita ou da imprensa, ou, ainda, a das pessoas não familiarizadas com a escrita. Já a oralidade secundária refere-se à atual cultura de alta tecnologia, em que uma nova oralidade é sustentada pelo telefone, rádio, televisão e outros meios eletrônicos, que para existirem e funcionarem, dependem da escrita e da imprensa. Para o autor na atualidade, não existe cultura de oralidade primária no sentido estrito, na medida em que todas as culturas conhecem a escrita e têm alguma experiência de seus efeitos.

Neste contexto está inserida a escrita literária feminina produzida por Marilene Felinto. Segundo Márcia Cavendish Wanderley (2009), na produção literária feminina brasileira a partir da década de 1960 prevaleceu uma dissociação entre a realidade ficcional e a realidade histórica, com exceção de Marilene Felinto, que representa um discurso opositor em relação à ordem estabelecida pelo cânone literário nacional, com sua linguagem nada convencional, pungente, cáustica, que não escolhe termos nem respeita limites canônicos na construção de seu arcabouço narrativo.

A escritora Marilene Barbosa de Lima Felinto (romancista, contista, ensaísta e jornalista) é conhecida no meio jornalístico por sua atuação como cronista, principalmente no jornal *Folha de São Paulo*, onde manteve uma coluna, e na revista *Caros Amigos*. Como romancista tem se destacado na literatura brasileira contemporânea, com repercussão nos estudos que privilegiam a relação Literatura e Mulher.

O seu romance inaugural, *As mulheres de Tijucopapo*<sup>27</sup>, escrito na década de 1980, conta com 137 páginas organizadas em trinta e três capítulos. Ele explora, na primeira pessoa, a condição de migrante nordestino em São Paulo. Segundo Wanderley (2009), a sua narrativa lancinante torna o livro uma escrita negra por excelência; e ao apresentar um discurso violento e revoltado, desvela o ser negro, ou seja, o outro que carrega implícito em seu discurso a violência sofrida pelo desenraizamento e pela exclusão. Para Wanderley (2009), através da obra, a voz autoral revela sua mágoa social individualizada, provocada por sua espoliação enquanto negra, pobre e nordestina.

A história é narrada através de uma carta que Rísia, personagem/narradora, escreve para a amiga Nema, carta que não é concluída, muito menos enviada. Mestiça, neta de uma negra com um índio, Rísia é filha de um pai ateu com uma mãe protestante e tem um relacionamento de amor e ódio com os pais. Durante os nove meses de regresso a Tijucopapo, Rísia vive uma divisão em seu ser que lhe proporciona inserções em múltiplos e sobrepostos entre-lugares<sup>28</sup>. Isto lhe permite transitar de uma extremidade espacial ou temporal a outra. Rísia nasceu em Poti, uma vila próxima a Recife, mas ainda criança migrou com a família em um pau-de-arara para São Paulo: “nós batemos em retirada no meio de porcos e galinhas e pedaços de tapioca amanhecida, entre catabios e sacolejos de um pau-de-

<sup>27</sup> Em 1646, o arraial de Tijucopapo, a 60 km do Recife, viveu o episódio que ficou conhecido como “A epopeia das heroínas de Tijucopapo”. Os holandeses, movidos pela fome e pelo escorbuto, tentaram invadir o arraial, mas foram combatidos pelas mulheres, que, na ausência de armas, utilizaram tudo o que podiam na luta, como água quente, pimenta e panelas.

<sup>28</sup> A noção de entre-lugares é a mesma defendida por Bhabha (1998) ao pensá-lo como um local intersticial, como uma passagem, um movimento presente de transformação ou transposição, onde uma coisa não é mais ela mesma, mas não totalmente outra.

arara, para um hotel imundo no Brás de São Paulo enquanto papai, o louco, alugava um porão qualquer onde nos socar” (*MT*<sup>29</sup>, p. 73).

Em passagens labirínticas de tempo e lugar, em que os momentos e os espaços se repetem e se confundem, a narradora-personagem transita de uma extremidade espacial ou temporal a outra, evidenciando a sua fragmentação emocional. Rísia regressa de São Paulo, com destino a Tijucoapapo, cidade natal de sua mãe, para recuperar suas raízes, sua história e tentar resgatar a dignidade perdida: “eu odeio São Paulo (...). Aqui parece que não se morre. Aqui parece que só se dói muito. Mas em São Paulo, o que é que se quer. Lá não chove, não tem areia, não tem pitomba. Lá se eu quiser eu não posso” (*MT*, p. 47-53).

Para Bastos (1994), Marilene Felinto usa a linguagem para conectar espaços e instantes que, em realidade, estão separados entre si. Se Rísia oscila inutilmente entre os dois mundos aos quais tenta pertencer, o relato de sua cisão é feito com frases que testemunham o contrário: a possibilidade de se passar maciamente de um a outro.

Rísia viaja saindo da metrópole pela margem, paralelamente à rodovia que liga São Paulo a Recife. Neste percurso, a sua condição de migrante nordestina, mestiça e pobre vai sendo tecida: “eu saí de São Paulo porque houve um homem que se morreu de mim e porque lá eu morava no subúrbio enquanto todos os meus amigos estavam bem estabelecidos no Higienópolis paulista” (*MT*, p. 91). O discurso da personagem invade a narrativa no deslocamento de São Paulo rumo a Tijucoapapo:

(...) Estou indo embora da cidade onde me fiz mulher mas para onde cheguei criança. Parece que um sobreviveu ao outro e portanto precisei vir. Agora quero compor uma ária que recomponha a minha caminhada pela estrada. Quero compor uma ária que saia música fina como as cordas do violão. Uma ária história da minha passagem da estrada para essa mata. Da minha andada pela mata. Uma ária que seja a carta que escreverei quando chegar a Tijucoapapo, a terra onde minha mãe nasceu. Uma ária que seja da minha partida à minha chegada. Quero compor uma ária que recomponha a minha retirada pela estrada e da estrada para o campo, esse, onde quero encontrar as flores que pintarei na paisagem com lápis de cera, na carta de minha mãe. Quero compor uma ária que recomponha a minha ira e a faça calma criança amada. Quero compor uma ária de amor que ecoe nas cavernas dessa montanha onde estou (*MT*, p. 85).

Nessa tessitura predomina a falta de amor parental, tanto entre eles quanto para com ela: “queria os braços de minha mãe para proteger-me, mas nunca os tivera” (*MT*, p. 45). Abandonada pelo homem amado, ela rememora outros abandonos sofridos: “eu chorava como

---

<sup>29</sup> Daqui em diante, a sigla *MT* será utilizada quando se fizerem referências à obra *As mulheres de Tijucoapapo*, de Marilene Felinto.

nunca, eu chorava como chuva” (*MT*, p. 45). O percurso é permeado pela dor, raiva e sensação de desamparo: “sou uma mulher indo sozinha pela estrada” (*MT*, p. 55). A sua viagem perfaz um período de nove meses, o mesmo de uma gestação. Sua infância marcada pelo sofrimento e pela dor: a pobreza, a impotência e o emudecer quando queria gritar: “saiu/voltou a sua terra para não perder a fala”; “inventar sonhos para conseguir suportar a vida” (*MT*, p. 55 e 66). A mãe, uma mulher completamente amargurada pelos sofrimentos que a vida lhe impôs, sempre distante e resignada a obedecer às ordens do marido, violento e mulhengo. Neste processo de resgate da imagem feminina da mãe, a narradora se depara com as feridas e a marginalidade da mulher: “mamãe era galhos; roseira sem flor, seca, esturricada” (*MT*, p. 22). “(...) eu sequei as lágrimas envergonhada, pois eu sabia, mamãe me olharia como não me olhou, me abraçaria como não me abraçou (...)”. “(...) Mamãe nunca me abraçava. Mamãe me secava de indiferença, mamãe era uma merda” (*MT*, p. 24).

Em sua busca interior é nítida a rejeição à condição feminina. Entre as personagens femininas, além da mãe, existem Nema, Luciana, Libânia, Ruth, a tia Ilsa, Lita e outras. Em seu estudo sobre a obra, Machado (2007) observa que as personagens femininas se apresentam em dois grupos diferentes: as que cometem traição e as que se sujeitam ao silêncio e resignação, como sua mãe:

(...) Donde vieram essas mulheres assim, a minha herança, mulheres da matéria do tijuco, cabelos grossos arrastando pela crina do cavalo, escanchadas no lombo do bicho sem sela, amazonas. Era uma noite, uma vez, minha mãe nasceu no seio de um pântano. Num sertão de lama. Mulheres como minha mãe trazem a sina das que desembestam no mundo adentro escanchadas em seus cavalos, amazonas, defendendo-se não se sabe bem do quê, só se sabe que do amor. Só se sabe que do que o amor as faz sofrer. Só se sabe que do que o amor as fez traídas. São amazonas a cavalo vindo fazer marca no Tijuco-papo, lá onde tudo é lamaçal. As mulheres de tijuco-papo: ferradura. As mulheres de Tijuco-papo: é como fica tão pouco de tudo, e é como fica tão tudo a ponto de ser herança. As mulheres de Tijuco-papo: sou eu com minha sina de lama, eu que saí, bicho da lama, tapuru, onde a praia encontra a lama (*MT*, p. 25-26).

Na narrativa, as personagens homens aparecem de forma secundária. São conduzidos pelo enquadramento da voz feminina ou apresentados através do discurso indireto, que dissolve o universo masculino nas impressões femininas. Com essa estratégia, o discurso de Rísia sobre o pai desemboca em ódio e revolta contra outros homens, que, na verdade, representam a ideologia social machista e dominadora.

O que a narradora via em São Paulo era uma interrogação sobre quem ela era de verdade, já tudo que vê ela deforma: “São Paulo sem laços, sem abraços, sem areia, sem

pitomba”; “cidade desajeitada doida varrida, marmota! Eu quero sair de você” (*MT*, p. 53 e 80). A viagem de São Paulo para Tijucopapo é movida pelo desejo de reencontrar o lugar da origem materna como o lugar de sua própria origem:

Foi em Tijucopapo que minha mãe nasceu. Embora tudo se esconda de mim. Mas sendo que sei sobre o que ela me contou em acessos de um desespero triste, e sobre o que sei que sou e que é dela e que escutei no bucho dela e que está traçado na testa dela e no nosso destino, meu e dela. (...) só sei que minha mãe nasceu em Tijucopapo, lugar de lama escura (*MT*, p. 12-13).

Lélia Almeida (2006) considera *As mulheres de Tijucopapo* um tipo de escrita que pode ser inserida no denominado “romance de maternidade”, ou seja, a recorrência de uma narrativa em que se conta a história de uma mãe, de uma filha, de uma avó ou de uma neta, ou mesmo entre irmãs. Tem como objetivo que a protagonista descubra sua própria identidade, o que acontece na medida em que a personagem, ao conectar-se com a sua própria história, através do reconhecimento de suas semelhanças e diferenças com a história de outras mulheres de sua família, conecta-se com seu próprio corpo, seus desejos e suas necessidades de expressão. Para a autora, essa matriz literária se expande e, além dos laços da ancestralidade, as genealogias vão se estabelecer através das mulheres que dialogam com mulheres de outras épocas, e se desdobram em outras redes e relações significativas na vida das mulheres.

No romance, a voz de Rísia, narradora autodiegética, questiona o cânone literário, dissolve as impressões masculinas sobre o feminino, apresenta o mundo e a mulher a partir de um novo olhar e coloca em cena as contradições da sociedade brasileira. Ao subverter o sistema, desloca o lugar da fala e provoca uma discussão a respeito do conceito de mulher e das imagens de mulher.

A voz da narradora apresenta uma forte oralidade, como se fosse um diálogo reprimido. A narrativa na primeira pessoa aparece como uma fala engasgada e interrompida, entretanto, uma escrita com raiva, rancor e ódio. Em seu estudo sobre migrantes nordestinos na literatura brasileira, Adriana Araújo (2006) observa que em *As mulheres de Tijucopapo* a voz da migrante ocupa o lugar do sujeito do discurso. Rísia toma para si a palavra e abre o verbo contra tudo e todos que a fizeram assombrada por lembranças de sofrimentos e dores. Para a autora, o discurso da narrativa, um trajeto de sonho, de intervalo de pensamentos, é marcado pelo desabafo, pela externalização das angústias, dos sentimentos de inferioridade e das falas que, como um troco, ela queria dar para a mãe, a melhor amiga, a inimiga, mas nunca pôde: “saí de uma família muito pobre e vou levar a vida a tentar descobrir porque essa

injustiça” (MT, p. 88). A voz que fala no discurso da narrativa preenche todo o espaço do texto. Os diálogos presentes no final da trama são feitos à moda dos filmes de cinema, artificiais, saídos das mentiras e dos pensamentos da narradora que quer seu mundo consertado.

Para Araújo (2006), a grande novidade da obra de Marilene Felinto é a sua incomum dicção. Rísia tem momentos de gagueira, de mudez, porque houve um momento de sua vida em que lhe roubaram a própria fala – sua língua pernambucana teve de ser suprimida por outra, a paulista. Essa supressão lhe deixou fissuras que aparecem na sua forma de expressão linguística, toda atravessada, de repetições e interrupções que são balanceadas com momentos de desabafos irados e cheios de ressentimentos. Para a autora, esse isomorfismo entre as condições de vida da personagem e o modo de construção do discurso na narrativa é muito bem elaborado: “Mas, não poder falar, ser gaga, é um verdadeiro corte, é o sinal mesmo da ruptura, é o espanto maior de todos. Ser gaga, então, me calava muito. Eu já fui uma verdadeira muda” (MT, p. 40),

Para Almeida (2006), a história de Rísia, que volta a Tijucopapo em busca da história de sua mãe, Adelaide, como via possível para buscar o começo de sua própria história, vingar a sua dignidade perdida e reencontrar com a menina de sua infância, é uma narrativa de travessia, uma viagem de ida e uma viagem de volta. Uma viagem de ida para São Paulo, uma viagem de volta para o Recife e para este lugar chamado Tijucopapo, lugar geográfico e histórico, mas, sobretudo, um lugar simbólico, pois é um espaço original, misterioso, primordial, de onde nasceu a linhagem feminina da protagonista.

Wanderley (2009) observa que em *As mulheres de Tijucopapo*, Marilene Felinto entrelaça o seu discurso com a da personagem Rísia: uma mulher que conta sua história, para falar de seu passado, suas raízes, a tradição violenta e triste do seu Nordeste, para onde simbolicamente se desloca através de uma viagem de volta para resgatar algum orgulho regional sobrevivente dos escombros a que se reduz sua cidade, sua família, as mulheres e homens que conheceu e com os quais conviveu. Para o autor, o romance de Felinto reconstrói essa realidade em memória sofrida, que é, ao mesmo tempo, redenção de sua identidade feminina espoliada pelas condições de classe, região e raça, inferiormente vividas. “Seu ser está inquieto, pesaroso, angustiado” (MT, p. 48).

Por sua vez, João Camillo Penna (1995), ao estudar *As Mulheres de Tijucopapo*, afirma que a maneira como a autora delinea suas personagens, criando um contradiscurso mediador, por meio da voz crítica e perceptiva da narradora, contribuiu para uma melhor compreensão dos vários níveis de diferenças de gênero e entre gêneros na sociedade

contemporânea. Ao esgarçar o tecido da literatura brasileira, a obra de Marilene Felinto produz uma narrativa pujante de encontros dialógicos que faz explodir o processo de ocultação das diferenças produzido pelo sistema unificador que configura uma literatura brasileira como múltipla, mas que tem suas diferenças absorvidas e traídas nesse processo, tornando inviável a formação de tendência conciliatória do sistema intelectual brasileiro.

Para Dau Bastos (1994), a protagonista ignora o que não entra em seu campo de visão, ao mesmo tempo que julga e condena tudo o que vê, inclusive, a si mesma. Dentro de seus limites, o discurso é dogmático sem afirmar outro dogma senão o da veracidade do ódio. O olhar opera implodindo a falsa ligação entre os acontecimentos, desfigurando ainda mais as manchas de realidade constituintes do texto e desmontando a conectabilidade dos eventos que integram a narrativa. Assim, para não se extraviar, o leitor depende de sua própria capacidade de reiventando os elos entre os segmentos. Conta ainda com refrões e outros imãs linguísticos: as recorrências compensam a diluição. O estilhaçamento musicalizado se faz igualmente presente. As cenas raramente surgem inteiras e mais parecem escombros. O vocabulário alterna pompa com belicismo e obscenidade.

Ainda segundo Bastos (1994), os acontecimentos que cercam a protagonista de *As mulheres de Tijucopapo* são afastados espacialmente e em termos temporais, desenrolam-se em vaivéns. O romance é composto de fatos que não obedecem à lei da causalidade, o que deixa o leitor à deriva; entretanto, a autora não deixa o leitor perder-se totalmente, ela controla o esfacelamento que produz.

Em seu percurso, para juntar os seus fragmentos, Rísia encontra-se com Lampião e se vê capaz de amar novamente. Para a protagonista, só o amor pode refazer alguém. Após uma queda de cavalo, acorda em Tijucopapo:

(...) numa cama rodeada por mulheres, mulheres de cabelos grossos como cordas arrastando pela crina do cavalo, (...) eram mulheres que eu vira nascer, só podia ser (...) eram mulheres que não eram minha mãe. Essas mulheres, que não eram minha mãe, tinham a sina das que desembestam mundo adentro escanchadas em seus cavalos, amazonas defendendo-se não se sabe bem de quê, só se sabe do que o amor as fez traídas. Mulheres na defesa da causa justa. (...) Eu já estava em Tijucopapo. Uma passagem. Um passe de fantasia, quase um intervalo de pensamentos, um único passo. Eu cheguei a Tijucopapo por uma queda. Percorri um abismo inteiro. Num tempo de nove meses (*MT*, p. 130-131).

A queda e o abismo, simbolicamente, é o seu renascimento. Foi preciso cair, enfrentar o abismo para se juntar a outras mulheres e resgatar a sua criança, o verdadeiro de

si: “vim fazer a revolução que derrube, não o meu guaraná no balcão, mas os culpados por todo o desamor que sofri e por toda a pobreza que vivi” (MT, p. 107).

O seu retorno à origem faz com que Rísia recupere sua força matriz nas mulheres guerreiras de Tijucoapo. Essa força interior permite a ruptura com a subalternidade feminina, a superação do passado e o renascimento de uma nova mulher capaz de amar.

#### 4.1 QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA

*As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social.*

Laís Abramo

Uma das maiores contribuições dos estudos feministas foi desconstruir a analogia entre raça e gênero, foi ter denunciado a tentativa de construir o ser mulher enquanto subordinada, com a marca da naturalização, do inquestionável, já que dado pela natureza. Foi também a observação de que todos os espaços de aprendizado, os processos de socialização, vão reforçar os preconceitos e estereótipos dos gêneros como próprios de uma suposta natureza (feminina e masculina), apoiando-se sobretudo na determinação biológica. A diferença biológica, por sua vez, vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade.

Nesta perspectiva, a existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidades na produção social da existência. Como explicita Heleith Saffioti (1992), a construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais que refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. Por isso, afirma que

o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras, já que não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade [...]



sendo] imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero (SAFFIOTI, 1992, p. 10).

O fato de que as relações sociais são constituídas por meio da interação social é um tema pesquisado por diversas áreas do conhecimento que desenvolvem estudos abordando a sociedade como algo indissociável do indivíduo. Por exemplo, em sociologia, Nobert Elias (1994) afirma que a sociedade é composta por um emaranhado de pessoas que entre si, criam, dão vida e consolidam relações interpessoais e interdependentes, formando a sociedade. Assim, não há sociedade sem indivíduos e um inexistente sem o outro, tanto que cada ser humano é criado por outros. Assim, o indivíduo crescerá dentro dos hábitos e crenças de uma família e de uma dada região. Para Elias, “o indivíduo é parte de um todo maior, que ele forma junto com outros” (ELIAS, 1994, p. 19).

Nesta mesma linha de pensamento, Pierre Bourdieu (1996) concebe o sujeito como agente dinâmico e mutável em um universo social. Ele compreende as classes sociais como espaço social que se constitui a partir das influências culturais, econômicas e políticas de seus sujeitos, que modificará suas estruturas objetivas a partir da construção da subjetividade dos atores ali inseridos.

Também Stuart Hall (2006) acredita que a identidade é objeto da interação entre o indivíduo e a sociedade, e que a partir da relação com diversos mundos culturais, a identidade se estabelece.

Na esteira desses teóricos, fica claro que cada ser humano é constituído na relação com o outro, sendo cada um de nós a história de nossas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça /etnia. O que somos vai se constituindo através das relações com os outros e com o mundo. Cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal, uma história de vida e um projeto de vida. Nesse percurso, ser homem ou mulher vai conformar as referências iniciais do mundo e, futuramente, determinar como cada pessoa deve agir de acordo com o que prescrevem as condutas corretas, reproduzindo o social.

Desse modo, as relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico o qual dá lugar a relações de poder, um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. Nessas relações, o masculino não é unicamente diferente do feminino, mas essa diferença de poder torna possível a ordenação da hegemonia masculina como um consenso generalizado a respeito de sua importância e supremacia.

Assim, o gênero, como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como a primeira forma de manifestar poder, vai determinar a

cadeia de desigualdades socialmente construídas a partir dessas diferenças, que impõem restrições às mulheres nos diversos segmentos da sociedade.

Para Lauretis (1994), o termo “gênero” é a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero representa não um indivíduo e sim uma relação social. Portanto, para a autora, as concepções de masculino e feminino, nas quais todos os seres humanos são classificados, formam em cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico, de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo/gênero está interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade, por isso intimamente ligado à organização da desigualdade social.

Ainda para Lauretis (1994), existe uma relação ideologia-gênero, pois se o sistema sexo-gênero é um conjunto de relações sociais que se mantém por meio da existência social, então o gênero é uma instância de ideologia. Além disso, as relações de classe e relações de gênero são coextensivas tanto para as mulheres como para os homens, já que todos os indivíduos são homens ou mulheres e, por outro lado, todos têm uma situação de classe a ser determinada.

O que é possível observar é que o processo de exclusão ancorado nas diferenças vem se traduzindo em desigualdade, especialmente no trato das categorias de gênero e raça, visto que a hierarquia racial permanece intacta, uma vez que esta também se constitui nas relações sociais como um poder de superioridade, baseado na diferença da cor da pele, onde um grupo racial se sobrepõe ao outro de forma perversa, como é o caso da população negra no Brasil. Como lembra Saffioti (2004), o gênero é estruturante da sociedade assim como raça/etnia e classe social. Ela afirma que o conceito de gênero não se resume a uma categoria de análise, mas também a uma categoria histórica.

Sabemos que a ficção literária não é reflexo da realidade, embora as personagens e as sociedades nas quais estão inseridas estabelecem entre si diálogos com os elementos naturais e os culturais. Nesse diálogo, o leitor é levado a conhecer os costumes, perceber as regras que organizam a conduta social, ou seja, que as representações sociais contribuem para a construção de uma realidade.

Este é o caso do romance *As mulheres de Tijucoapo*, em que a autora, Marilene Felinto, transfere para a escrita ficcional o relato de uma memória sofrida, como mulher, mestiça, pobre, migrante nordestina; oriunda de uma família desestruturada e de um lar violento e sem amor. “Eu, um buraco, um oco, um seco, um vazio. Eu de manhã noite. Nunca

mais terei sol? A chuva me fere a cara dum céu tão cinza. Cinza, meu Deus, essa morte” (*MT*, p. 83). Aqui a narradora-personagem se apresenta como um indivíduo atomizado, fragmentado, uma identidade dilacerada pelo desrespeito e pelas agressões físicas. Como observa Machado (2010, p. 341), “um espírito anulado a tal ponto que a alegria se torna um sentimento estranho, numa espécie de esvaziamento de si”.

Os estudos apontam que as tendências gerais dos deslocamentos populacionais no Brasil ocorridos até a década de 1970 foram ancoradas na transferência de população do meio rural para o urbano, nas migrações com destino às fronteiras agrícolas, no fenômeno da metropolização e na acentuada concentração urbana. Paul Singer (1973) contextualizou o movimento migratório rural-urbano como ligado à incorporação desses contingentes no mercado de trabalho industrial em expansão. São Paulo foi o maior polo de recepção da migração.

Nesse fluxo migratório, Rísia, ainda menina, e a família deslocam-se de Recife para um hotel no Brás. No imaginário migratório, principalmente para os migrantes de áreas menos desenvolvidas como o Nordeste, São Paulo faz parte da geografia mental da população.

O choque cultural é evidente quando a narradora-personagem observa:

Nem mesmo a maçã. A maçã que se dizia haver em São Paulo como só há no paraíso. Nem a maçã eu provaria. Em Recife não havia maçã para pobre. Só nas oferendas do Passarás que a gente brincava. Maçã ou pera? (...) Recife, a das frutas duras. A das macaúbas e pitombas. Mas São Paulo jamais seria o paraíso dos panfletos que distribuíam sobre ela lá na coitada Recife (*MT*, p. 105).

A falta de um ponto de referência, a certeza da incerteza, a desarticulação do sujeito e a fragmentação identitária, enfim a desterritorialização<sup>30</sup>, é um tema recorrente no romance. Em sua narrativa, Rísia vai levantando a discussão sobre gênero e raça e o seu entrelaçamento no cotidiano de muitas mulheres. Aponta para uma hierarquia de gênero e raça que se sobrepõe nas relações sociais, oprimindo especialmente as mulheres negras e mestiças, a ponto de impedi-las de usufruírem na mesma proporção dos avanços conquistados pela luta dos movimentos feministas ao longo de décadas.

---

<sup>30</sup> “O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquímicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323).

Na narrativa pode ser observada a recorrência às mazelas sociais decorrentes das desigualdades de raça que acometem, principalmente, as mulheres negras. Essas relações raciais desiguais estão imbricadas nas relações de gênero e nas relações entre as próprias mulheres. A sociedade considera natural que os poucos espaços de poder conquistados pela mulher na sociedade brasileira, sejam as brancas que os ocupem, obedecendo tal hierarquia, enquanto as mulheres negras permanecem em espaços subalternos e desprestigiados socialmente. Isso mostra que existem implicações entre as diferenças de gênero e raça que potencializam as discriminações e desigualdades sofridas por diversas mulheres no campo das relações de poder.

#### 4.2 QUESTÕES DE ESPAÇO

*É na cidade que se configuram as relações sociais.*

Milton Santos

Gaston Bachelard (1993), em seu estudo fenomenológico sobre o espaço como um instrumento de análise da alma humana, afirma que a casa é o nosso primeiro universo, o abrigo primordial do homem. Ela o acolhe e o faz sonhar; na casa ele pode desfrutar a solidão, a casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nesse espaço vivenciamos as nossas primeiras experiências que desencadeiam sentimentos e lembranças por toda a vida. Segundo o autor, é sempre a primeira casa que está mais fortemente arraigada no inconsciente. Ela congela as lembranças da infância, tornando-a contínua, já que na casa natal descobre-se a função de habitar que será transplantada a todas as outras moradas, quando essa casa inicial já não mais existir.

Em Bachelard (1993), a casa é centro de proteção e devaneio. A casa assume dois papéis de proteção: um, em que ela não luta; e outro, em que ela luta com o universo. A casa que protege sem lutar é aquela que acolhe como uma mãe. Já a casa que luta pela proteção é como uma loba que ampara o filho contra a agressividade do universo. Assim,

(...) a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem (...). A casa, na vida do homem afasta contingências, multiplica seus conceitos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades da vida. Ela é o corpo e a alma. É o primeiro mundo do ser humano (BACHELARD, 1993, p. 59).

Nos romances analisados, as personagens têm neste abrigo primordial as recordações da infância. Ponciá experimenta nesse espaço a sensação de reconforto e estabilidade: “quando criança gostava de ser menina. Gostava de ser ela própria. Gostava de tudo. Gostava. Gostava da roça, do rio que corria entre as pedras, gostava dos pés de pequi, dos pés de coco-de-catarro, das canas e do milharal. Divertia-se brincando com as bonecas de milho ainda no pé” (PV, p. 9). Ponciá tinha sua casa memorial, seu espaço em que desejava habitar, onde poderia ser feliz, um espaço que dava sentido ao seu viver. Ao migrar para a cidade, distanciou-se de seu canto no mundo e esvaziou-se de esperança, assim como é vazio o espaço de seu quartinho na favela, apenas uma cama para sentar, deitar e fazer as refeições, vazio como seu útero após a perda de sete filhos, cheio apenas do lixo que se acumula pelos cantos.

Nessa organização do espaço, a sujeira e o desleixo são referências ao espaço degradado em volta da casa. A favela representa a exclusão social. Sua casa é suja, como suas roupas e o lugar que em nada lembra um lar. Ponciá se torna uma pessoa amarga, tudo que ela deixou para trás torna-se sua motivação, a vontade de regressar alivia os anos de trabalho árduo. Ao retornar para a sua comunidade quilombola, queria encontrar a “concha inicial” de sua vida, de seu espaço (PV, p. 24).

Já Rísia não tem referência de uma casa que oferecesse aconchego. As recordações de sua família e de sua infância revelam que ela nunca foi feliz em nenhum lugar, por isso, busca seu espaço primordial em Tijucoapo, casa que se “transformou em fortaleza de coragem para o solitário que nela deve aprender a vencer o medo” (BACHELARD, 1993, p. 62). Em seu devaneio espera que o heroísmo da casa materna seja resgatado e passe a habitar nela. Rísia é como uma concha vazia, como o ninho vazio, em seu devaneio de refúgio, foge do espaço para tomar consciência do existir. Nesta perspectiva, o espaço nos romances analisados carrega em si uma relação de significação que vai representar o sentido, o fazer das personagens. Estar no espaço tem relação com a condição de existência do sujeito.

Ainda para Bachelard (1993), as palavras são como casas, já que elas, como no mito contado por Plínio, o Velho<sup>31</sup>, tornam-se linguagem e permitem conservar e reavivar a imagem das pessoas que se ausentaram. Ela restitui o tempo a si mesmo, pois é escrita e como tal, vai-se manter no tempo e manter o que diz no tempo.

Esta linguagem indica que Ponciá é uma “alma apátrida”, habitando um espaço hostil, um ser sem lar, perdida no anonimato de uma grande metrópole, ela silencia. O seu silêncio é o mesmo vivido por seus antepassados exilados e escravizados. Já Rísia é um ser disperso, sem lar, sem continuidade e sem acolhimento. Para não se perder no anonimato escreve para existir.

Os dois romances evidenciam a desigualdade social que leva o migrante a ser um exilado em seu próprio país. A migração produziu nas duas personagens um terrível sentimento de perda, vazio existencial e sofrimento, comparado a um exílio, ao provocar uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar.

A crítica contemporânea apresenta com frequência o termo “literatura do exílio”, como a narrativa de uma situação existencial do homem moderno marcado pela perda da identidade, pela dor, pela fratura e pelo estranhamento. A sua principal característica é o sentimento de estranhamento, de sobreviver em um território estranho onde o desespero, a aniquilação e o silêncio se fazem presentes. Para Juan Villoro (2013), o exilado é aquele que define a sua existência a partir de ausências. O exilado é alguém que vive entre versatilidade e indeterminação, um sujeito que vive no intermédio do passado e do presente, já que não pertence a “aqui” nem a “lá”. Ainda segundo Villoro (2013), o sujeito vive dois tempos simultaneamente: o presente no lugar que o acolhe; e o passado, que permanece presente.

Segundo Edward Said (2003, p. 46), o exílio é uma “fratura incurável entre o ser humano e o lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada”. Ou seja, o exílio é algo irremediavelmente secular e insuportavelmente histórico, produzido por seres humanos para outros seres humanos, é uma condição criada para negar a dignidade e a identidade das pessoas. Isso porque, afastado de sua cultura, sua tradição, seu idioma nativo, o indivíduo sente-se desarraigado, desorientado, alienado, fraturado. Para Said, ser exilado significa ser alguém cujo passado, raízes e família foram perdidas, por isso o

---

<sup>31</sup> Caio Plínio Segundo, também conhecido como Plínio, o Velho, foi historiador, naturalista, gramático e oficial romano. Em sua obra *História Natural*, narra que o oleiro Butades de Sícion, trabalhando com a terra foi o primeiro a inventar, em Corinto, a arte de modelar retratos em argila. Sua filha, apaixonada por um jovem que partia para o estrangeiro, traçou na parede o contorno da sombra de sua face à luz de uma lamparina. Seu pai, aplicando-lhe argila, confeccionou um modelo e o colocou ao fogo para endurecer junto com outros vasos de barro (Cf. PLÍNIO, 2004).

exílio significa fratura, trauma, perda de suas raízes e de sua própria identidade, perda de seu ambiente familiar e social. O indivíduo exilado é uma criatura mutilada, fragmentada, deslocada, vivendo em um entre-lugar, fora de seu espaço-tempo.

Ainda para Said (2003), a experiência do exílio está presente na literatura em todos aqueles momentos em que o ser humano foi forçado a se reconhecer como um sujeito em permanente exílio, vivendo fora da ordem habitual; visto que a sensação do provisório e do incerto é um dos vestígios mais duros e perduráveis na vida de um exilado. Em Said, no campo da literatura, a noção de exílio pode ser refletida não apenas enquanto manifestação historicamente coletiva, mas também como experiência subjetiva.

Assim, para Said (2003), o exílio pressupõe a separação das raízes, do passado. O exilado leva uma vida anômala e infeliz, com o estigma de ser um forasteiro. Assim, o sujeito se percebe obrigado a conviver, por vezes de modo insuportável, com a falta palpável, e carregar as marcas de deslocamento, de afastamento, de reclusão de perda. O exilado incorpora o estigma do forasteiro, e, portanto, pertencerá sempre à condição do entre-lugar, visto que tendo partido de sua terra natal, não terá mais o mesmo vínculo identitário que o relacionava diretamente ao lugar. Tampouco se reconhecerá ou será reconhecido pelos outros, como pertencente ao novo lugar de morada.

Na mesma perspectiva, Amanda Montañés (2006) concebe o exílio não apenas como um estado físico, espacial e temporal, mas também como um estado mental. Para a autora, o sentimento de perda primordial faz aflorar outro sentimento ainda mais profundo: a nostalgia, entendida como a melancolia produzida no exílio pela saudade da pátria. Desterrado da razão, da cidade e da história, sem um território real sob seus pés, o escritor cria um espaço de refúgio que é o universo ficcional. A literatura para um exilado é um irremediável processo de viagem ou fuga de uma realidade dura e assustadora.

O exílio como perda ou ausência de algo familiar se torna uma “experiência terrível que rompe os laços entre pessoas e seu lar natal, levando-os a algum lugar que nunca será o seu e no qual nunca se sentira como parte dele, não havendo, assim, aquela sensação de pertencimento” (SAID, 2003, p. 46). A esse estado de inconformidade, de solidão e de não pertencimento, Said chama de exílio metafórico.

Também em Caudío Guillén (2005), o exílio metafórico é permeado pelo sentimento de não pertencimento, de ambiguidade de se estar em mais de um ou em nenhum lugar. Ele suscita o sentimento de não pertencimento, válido também para as situações em que se vive não um exílio de deslocamento físico, mas interior, vivenciado mesmo sem sair de casa. Nesses casos, o alheamento acontece como se fosse um silenciamento de si. O exilado

se envolve em uma prisão sem muros, estabelecendo um distanciamento com a vida real; já que para ele, resta compensar a sua marginalização mergulhando em um mundo restrito, próprio.

Esse desassossego, o movimento, a condição de estar sempre irrequieto e causar inquietação nos outros é o sentimento que prepondera na vida da narradora-personagem Rísia, em *As mulheres de Tijucopapo*. A narrativa não linear é uma recuperação da memória do passado de uma migrante nordestina, em seu movimento de cruzar espaço e tempo, para tentar reconstituir a sua identidade atomizada pelos traumas de uma infância pobre, em um lar desestruturado pela violência do pai e a falta de afeto da mãe.

Para Maria Emilia Silva (2012), a história é marcada por partidas: do escaldante Recife da infância para a esperança de vida melhor em São Paulo; da frustração de São Paulo rumo à utopia de uma revolução de mulheres guerreiras em Tijucopapo. A narrativa transcorre na travessia: da casa paterna para o mundo do lado de fora, de São Paulo em direção a Tijucopapo, da infância para a vida adulta. Enfim, o romance descreve o percurso de uma passagem e neste sentido, ele pode ser lido como um rito de iniciação, através do qual a personagem busca a compreensão de sua história e o enfiamento de sua condição.

A sensação de estar fora do lugar é visível nas constantes migrações da personagem: ao sair do Nordeste para São Paulo e ao traçar o caminho de volta a Tijucopapo, por isso o espaço do romance possui o caráter híbrido de fronteira, de margem. Andréa Duarte e Sandra Job (2014) identificam este espaço como o entre-lugar descrito por Bhabha (1994), ou seja, o espaço de confronto na região onde o processo de articulação das diferenças culturais entre um e outro ocorre.

Segundo essas autoras, dentro desse espaço as personagens se encontram em um processo confuso entre o aqui e o lá, gerador de novas identidades e hibridismos culturais, pois na zona de contato nasce o processo de reinscrição de identidades. Assim, para as autoras, Rísia se encontra em um processo de se traduzir culturalmente na grande cidade: “Ela não dá conta de ler a cidade, suas informações e tudo o mais que a cidade proclamava era-lhe agressiva e arrogante” (DUARTE; JOB, 2004). De tal modo,

para Rísia, a cidade revela um grande desafio ao tentar lê-la. É confusa, heterogênea, não se revela como verdadeira ou autêntica, mas mostra-se como um simulacro da cidade ideal, onde tudo coexiste como num grande palco e desfaz o verdadeiro sentido da vida comunitária e simples que se podia ver na vila de Tijucopapo, em Recife. E isso não é apenas mais uma história. Isso não é porra nenhuma de somente mais uma história. Nós retiramos das praias ainda maravilhosas de Boa Viagem para o Brás apodrecendo de São Paulo, repito. Repito que foi coisa de deixar a paisagem



que é um mar para bater os olhos nos fundos dum hotel do Brás onde um homem se masturba num tanque de lavar roupa. Primeiro foi isso, então, um sujeito esfregando o pau contra o tanque no pátio do hotel. Eu já vi tanto sexo nos fundos dos quintais. [...] Eu quase tive um caso com uma mulher e estou saindo da cidade porque não aguento a cidade. A cidade me expõe aos mais perigosos perigos, delitos, crimes (DUARTE; JOB, 2004).

Duarte e Job (2004), ao analisar as identidades em contextos pós-coloniais na perspectiva de Hall (2003), observam que historicamente a identidade é a âncora de valores que estabilizam o indivíduo de uma determinada sociedade, é o porto seguro no qual o indivíduo pode aportar para melhor se ver como sujeito em seu mundo social. A personagem Rísia não possui esta ancoragem, por isso se encontra à margem: da sociedade, da cidade e de si mesma. Isso evidencia a necessidade de recuperação de suas raízes, a ancoragem de sua história, a sua identidade social e individual. Nesta perspectiva, os autores afirmam que as migrações contínuas na vida da personagem Rísia – ao sair do Nordeste para São Paulo e ao traçar o caminho de volta a Tijucoapapo – acabam por gerar novas identidades, em um espaço híbrido de fronteira. Rísia, ao longo do romance, apresenta o relato de uma memória sofrida; simultaneamente, busca origens regionais e de identidade cultural. Nessa procura, ela reconstrói a identidade pessoal. A interrogação sobre si contribui para sua reconstrução na medida em que, ao evocar o passado, o presente ganha novo sentido: “um indivíduo em deslocamento, um indivíduo que volta em busca de si, de um indivíduo que se revolta em busca de seu eu” (MACHADO, 2010, p. 341-342).

Rísia precisa se reconstruir. A convivência em um ambiente de violência psicológica e física, manifestada na falta de carinho, de atenção, no desrespeito a seu espaço e nas agressões físicas é um traço distintivo da personagem, com seu espírito anulado, marcado pela solidão, pelo abandono, mas também pelo desejo de superar os traumas sofridos. Rísia busca sua identidade, recorrendo ao passado, à memória, sua infância e o lugar de sua matriz: Tijucoapapo. Nesse percurso, a personagem desvela a condição feminina e entra em um estado de amargura, solidão e silêncio.

Solange Vieira (2001) afirma que o romance aponta para o questionamento do discurso hegemônico na literatura, colocando em cena as contradições que caracterizam a sociedade e a cultura multirracial brasileira. Para a autora, a narrativa em primeira pessoa é desenvolvida sob um olhar simbiótico de menina e mulher, um sobrevivendo no outro. No romance, a narradora desenvolve um discurso errante, dilacerado, que percorre um caminho viscoso, os pés carregados de lama e de mel de engenho. Uma narradora asfixiada pelo sol a pino, em uma paisagem desértica e desolada onde o discurso irrompe num sacolejo com

fôlego curto e contundente. A narradora-protagonista quer relatar suas dores para ajustar contas com a vida, trilha o seu narrar em um ritmo sufocante da gagueira, recompondo, nesse caminho de ida, fragmentos de uma consciência atormentada.

Vieira (2001) ainda observa que Rísia queria ser bicho para grunhir, visto que sua dor é indizível em palavras; grunhindo, ela vociferaria todas as suas dores. A narrativa em ritmo ora acelerado, ora asfixiante, revela um discurso fragmentado e redundante pelas lembranças entrecortadas que traduz em sua escrita um pedido de socorro.

Vieira (2001) acredita que a constante recorrência ao elemento “água” enseja o desejo de renascimento e libertação. Assim, Rísia busca no seu relato tirar o peso do real, para não morrer de tanta dor: perdeu o amor de sua vida, o contato com o outro, perdido a infância, as referências, o lugar social de origem e, principalmente, todo o contato com o verdadeiro de si mesma. A autora alega que a dor é reiteradamente representada na literatura. Desde sempre, ela tem sido vivida e suportada ou nomeada de diversas formas: a dor inscrita biblicamente (castigo aos homens em consequência do pecado original); a dor como percurso da ascese; a dor narcisista ou a dor aniquiladora que se apresenta principalmente na poesia ou, ainda, no século XX, a consciência da solidão humana, agudizada pela impossibilidade de comunicar a dor que fere por dentro mas que não pode ser exteriorizada nem avaliada.

Para Vieira (2001), no romance de Marilene Felinto a dor dura e fechada aprofunda a solidão de Rísia e se revela como algo visceral ao ser. Contudo, é essa mesma dor que começa a abrir uma janela na existência de Rísia e que vai se emaranhando no sertão do seu ser. A dor é o fermento que leva ao retorno à origem, ao princípio misterioso da vida; ir atrás de seu começo, mesmo agonizando. Por isso, a autora produz um discurso com gosto de vidro e corte, escrita visceral e escrita do corpo alquebrado e ferido.

Rísia precisa se reconstruir, superar o seu passado permeado de violência psicológica que a tornou um indivíduo fragmentado e descentrado. O romance apresenta o relato de uma memória sofrida que, simultaneamente, busca origens regionais e identidade cultural e, na esteira dessa procura, a (re)construção de uma identidade pessoal

Silva (2007), ao analisar o processo de reconstrução identitária feminina apresentada na narrativa de *As mulheres de Tijucopapo*, observa que a identidade da narradora-protagonista, Rísia, se constrói/destrói/reconstrói nos processos vivos do acontecer das relações familiar e social. Esses processos permitem a discussão da identidade do feminino acrescida das questões de classe e etnia em uma organização social assentada na hierarquização de lugares sociais e na desigualdade entre os gêneros masculino e feminino.

Em suma, é o fato de ser mestiça, migrante, mulher e pobre que veta a entrada em certos espaços para Rísia, e sua jornada é a tentativa de encontrar um espaço que lhe caiba.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de René Wellek e Austin Warren (2003) nos remete à reflexão sobre os parâmetros que distinguem a literatura e a realidade. Considerando, como esses autores, que a experiência e concepção de vida podem influenciar a ficção de modo a elaborar uma possível leitura do mundo, podemos afirmar que a utilização do *corpus* serviu como uma espécie de “documento social” sobre a representação do gênero, etnia e classe social em sua relação com o espaço urbano.

A pesquisa bibliográfica evidenciou o aumento de estudos que mergulham em outras áreas do conhecimento para cobrir questões referentes às relações étnico-raciais. Recentes pesquisas neste campo evidenciam que a problemática relacionada a essa questão se inscreve no espaço. Entretanto, isso não ocorre somente na forma como os indivíduos se localizam no espaço, mas também na forma como indivíduos brancos e negros vivenciam e experienciam as espacialidades, tanto no plano individual quanto no coletivo. Isso significa dizer que na dimensão espacial há uma diversidade de situações vividas pelos sujeitos em uma mesma realidade e experimentadas de forma diferente; contemplando as relações sociais, que são também raciais.

No decorrer do trabalho procuramos demonstrar que a mulher negra vivencia uma dimensão material e simbólica degradada e degradante, o que lhe acarreta também uma representação nesses termos. Em nosso percurso procuramos analisar as personagens dos romances *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, e *As mulheres de Tijucoapo*, de Marilene Felinto, como representações femininas situadas no espaço de grandes centros urbanos, juntamente com as tensões relacionadas à descoberta existencial, à construção da identidade feminina negra que vão constituir o enredo das narrativas.

O percurso nos levou a observar que no Brasil a sociedade construída em bases racistas apresenta nos espaços sociais a hierarquização dos indivíduos, que por sua vez, produz a hierarquização dos espaços. Nesta perspectiva, as geografias sociais são consequências de regulações das relações sociais, sendo o racismo a forma de definir clivagens sociais e hierarquizar os indivíduos.

Na formação da sociedade brasileira destacam-se as relações conflituosas, por causa da desigualdade que permite a uma camada que detém o poder, expropriar não só os frutos do trabalho, mas também a pessoa em si. A sociedade escravista baseia-se na violência

que se manifesta na subjugação de um grupo a outro, na coisificação social do trabalhador. A violência subjacente ao sistema escravista não se restringe à consideração do monopólio da força detido pela camada senhorial, mas sim a uma ampla rede de controle social, formada apenas pela força, mas pela existência de um senso comum capaz de gerir mecanismos de dominação diversos.

Essa tessitura de controle social está presente em todas as instâncias de poder: religião, política, no sistema jurídico e na economia, o que tornou o sistema funcional e legítimo. As demonstrações de força, todo o aparato jurídico e suas argumentações, os sermões que pediam resignação, eram mecanismos através dos quais se assentava a estrutura da sobrevivência cotidiana do sistema, direcionavam-se aos escravos com o objetivo de mantê-los em seu lugar na hierarquia. Assim, o Brasil foi construído a partir da discriminação racial que naturalizou e legitimou a escravidão e ainda hoje se mantém complacente com o racismo.

A hierarquização é ainda mais forte em relação ao ser mulher negra. Os estudos voltados à raça/etnia e gênero apontam para a existência de uma identidade reprimida ou camuflada ao longo dos tempos, como se fosse inútil firmar-se como mulher em uma realidade social violentamente discriminatória. Às mulheres negras, ao longo da história ocidental, coube uma posição desfavorável no mercado de trabalho e lhes foram atribuídos lugares demarcados, como, por exemplo, a casa, os afazeres domésticos e a dedicação à família.

Sabemos que a representação da mulher negra na sociedade brasileira contemporânea provém do processo histórico da colonização. No período colonial, o trabalho da mulher era restrito à lavoura, aos afazeres domésticos, à manutenção da cozinha e do bem-estar da família do senhor de engenho, como ama ou mãe preta, além de objeto sexual dos senhores de escravos.

Na contemporaneidade, ainda é possível identificar a analogia entre as atividades da mulher negra daquela época e a mulher negra inserida na economia de mercado atual. É comum a reprodução da ideia de que a cozinha e o trabalho doméstico são os espaços sociais por excelência da mulher negra.

Pode-se afirmar que existe uma interseção entre as variáveis “gênero”, “raça” e “espaço”, o que significa dizer que há uma dimensão espacial das relações raciais e de gênero bem demarcada. Denominamos de espaço não apenas a materialidade da geografia, mas também a sua dimensão simbólica e as inter-relações constituídas nesse espaço, segundo o enfoque sociológico. Vale considerar, também, a influência do espaço na construção da

subjetividade ou da identidade pessoal, conforme o enfoque da psicologia, que entende a vivência no espaço, marcada por experiências que podem ser agradáveis e/ou desagradáveis que induzem a ansiedade e depressão.

Na fenomenologia, essas experiências são vivenciadas pelo indivíduo a partir de sua corporeidade. Neste sentido, o corpo ocupa o espaço, mas também é produtor do espaço. É através do corpo e dos sentidos que o ser humano constrói e se apropria do espaço. A partir desta constatação, pode-se afirmar que o racismo influencia na constituição dos lugares, visto que é onde o corpo negro está, que é percebido e percebe, que ganha significado e significa, que se encontra e se confronta. Nesse espaço são construídas e reconstruídas as relações sociais.

No Brasil, os deslocamentos entre o campo e a cidade, entre o centro e a periferia, entre o sul e o norte, são formas nas quais se desdobra o espaço intervalar fundador das desigualdades sociais, raciais e de gênero. Do encontro do senhor com sua escrava, permeado de violência sexual, resulta o corpo da mulher escrava apropriado, assujeitado pelo poder patriarcal/sexual/racista do senhor. Para esse corpo confluem as contradições inerentes ao contato entre brancos e negros na história colonial do país.

Assim, é na trajetória sócio-espacial que envolve a história de vida dos indivíduos e suas experiências dentro de uma temporalidade e uma espacialidade, que os lugares sociais são demarcados e onde convergem as experiências e vivências determinadas pelo racismo que atua como fator de referências simbólicas e materiais para os indivíduos.

Nos romances analisados, a trajetória espacial das protagonistas negras são conformadas pela imbricação de sua corporeidade negra e o significado racista que a sociedade lhe dá, o que determina que as mulheres negras vivam sua exclusão. Ponciá se ausenta da realidade, o olhar perdido na janela, a lerdeza dos gestos, suscitando a perplexidade, e, por vezes, a reação violenta do marido. Seu corpo inerte não responde aos gestos ora brutais, ora consternados do marido, e nem ao seu próprio comando.

Já o corpo de Rísia se mostra como um corpo violento que busca na luta o resgate da dignidade perdida. Os dois corpos: o de Rísia, que responde violentamente às agressões sofridas, e o corpo inerte de Ponciá, encenam diferentes formas de resistência, visto que as protagonistas das narrativas se negam a ter seus corpos significados por outros. Elas assumem a narrativa de suas experiências e os sentidos de seus mundos e a si mesmas.

Em nosso estudo sobre a representação do gênero, etnia e classe em sua relação com o espaço urbano, encontramos várias possibilidades de caminhos e não foi fácil traçar uma direção única.

Para Walter Benjamin, as melhores narrativas escritas eram aquelas que mais se aproximavam das histórias orais contadas por inúmeros narradores anônimos. Apesar de este não ter sido o foco de nosso estudo, encontramos nas narrativas das escritoras características similares às aquelas existentes nos narradores arcaicos, como por exemplo, a tessitura do texto de Conceição Evaristo que conta histórias dos afrodescendentes com detalhes e sutilezas que desvelam uma infinidade de cores, sabores e mitos que servem de suporte para as questões sociais contemporâneas.

Nessas narrativas a matéria é constituída de aflições e conflitos, entretanto, diferentemente das narrativas tradicionais que oferecem ajuda através de um conselho, expõe uma ferida social aberta; pior ainda, denuncia a fato de estarmos anestesiados pela violência a ponto de perdemos a capacidade de nos chocar e surpreender por ela.

O texto de Conceição Evaristo em sua forma de moldar seus personagens, seus cenários, o tempo e a voz narrativa instiga a reflexão acerca das condições sociais, com as dificuldades de sobrevivência desses grupos étnico-sociais, herança de uma abolição até hoje mal resolvida. A sua escrita promove uma releitura da história do Brasil, incluindo os afrodescendentes.

Conceição Evaristo e Marilene Felinto desvelam o cotidiano das mulheres negras brasileiras e os dilemas da vida dos negros. Os seus olhares revelam aspectos que o poder dominante escondeu, já que esta literatura fala da experiência, marcada no corpo a ferro e fogo, daqueles que experimentam o preconceito e a discriminação, fazendo-os identifica-se com os excluídos.

Estamos assim diante de duas escritoras na busca de sua identificação. Ambas são vistas como de segunda categoria. Elas também têm em comum o fato de serem personagens femininas negra e mestiça, entretanto deixam de ser apêndice de estereótipos, cuja voz é intermediada e censurada pelo narrador, e assumem a sua própria fala, quebrando o paradigma imposto pelo cânone oficial.

Ambas têm em comum a migração para os centros urbanos, abandonando o seu espaço natal para tentar a sorte na cidade. Nos dois casos, o contato com a cidade é algo ameaçador e desconhecido, visto que as duas personagens perderam o contato com suas origens, por elas mergulham na escuridão de um mundo povoado apenas de lembranças.

As duas narrativas transcorrem na passagem entre a infância e a vida adulta, entre o campo e a cidade, entre as lembranças que as sustentam e o presente vazio. As personagens vão submergindo em suas próprias memórias, apagando suas presenças no momento em que

vivem, deixando-se consumir pelas lembranças, como a buscar um tempo passado ou inexistente.

Elas diferem nas suas relações familiares. Enquanto para Ponciá a família é a certeza da manutenção de sua identidade, o seu porto seguro, para Rísia, a pobreza e a ausência de afeto no ambiente familiar marcam o seu relato de dor. Assim, a personagem permanece por toda a narrativa à procura de uma solução para sua falta de origem e sua inadequação ao mundo.

Na cidade, as duas personagens não são bem recebidas. Elas não se sentem adaptadas ao novo meio. Essa sensação de não pertencimento não permite que elas se estabeleçam em um espaço, não conseguem criar raízes. São seres deslocados e dispersos.

Nas duas narrativas, é evidente que a ocupação dos espaços urbanos passa por uma seleção de classe vinculada à raça que determina quem pode reivindicar os benefícios materiais da urbanidade. E nos centros urbanos se traça a geografia da pobreza, do anonimato e da violência.

As duas resistem. E para continuar existindo, Rísia fala e impõe a sua fala lancinante, enquanto Ponciá emudece, mergulhada nas lembranças e no devaneio. Ambas rejeitam viver um anonimato existencial, precisam regressar às suas origens para encontrar as suas identidades e deixarem uma vida feita às margens.

O retorno às origens é o que mobiliza as personagens. Volta ao povoado em busca da família (Ponciá), para juntar-se às mulheres guerreiras de Tijucoapapo (Rísia). Nesse percurso elas erram, perdem-se, mas recomeçam e assim vão constituindo/reconstituindo a sua identidade no processo.

Os dois romances narram histórias de migrações, desenraizamento e errância<sup>32</sup>, de desastres e desempoderamento, inadequação e origens duvidosas, sobre a identidade da mulher migrante subalterna e seus traumas em um mundo que as deixa à margem. Nesse movimento de cruzar fronteiras e geografias, as personagens vão tentar recuperar as suas identidades fragmentadas.

Nas duas narrativas é evidente a inquietação das personagens que apresentam um desassossego, a inacessibilidade a uma mente consciente, tranquila e lucida. Elas vivem intensos *flashbacks* de memória, de idas e vindas no tempo, de repetições e recuperações de memórias traumáticas.

---

<sup>32</sup> O sentido de “errância” é dado por Edouard Glissant (2011) como a imagem do rizoma, que nos faz reconhecer que a identidade não está só na raiz, mas também na Relação. É que o pensamento da errância é também pensamento do relativo, que é o substituído, mas também o relatado.



Tanto um quanto o outro enfocam um grupo específico da sociedade que sente as diferenças e reivindica a alteridade, a recuperação de valores coletivos que servem para desmarginalizar o negro, desenvolvendo formas de marcar a sua existência social, já que eles, ainda hoje, são estrangeiros em seu país, são desterritorializados e não conseguem sua cidadania e nem percebem sua identidade. Tal como as personagens, esse grupo social reivindica a desconstrução de uma história preconceituosa que foi elaborada sobre o negro e a mulher, como o Outro, o inferior, o invisibilizado.

## 6 REFERÊNCIAS

### 6.1 CORPUS DE ANÁLISE

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FELINTO Marilene. *As mulheres de Tijucopapo*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

### 6.2 OBRAS TEÓRICAS

ABREU, Elinalva Roseno dos Santos Silva. A representação do feminino negro em *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo: a arte oleira e os fios da memória. *Cadernos Imbondeiro*, João Pessoa, v. 2, n. 1, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Lélia. A solidão das mães-meninas-sem-mãe: uma leitura de *As Mulheres de Tijucopapo* de Marilene Felinto. *Revista de estudios literarios*, Universidad Complutense de Madrid, 2006. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero33/.html>>. Acesso em: 6 out. 2015.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista de Estudos Feministas*, ano 8, 1º sem. 2000, p. 229-236.

AQUINO, Karla Adriana. O escritor “em diáspora” e a desconstrução de identidades essencialistas. *Anais do XV Encontro Regional da ANPUH/Rio*. Disponível em: <<http://www.encontro2012.rj.anpuh.org>>. Acesso em: 21 set. 2015.

ARAÚJO, Adriana de Fátima Barbosa. *Migrantes nordestinos na literatura brasileira*. 2006. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Departamento de Ciência da Literatura, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ARAÚJO, Flávia Santos de. Uma escrita em dupla face: a mulher negra em *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

ARRUDA, Aline Alves. *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo: um *Bildungsroman* feminino e negro. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre Gênero e Relações Raciais. *Estudos Feministas*, ano 2, 2º sem. 1994, p. 203-216.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARBOSA, Maria José Somerlate. Prefácio. In: EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza, 2003. p. 5-8.

BASTOS, Dau. *A prosa em riste: Marilene Felinto e Céline*. 1994. (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. *Globalização e as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.

\_\_\_\_\_. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, n. 2/95, p. 479-488.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura Literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila *et al.* Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

BRAGA, Cláudio Roberto Vieira; GONÇALVES, Gláucia Renate. Diáspora, espaço e literatura: alguns caminhos teóricos. *Revista Trama*, v. 10, n. 19, 1º sem. 2014.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003.

CHIAVENATO, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. *Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e na trajetória socioespacial de Milton Santos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea*, 2007. Disponível em <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9620/1/ARTIGO\\_SilencioEstereotiposRelacoes.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9620/1/ARTIGO_SilencioEstereotiposRelacoes.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. A personagem negra na literatura brasileira contemporânea. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Orgs.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. v. 4: História, teoria e polêmica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DAMASCENO, Benedita Gouveia. *Poesia negra no Modernismo brasileiro*.

DUARTE, Andréa Ellen; JOB, Sandra Maria. A literatura do exílio: kindzu e muidinga “a esperança nas páginas de terra”. *Anais do I Colóquio de Letras da FALE/CUMB*, Universidade Federal do Pará, 2014. Disponível em: <<http://www.coloquiodeletras.ufpa.br/images/4%20ANDR%C3%89IA.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero e etnicidade. *Terra Roxa e Outras Terras – Revista de Estudos Literários*, v. 17-A, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. O *Bildungsroman* afro-brasileiro de Conceição Evaristo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./abr. 2006.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

ENGELMANN, Magda Shirley C. *O jogo elocucional feminino*. Goiânia: Editora da UFG, 1996.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1972.

\_\_\_\_\_. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. v. I.

FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura negra, literatura afro-brasileira: como responder à polêmica. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Orgs). *Literatura afro-brasileira*. Salvador; Brasília: Centro de Estudos Afro-Orientais; Fundação Palmares, 2006.

FRANCHEITO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura Cavalcanti; HEILBORN, Maria Luíza. Antropologia e feminismo. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. v. 1.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. IV, VII, IX, XIX, XXI, XXII.

\_\_\_\_\_. *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômicas entre os sexos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XIX.

\_\_\_\_\_. *Carta 75 a Wilhelm Fliess*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. Conferência XXXIII: Feminilidade (1933 [1932]). In: \_\_\_\_\_. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos (1932-1936)*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1982. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 22).

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 43 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GLISSANT, Edouard. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

GOMES, Heloisa Toller. Visíveis e invisíveis grades: vozes de mulheres na escrita afrodescendente contemporânea. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, EDUFU, v. 12, n. 15, p. 13-26, 2004. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro>>. Acesso em: 25 out. 2015.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GUATTARI, Félix; RONILK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GUILLÉN, Claudio. 2005. *O sol dos desterrados: literatura e exílio*. Lisboa: Editorial Teorema.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HATTNER, Álvaro. A poesia negra na literatura afro-brasileira: exercícios de definição e algumas possibilidades de investigação. *Terra Roxa e Outras Terras – Revista de Estudos Literários*, v. 17, dez. 2009.

HAVELOCK, Eric. A equação oralidade-cultura: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (Orgs.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

INSTITUTO Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino e na Pesquisa (INCTI). Estudo sobre violência policial revela "racismo institucional" na PM de SP. Disponível em: <<http://www.inctinclusao.com.br/noticia/96/estudo-sobre-violencia-policial-revela-racismo-institucional-na-pm-de-sp>>. Acesso em: 12 out. 2015.

KOLODNY, Annette. Dancing through the Minefield: some observations on the theory, practice and politics of a Feminist Literary Criticism. In: SHOWALTER, Eliane. *The New Feminist Criticism*, 1980. p. 144-167.

LEMAIRE, Ria. “Repensando a história literária”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Têndencias e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIMA, Omar da Silva. *O comprometimento etnográfico afrodescendente das escritoras negras Conceição Evaristo & Geni Guimarães*. Tese (Doutorado em Literatura) – Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MACEDO, Joaquim Manuel. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MACHADO, Serafina Ferreira. Identidade que re(volta) em *As mulheres de Tijucoapapo*. *Miscelânea*, Assis, v. 7, jan./jun. 2010.

MAGALHÃES, Isabel Allegra. *O sexo dos textos e outras leituras*. Lisboa: Caminho, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Trad. de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTÍNEZ, Ana S.; MOYA, Juana R.; MUNOZ, M. Mujeres, Espacto y sociedad – hacia una geografía del género. Madrid: Síntesis, 1995. In: SILVA, Susana Maria Valeda. *Geografia e Gênero/Geografia Feminista o que é isto?* Portal de Periodicos: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38385/25688>>. Acesso em: 1º out. 2015.

MIGNOLO, Walter. Are subaltern studies postmodern or postcolonial? The politics and sensibilities of geo-cultural locations. *Dispositions*, v. 46, p. 45-73, 1994.

MINISTÉRIO Público do Estado de Goiás. Negro é vítima maior de crime e polícia. Disponível em: <[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/negro\\_e\\_vitima\\_maior\\_de\\_crime\\_e\\_policia.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/negro_e_vitima_maior_de_crime_e_policia.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2015.

MONTAÑÉS, Amanda Pérez. *Vozes do exílio e suas e manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba*. Florianópolis, 2006.

MONTEIRO, Angélica; BARROS LEAL, Guaraciara. *A mulher da luta e dos direitos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

MOURA, Clóvis. *A sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989. Série Princípios.

NETO, Eduardo Rios; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. *Desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana*. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2007. Disponível em:

<<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/publicacoes-2007/79-desigualdades-raciais-nas-condicoes-habitacionais-da-populacao-urbana/file>>. Acesso em: 12 out. 2015.

NUNES, Cassiano. *A poesia negra no Modernismo brasileiro*. *Cultura*, n. 5, p. 118-123, 1972.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVEIRA, Djaci David de; GERALDES, Elen Cristina; LIMA, Ricardo Barbosa de; SANTOS, Augusto Sales dos (orgs). *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora da UFG, 1998.

OLIVEIRA, Rubenil da Silva; SOUZA, Elio Ferreira. Mulheres negras na contística feminina afro-brasileira: Conceição Evaristo e Miram Alves. *Revista Interdisciplinar*, Universidade Federal de Sergipe, ano X, v. 23, jul./dez. 2015.

ONG, Walter Jackson. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papyrus, 1998.

PAIXÃO, Marcelo *et al.* *Culturas e diásporas africanas*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

PALMEIRA, Francineide Santos. Conceição Evaristo e Marilene Felinto: intelectuais negras, poesia e memória. *Terra Roxa e Outras Terras – Revista de Estudos Literários*, v. 17, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa>>. Acesso em: 27 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Identidade étnica e literatura afro-brasileira. *Revista Multidisciplinar da UNIESP*, n. 11, jan. 2011.

PENNA, João Camillo. Marilene Felinto e a diferença. *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, ano XXI, n. 41, Lima (Peru); Berkeley (EUA), p. 213-235, 1995.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. de Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.

\_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

PLÍNIO, o velho. História Natural – Livro 35. In: LICHTENSTEIN, Jacqueline (Org.). *A pintura: textos essenciais*. Trad. de Magnólia Costa. São Paulo: Editora 34, 2004.

- PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, São Paulo, jan./abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100017)>. Acesso em: 27 set. 2015.
- QUADROS, Waldir. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004.
- QUEIROZ JR., Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata brasileira*. São Paulo: Ática, 1975.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1894.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 185-215.
- SAID, Edward. *Fora de lugar*. Trad. de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. de Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- SALEM, Tania. Mulheres faveladas: Com a venda nos olhos. In: FRANCHEITO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura Cavalcanti; HEILBORN, Maria Luíza (Orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro; Zahar, 1981. v. 1. pp. 49-99.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Jacimara Vieira dos. A persistência da memória: ecos da escravidão em *Ponciá Vicêncio* de Conceição Evaristo. *Interdisciplinar*, ano 5, v. 10, jan./jun. 2010, p. 89-100.
- SAYERS, Raymond S. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Recortes de uma história – a construção de um saber fazer. In: RAMALHO, Cristina (Org.). *Literatura e Feminismo*. Rio de Janeiro: Elo, 1999.
- SCHWANTES, Cintia Carla Moreira. “A literatura negra no Brasil”. In: DALCASTAGNÈ, Regina; THOMAZ, Paulo C. (Orgs.). *Pelas margens: representação na narrativa brasileira contemporânea*. Vinhedo: Horizonte, 2011.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA Jr., Hélio. Crônica da culpa anunciada. In: OLIVEIRA, Dijaci Davi de; GERARDES, Elen Cristina; LIMA, Ricardo Barbosa de; SANTOS, Sales Augusto dos. (Orgs.). *A cor do*



*medo*: homicídios e relações raciais no Brasil. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora da UFG, 1998.

SILVA, Alexsandra Maria Ferreira da. *Gênero, classe e etnia em As mulheres de Tijucoapapo*. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, Maria Emilia Martins da. *Experiência de um lirismo agreste: o relato da identidade feminina em As mulheres de Tijucoapapo*, de Marilene Felinto. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SINGER, Peter. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, Florentina. Gênero e “raça” na literatura brasileira. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 32, Brasília, jul./dez. 2008, p. 103-112.

SOUZA, Lorena Francisco; RATTS, Alecsandro J. P. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. *Boletim Goiano de Geografia*, Instituto de Estudos Socioambiental, v. 28, n. 1, jan./jun. 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIEIRA, Solange Kate Araújo. *As mulheres de Tijucoapapo: a escrita da dor*. *Revista de Letras*, Departamentos de Letras Vernáculas, de Letras Estrangeiras e de Literatura, Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, n. 23, v. 1/2, jan/dez. 2001.

VILLORO, Juan. Exílio e literatura: fronteira, tradução e identidade. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal/RN, 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364766085\\_ARQUIVO\\_ExposicaoExilioLiteratura.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364766085_ARQUIVO_ExposicaoExilioLiteratura.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2015.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WANDERLEY, Márcia Cavendish. Controvérsias sobre mestiçagem no Brasil em Marilene Felinto. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, n. 20. jan./jul. 2009.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

ZUMTHOR, P. *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.